

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

ANA LÚCIA DA SILVA

A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS
QUILOMBOLAS COMO INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS PARA
REMODELAGEM DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

BELO HORIZONTE

2021

Ana Lúcia da Silva

A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS
QUILOMBOLAS COMO INSTRUMENTO METODOLÓGICOS PARA
REMODELAGEM DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Dissertação apresentada ao curso Maestría, Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magister em Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Ramos

Belo Horizonte

2021

Ficha catalográfica

SILVA, Ana Lúcia da.

Cidade: Belo Horizonte, MG. FLACSO/FPA, 2021.

Título da dissertação: A importância da inserção dos saberes tradicionais quilombolas como instrumentos metodológicos para remodelagem das políticas públicas/ Ana Lúcia da Silva

Quantidade de folhas: 125.

Dissertação (Magister en Estado Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2021.

Orientadora: Prof. Dr. Paulo César Ramos.

Ana Lúcia da Silva

A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS
QUILOMBOLAS COMO INSTRUMENTO METODOLÓGICOS PARA
REMODELAGEM DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Dissertação apresentada ao curso Maestría
Estado, Gobierno y Políticas Públicas,
Faculdade Latino-Americana de Ciências
Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte
dos requisitos necessários à obtenção do título
de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas
Públicas.

Aprovada em

Prof. Dr. Paulo César Ramos
FLACSO Brasil/FPA

Prof.^a Dr.^a Isabel dos Anjos Leandro

Prof. Ms. Wellington Pedro da Silva

Dedico esse trabalho a minha amiga Maria das Graças Rodrigues, socialmente chamada de Graça Sabóia (*in memoriam*). Mulher de guerra e a primeira pessoa que acreditou no meu potencial nas Minas Gerais. Pegou-me pela mão e não desistiu de mim. Onde quer que esteja, espero que esse trabalho possa contemplá-la!

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é fruto de muito esforço, muitas pessoas merecem meus sinceros agradecimentos.

Agradeço a Deus por ter me permitido chegar até aqui em meio a um período extremamente desafiador.

Agradeço a minha mãe ser a minha fortaleza em meio a inúmeras fragilidades e incertezas.

Agradeço ao Movimento Negro de Minas Gerais, minha escola de formação *stricto sensu*, que me deu a régua e o compasso. A benção Makota Celinha! Cleide Hilda e a Martvs da Chagas, N'Zambi N'Kuatesa!

Agradeço a CONEN - Coordenação Nacional de Entidades Negras que me acolheu com generosidade.

Agradeço a Dra. Ângela Maria Gomes por ser minha primeira orientadora. Aquela conversa que tive contigo, uma aula, foi definidora para este trabalho.

Agradeço aos meus amigos de trabalho no Governo do Estado em 2017, a saber: Lázaro Augusto dos Reis, Isabela Resende e Arthur Lopes que me estimularam e se dedicaram. A coletividade e as trocas de saberes conformaram as primeiras linhas deste trabalho, muito obrigada!

Agradeço às minhas filhas Izabela e Dhandara que tantas vezes foram os meus olhos e emprestaram o tempo e os ouvidos para refletirem comigo minhas formulações. O exercício foi intenso, mas foi antes de tudo uma troca. Aprendi muito!

Agradeço a Fundação Perseu Abramo, sem a qual esse sonho não seria realizado. Aos meus companheiros de turma que resistiram. Um apoiando o outro, sempre...

Agradeço ao Prof. Carlos Roberto Rodrigues por ter confiado o desafio em ser a primeira Coordenadora de Igualdade Racial de Nova Lima em seu governo.

Agradeço a acolhida dos amigos de Brasília que me apoiaram nesta caminhada.

Agradeço a Tuquinha, liderança quilombola da Chacrinha dos Pretos, grande!

Agradeço ao Prof. Marcos Antônio Cardoso por ter despertado em minha mãe de 84 anos a esperança em dias melhores, quando ao ouvi-lo disse: “Se na minha época houvesse homens como ele, eu teria sofrido menos.” Nunca vou esquecer esse depoimento mestre!

Ao meu amigo Rafael Vicente, *o Kilumbando*. Fundamental na escolha do território Chacrinha dos Pretos. Quantas caminhadas extraordinárias! Para você, o meu melhor sentimento.

Aos amigos de Nova Lima e à cidade de Nova Lima pela acolhida.

Por fim, reverencio a presença da minha ancestralidade por me permitir elaborar esta pesquisa que começa e termina com as Mulheres Negras de Minas Gerais.

Au'etu!

LISTA DE ABREVIATURAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ANVISA	Agencia Nacional de Vigilância Sanitária
APAA	Associação do Patrimônio Artístico e Ambiental de Belo Vale
BSC	Balanced Score Card
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CF	Constituição Federal
CMB	Casa da Moeda do Brasil
CNPIR	Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial
CEPCT/MG	Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidade Tradicionais de Minas Gerais
CONEN	Coordenação Nacional de Entidades Negras
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos
COVID 19	Pandemia de Coronavírus
CNPIR	Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial
CRQ	Certificação de Registro Quilombola
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
ENA	Ecole Nationale d'Administration
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
FCP	Fundação Cultural Palmares
FUNCEP	Fundação Centro de Formação do Servidor Público
GDF	Governo do Distrito Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEPHA/MG	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MNU	Movimento Negro Unificado

NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PANCS	Plantas Alimentícias não Convencionais
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PCTS	Povos e Comunidades Tradicionais
PEPCT/MG	Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais
PETROBRAS/BR	Petróleo Brasileiro S/A
PL	Projeto de Lei
PNCR	Plano Nacional de Reforma Agrária
PNCTC	Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais
PR	Presidência da República
SAF	Secretaria de Administração Federal da Presidência da República
SES/MG	Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais
SEDAP	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República
SEPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Formas Históricas de Estado e Sociedade no Brasil.....	37
Quadro 2: Quadro de Evolução Normativa da Administração Pública.....	37
Quadro 3: Quadro de Legislação – Regularização Fundiária em Quilombos do Brasil.....	54
Quadro 4: Inventário de receitas tradicionais. Quitandas do Quilombo da Chacrinha dos Pretos elaboradas pelas Mulheres.....	83
Quadro 5: Lista das plantas medicinais utilizadas pelo grupo focal composto por moradores da comunidade quilombola Chacrinha dos Pretos para tratar as enfermidades locais e utilização alimentar. Convenção: espécie não encontrada nas literaturas científicas.....	90

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Origem e histórico do quilombo na África.....	41
Figura 2: Fluxograma Regularização Fundiária em Quilombos INCRA.....	51
Figura 3: Destinação orçamentária para regularização fundiária.....	52
Figura 4: Gráfico de Reconhecimento e Gráfico de Indenização.....	52
Figura 5: Certificação Quilombola.....	63
Figura 6: Plantas ornamentais nativas e artesanato da Chacrinhas dos Pretos.....	64
Figura 7: Folha de mamona.....	69
Figura 8: Culinária – Alguns exemplos.....	82
Figura 9: Sítio Arqueológico Ruínas da Chacrinha dos Pretos.....	92

SUMÁRIO

RESUMO.....	13
ABSTRACT.....	14
1 INTRODUÇÃO.....	15
Trajetória: Caminhos de Minas	21
As Mulheres Negras como Agentes do Conhecimento.....	22
A Incurção em Campo	24
Os Desafios da Pesquisa – COVID 19	26
Modelagem Institucional: remodelagem estratégica	32
Metodologia Participativa.....	32
CAPÍTULO I.....	33
2 GESTÃO PÚBLICA E GESTÃO QUILOMBOLA	33
Modelos de Administração Pública Brasileira	33
Patrimonialista.....	33
Burocrático	33
Gerencial	34
2.1 Os Quilombos no Brasil.....	40
2.2 Quilombos Contemporâneos – Terra de Direitos	44
2.3 O Processo e Regularização Fundiária Quilombola em Minas Gerais.....	46
2.4 A Legislação em Minas Gerais e nos Estados da Federação	53
CAPÍTULO II	57
3 A PESQUISA	57
3.1 Processos de Entrada na Comunidade	57
3.2 A Hierarquia dos Saberes	60
3.3 A Chacrinha dos Pretos e a Gestão Pública.....	62
3.4 Descrevendo o Quilombo Chacrinha dos Pretos	63
3.5 Histórias Narradas	65
3.6 Meu Olhar sobre o Quilombo	66
CAPÍTULO III.....	71
4 A INFLUÊNCIA DO MATRIARCADO NEGRO NA GESTÃO PÚBLICA....	71
4.1 Sabores e Saberes	80
4.2 A Culinária.....	82
4.3 Saberes e Práticas Tradicionais Quilombolas em Atendimento à Saúde	88

4.4 Se me der licença eu entro, se não der vou embora.....	92
4.5 Símbolos Sagrados.....	92
4.6 Desafios e Perspectivas de Igualdade Racial.....	99
REFERÊNCIAS.....	107
ANEXOS.....	116
ANEXO A – Certificação Quilombola Chacrinha dos Pretos Belo Vale/MG	116
ANEXO B – Frente/Verso Título Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango	117
APÊNDICES	119
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO QUILOMBOLA	119
APÊNDICE B – ACESSO AO TRABALHO E ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	121
APÊNDICE C - POLÍTICAS PÚBLICAS – ATOR QUE DECLARA: AGENTE PÚBLICO	122
APÊNDICE D – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM MÉDICO(A).....	123
APÊNDICE E - ROTEIRO SUGERIDO PARA ENTREVISTAS COM MEMBROS DA COMUNIDADE.....	124
Questões norteadoras (sugestões)	124
APÊNDICE F - ROTEIRO SUGERIDO PARA ENTREVISTAS COM SERVIDORES PÚBLICOS LOTADOS NA COMUNIDADE	126
Questões norteadoras (sugestões)	126

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo de caso na comunidade quilombola Chacrinha dos Pretos, em Belo Vale - MG, investigando a relação dos Saberes Tradicionais quilombolas como instrumentos de remodelagem de políticas públicas. Metodologicamente estabelecido em três componentes: A origem e conformação da Gestão Pública brasileira do Brasil Império até a República na modernidade. A descrição do território investigado e ao protagonismo das mulheres negras que articulam a interface entre os saberes. A relação investigada se estabeleceu no âmbito da Política de Saúde. A eficácia do conhecimento quilombola em atendimento à saúde demonstram a existência da hierarquização dos saberes que promove a inadequação da contribuição civilizatória na diáspora africana no Brasil. Protagonizada pelas mulheres negras. Evidenciando o determinismo do racismo como indicador social nas relações de poder. Finalmente, o estudo aponta caminhos de remodelagem institucional a fim de interromper o processo de descontinuidade das elaborações emancipatórias do Movimento Negro que possibilitam a formulação do conhecimento na literatura gerencial pública, inserindo o conhecimento adstrito no território nacional.

Palavras-chave: Quilombolas; Gestão Pública; Mulheres Negras; Saberes e Território.

ABSTRACT

This paper presents a case study in the quilombola Chacrinha dos Pretos community in Belo Vale - MG Investigating the relationship of Traditional Quilombola Knowledge as instruments for remodeling public policies. Methodologically established in three components: The origin and conformation of brazilian public management from Brazil Empire to the Republic in modernity. The description of the territory investigated and the protagonism of black women who articulate the interface between knowledge. The relationship investigated was established within the scope of health policy. The effectiveness of quilombola knowledge in health care demonstrates the hierarchical existence of knowledge that promotes the inadequacy of the civilizing contribution in the African diaspora in Brazil, led by black women. Evidencing the determinism of racism as a social indicator in power relations. Finally, the study points out ways of institutional remodeling in order to interrupt the process of discontinuity of emancipatory elaborations of the Black Movement that enable the formulation of knowledge in public managerial literature, inserting the knowledge attached in the national territory.

Key-words: Quilombolas; Public management; Black Women; Knowledge and territory.

1 INTRODUÇÃO

Ser de família de negros que nasceram e morreram na roça, talvez de um quilombo não identificado. Nascida no Planalto Central, em uma metrópole de linhas urbanas muito bem planejadas, cidade de engenharia futurista que, de maneira peculiar, inaugura na modernidade, a monumentalidade e suntuosidade da arquitetura *palaciana*, me chama à responsabilidade na escolha do tema que determina o rumo da minha pesquisa. Brasília, centro do poder administrativo do país, capital da República, sedia a maior referência científica de Administração Pública do Brasil.

Relacionar os saberes descobertos por empirismo e formação acadêmica revela que o centro acadêmico não é um lugar neutro. De acordo com Kilomba (2019, p.51), a produção do conhecimento científico validado requer uma imensa e urgente tarefa de descolonizar a ordem eurocêntrica do conhecimento.

Portanto, esse trabalho reflete caminhos necessários de equivalência de saberes posicionado a inadequação do academicismo dominante em se relacionar com experiências discursivas espelhadas em realidades históricas, políticas e sociais das relações raciais. Possibilitando caminhos de revisão da gestão pública remodelada pela metodologia da gestão quilombola no Estado de Minas Gerais, em especial no município de Belo Vale, cuja investigação evidencia a centralidade das mulheres negras na organização espacial, política e institucional do território.

Entretanto, para explicar os efeitos da relação Brasília - Minas e como essa relação, norteou esse trabalho é importante comparativamente me valer de uma digressão histórica que problematiza as consequências da consolidação do Estado. A partir das contradições da formação do poder e a maneira que a construção tardia¹ do Estado brasileiro, subdesenvolvido, capitalista, periférico dependente de matriz alicerçada em uma economia agrária escravista² de latifúndio monocultor, em certa medida, se impõe na natureza da formação moderna de Brasília.

¹É importante perceber que a referência ao Estado Brasileiro como tardio ou atrasado não se trata de um atraso cronológico, mesmo porque o Brasil nasce rigorosamente com o processo de expansão do capitalismo entre eventos internacionais como a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, entretanto o atraso se impõe pela posição da elite colonial que lucrava muito mais com o tráfico de humanos do que com o trabalho escravo. Nesse sentido, acompanhar a modernização da economia mundial interferiria diretamente nos lucros dos donos do poder, explicando assim a intencional conformação tardia do Estado Brasileiro.

² A construção do Estado-Nação e a formação da economia nacional são marcadas por impulsos contraditórios, externos e internos; dentre eles o mais evidente decorre de nossa inserção internacional, marcada pela dinâmica comercial exportadora e pela estrutura fiscal federal baseada em impostos sobre importação, mas a principal contradição, responsável mesmo pela intensidade no nosso atraso, se condensa no próprio escravismo. (NOZAKI, 2019, p. 60)

A Escola Nacional de Administração Pública³ (ENAP) foi instituída em 1986 com a finalidade de propiciar, aos integrantes dos quadros de carreira, com base no critério da qualificação profissional, o acesso às funções administrativas e gerenciais do setor público. Lugar de onde deveria vir minha inspiração para gestão pública. Entretanto, o estímulo veio das montanhas de Minas Gerais.

Brasília, conforme relatado, é uma cidade construída para sediar a administração pública central do Brasil, logo, se trata da capital administrativa do país. O centro financeiro está localizado entre o eixo Rio de Janeiro e São Paulo, BM& FBOVESPA⁴, e o centro nervoso, estratégico, político se divide mais articuladamente entre Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo e Minas Gerais, os dois últimos responsáveis pela política café com leite⁵. Não raramente considerando os diversos atores, conflitos de interesse econômicos dos estados brasileiros, desequilibraram o deslocamento das forças políticas em certos momentos da história do Brasil.

O formato de avião ou borboleta ‘*traço do arquiteto*’⁶ de Brasília tem seu entorno estrategicamente projetado para separá-la das outras cidades. Todos os privilégios da carreira pública, mais especificamente nas ‘*ilhas de excelência*’⁷, identificadas pela ENAP se direcionam a um determinado público e a estrutura da cidade para aqueles que de forma direta ou indireta reúnam condições de desfrutarem de tais privilégios e a manutenção de instrumentos de distinção.

Por força da oferta de cargos para compor a administração direta e indireta à época, a vocação local foi estimulada pela utopia de que todos no Distrito Federal devem estar inseridos na esfera pública e através dela se estabelecerem. A demanda de super oferta de

³ A Escola Nacional de Administração Pública, referência em Gestão Organizacional Pública. Disponível em: <https://www.enap.gov.br/pt/a-escola> acesso em 30/10/2021 às 22h:45 min.

⁴ Mercado de capitais no Território Brasileiro: Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-28112016-111632/publico/2016_WagnerWendtNabarro_VCorr.pdf acesso em 30/10/2021

⁵ O fim da Política Café com Leite e a Revolução de 1932. Disponível em <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/fim-republica-cafe-com-leite-revolucao-1932> acesso às 23h:38min.

⁶ Por se tratar de um projeto monumental, a arquitetura de Brasília, projeto de Oscar Niemayer passa a ter registros simbólicos na cultura, música composta pelo baiano Caetano Veloso em parceria com o alagoano Djavan também gravada pelos mineiros do Clube da Esquina, Toninho Horta e Fernando Brant. “Céu de Brasília, traço do arquiteto, gosto tanto dela sim” LP Coisa De Acender / Título da música: **Linha do Equador** / Caetano Veloso (Compositor) / Djavan (Compositor) / Djavan (Intérprete) / Gravadora: Sony Music / Ano: 1992 / N° Álbum: 188.243/1-464248 / Lado A / **Faixa 4** / Gênero musical: MPB.

⁷ A convivência de formas diferentes de administração pública-burocrática, imperfeita, com o inegável patrimonialismo — associada às eventuais “ilhas de excelência”, gera, evidentemente, grande tensão no interior do Estado e, simultaneamente, resistência às tentativas de mudança. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1490>> Acesso em: 18 ago. 2021 às 15h26minh.

cargos no setor público desenvolveu a figura do concurseiro de qualquer cargo, gerando a indústria de prestação de serviços, que funciona e se retroalimenta pela expectativa dos brasilienses em seguirem carreira no serviço público, buscando estabilidade financeira. Objetivo principal que alicerça toda rede de serviços e negócios no território, posto que Brasília efetivamente não comporta uma matriz industrial, não produz matéria prima ou bens manufaturados. Cumpre observar o exemplo da maneira que o mercado se origina das entranhas do Estado.

Como no capitalismo só tem futuro é quem tem moeda⁸, passa a se desenhar em Brasília um roteiro semelhante ao surgimento da moeda que emerge simultaneamente com a noção de futuro e de individualidade, ou seja, empreender, estudar, trabalhar e poupar. No caso de Brasília, acrescenta-se a esta lista, passar em concurso público.

Nesse sentido, reforça-se por este roteiro de maneira atualizada que o indivíduo como sujeito que tem uma demanda de construção da sua própria subjetividade e da sua própria biografia, no Distrito Federal, incorpora a individualidade como característica normativa a partir da compreensão de que com o devido esforço e mérito, toda e qualquer pessoa reúne condições de se transformar em funcionário público extraordinariamente remunerado.

O perfil de uma sociedade individualista e assimétrica, de acordo com a constatação de Alencastro (1987, pág.71), alcança contornos oficiais. Em 1976, uma declaração presidencial de viés notadamente autoritário encaminhada pelo General Ernesto Geisel ao Congresso Nacional estabelece o rumo da prosa, "antes de tornar-se um ente político, o cidadão deve ter sido um indivíduo de físico são e limpo [...] e também (um indivíduo) consciente, racional e socializado; o desenvolvimento social, dinamizado por meu governo, está criando a maioria e as minorias de amanhã" (GEISEL, 1976), recado que obviamente reflete inicialmente em Brasília, sede do parlamento federal e da Presidência da República.

A formação tardia do Estado e a construção da identidade nacional trouxeram elementos que estruturam nossa formação social. Estado senhorial patrimonialista (no caso brasileiro) marcado por uma lógica ambígua do monopólio da violência de um lado, Weber (2003, p. 9) e de garantia de direitos por outro. Nesse sentido, compreende-se resumidamente que o Estado em última análise é o resultado ou espelho dos conflitos que emergem de uma determinada sociedade, logo, o surgimento do Estado moderno se configura nas formas

⁸De acordo com histórico da Casa da Moeda do Brasil em 1695 foram cunhadas as primeiras moedas de ouro no Brasil. Disponível em: <<https://www.casamoeda.gov.br/portal/socioambiental/cultural/historia-da-cmb.html>>. Acesso em: 18 ago. 2021, às 15h.

organizacionais da diversidade cultural que estrutura as relações de troca de toda sociedade, variando entre materiais e simbólicas, afetivas ou linguísticas.

Esse intercâmbio é parte constitutiva que compõe a cultura, toda sociedade dispõe de estruturas de poder mais ou menos verticais mais ou menos democráticas e mais ou menos inclusivas (NOZAKI, 2019).

Brasília, embora tenha se materializado por uma decisão do mineiro de Diamantina, o então Presidente do Brasil Juscelino Kubitschek de Oliveira aliado a um conjunto de interesses de longa data para interiorização da capital da República⁹, não necessariamente nasce como fruto orgânico do tecido social de seu território.

Emerge, no entanto, por uma transferência da capital da república sediada na cidade do Rio de Janeiro, guardada as devidas proporções, semelhante ao transplante da Coroa Portuguesa para o Brasil em 1808¹⁰, de fora para dentro e de cima para baixo a partir das decisões do comando central.

A transferência gerou uma relação não completamente aderente a mudança por parte dos nativos, tão pouco daqueles que vieram com a missão de gerenciar administração pública. Importante observar que perduram até hoje vestígios dessa inadequação. A mudança de endereço também gerou processos de fragmentação do aparato estatal não permitindo que, mesmo após 61 anos, a Casa da Moeda do Brasil - CMB, empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda e a Sede administrativa da petrolífera nacional PETROBRAS-BR, a maior empresa estatal brasileira, migrassem da antiga capital para o Planalto Central.

Essas características constitutivas de Brasília, estimuladas pela campanha governamental cujo slogan apontava o objetivo do “Plano de Metas”¹¹ de realização galopante, “Brasília, 50 anos em 5” trouxeram também aspectos de uma rica diversidade

⁹É atribuída ao Marques de Pombal a ideia mais antiga que se conhece de transferir a capital do Brasil para o interior. Em 1751, ele contratou um cartógrafo italiano que elaborou a carta geográfica de Goiás e ressaltou o valor estratégico do Planalto Central. Anos depois, em 1789, os inconfidentes mineiros queriam transferir a capital para São João Del Rey, em Minas Gerais, com a alegação de vantagem estratégica (segurança) e demográfica (povoamento do interior). Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2019/04/18/uma-cidade-sonhada-por-dois-seculos/>>. Acesso em: 16 ago. 2021, às 12h18min.

¹⁰A transferência da corte trouxe para a América portuguesa a família real e o governo da Metrópole. Trouxe também, sobretudo, boa parte do aparato administrativo português. [...] após o ano de 1808. Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2019/04/18/uma-cidade-sonhada-por-dois-seculos/>>.

¹¹Esse ideal desenvolvimentista foi consolidado num conjunto de 30 objetivos a serem alcançados em diversos setores da economia, que se tornaram conhecidos como Programa ou Plano de Metas. Na última hora o plano incluiu mais uma meta, a 31a, chamada de meta-síntese: a construção de Brasília e a transferência da capital federal, o grande desafio de JK. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>>. Acesso em 16 ago. 21, às 12h40min.

cultural para a cidade. Nordestinos, Nortistas¹², (os primeiros candangos) mineiros, cariocas, gaúchos, goianos e paulistas majoritariamente representados se relacionavam por força das inúmeras possibilidades que carrearam o investimento na construção da cidade, sendo assim, estruturam a vida a partir dessa realidade. Se no caso do Estado Brasileiro o preço da unidade territorial foi a arquitetura de manutenção da desigualdade, em Brasília observamos similitudes no roteiro.

As características de formação territorial distrital interiorizaram a desigualdade no planalto central em uma evidente engenharia de segregação, posto que para moradia da mão de obra operária foram construídas cidades satélites em seu entorno. Cidades que estão subordinadas administrativamente ao Governo do Distrito Federal – GDF buscam hoje autonomia com iniciativas de conformação de sua identidade na tentativa de estabelecer relações de enraizamento através de suas referências fundantes.

Entretanto, se consideramos o marco temporal de início de formação territorial do Estado brasileiro, em 1808, a partida vinda da família real portuguesa para o Brasil até consolidação do processo de conformação de um estado tardio que se deu pela estrutura de arrecadação fiscal (Receita Federal) em 1966¹³, acompanho a análise de Willian Nozaki¹⁴ em sua aula sobre Estado Brasileiro e Desenvolvimento Capitalista (2019), a saber:

A nossa sociedade transitou do mundo da colonização dos séculos XVI, XVII, e XVIII para o mundo da modernização, baseada na lógica da indústria cultural dos séculos sem ter passado pelo iluminismo, logo, valores modernos de liberdade, igualdade e fraternidade não foram intercalados na sociedade brasileira. Disponível em: <https://flacsovirtual.org.br/virtual/mod/folder/view.php?id=345> Acesso em: 09/08/2021 às 9h30min.

É estreito afirmar em anos qual seja a quantidade que possibilitará à identidade brasiliense se impor com contribuição cultural distinta no cenário nacional.

¹² Em 1957 chegaram ao local da futura capital os primeiros trabalhadores: uma massa humana de diferentes origens e características sociais que, mesmo sem garantia de conforto ou de bem-estar, dispunha-se a trabalhar para a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP). Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/construcao-de-brasilia/5>>. Acesso em: 22 ago. 2021, às 13h36min.

¹³No que se refere aos impostos, por fim, uma estrutura muito rudimentar de arrecadação e gasto, concentrada fundamentalmente em impostos de exportação e importação, atravessa parte significativa da nossa trajetória histórica, um primeiro esforço de modernização se apresenta apenas em 1922 com a instituição do imposto de renda no país, entretanto, a plena organização das capacidades técnicas e operacionais do fisco só terminou de ser montada com a criação da Receita Federal tal como a conhecemos em 1966. NOZAKI, (2019, pág.59) Professor de Ciência Política e Economia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO).

¹⁴ O professor Willian Nozaki é responsável pelo conteúdo da disciplina Poder e Estado do Mestrado em Ciências Sociais da FLACSO- BRASIL.

Em Brasília, cujo símbolo máximo é o Congresso Nacional, logo, o poder, a noção de pertencimento, compromisso, estabelecimento de vínculos e enraizamento me foi oportunizada a partir da mineiridade e seus eventos históricos de resistência.

O exemplo de minha mãe, o reconhecimento de aproximadamente 833 Quilombos existentes no território mineiro, a inserção no movimento social a partir da militância com as mulheres negras, a Inconfidência Mineira, a eleição e resistência de Dilma Rousseff, a primeira Mulher Presidente da República do Brasil fazem parte do repertório de estímulos para escolha profissional em Gestão Pública.

Em Minas Gerais, em que pesem as suas contradições, o compromisso empregado é com a liberdade. Impresso na bandeira e na memória, através do qual me foi possível experienciar a força da sementeira de elementos constitutivos e norteadores do presente trabalho.

Toda construção é coletiva, ainda que pareça individual, não é diferente com a realização desta pesquisa feita a várias mãos. Não está presente somente a minha voz enquanto pesquisadora, mas a voz de muitas outras pessoas por esses caminhos que percorri. O estudo do comportamento humano e social configura-se uma especificidade das ciências humanas, o que faz com que a pesquisa qualitativa não se limite somente a dados estatísticos, mas que os pesquisadores e pesquisadoras sociais se deparem com novas conjunturas e perspectivas e possam examinar uma grande variedade de aspectos dos contextos sociais estudados. Considerando que as formas distintas de análise múltiplas coexistem, não localizando aqui a possibilidade de hierarquizar esses saberes.

Assim, é necessário, por parte desta pesquisadora, um olhar diferenciado fazendo com que sejam enfrentados novos contextos e perspectivas sociais. Estou propondo analisar modos de diálogos alternativos para dentro da administração pública, na perspectiva de remodelagem institucional que possibilitem a desconstrução da visão rudimentar. Resumida de ausência de profundidade de conhecimento de um rico patrimônio (como veremos) de valor civilizatório, considerando a contribuição da população negra na construção do Brasil. Tendo por finalidade fazer com que seja percebida a importância da produção de conhecimento emancipatório alternativo. Possibilitando experienciar a inclusão de outras formas de produção que reflitam o direito de chegar e permanecer em novos espaços de teoria que promovem a prática. Visando assim, descortinar a institucionalidade do racismo como determinante social em políticas públicas.

Através dessa análise, discutir como que a herança do Estado colonial brasileiro está alicerçada em histórias rasuradas, que desloca o núcleo de elaboração da gestão pública, refratário as narrativas da diferença.

De acordo com Santos (2021, p. 134), pensar na construção do conhecimento e dos saberes carrega uma urgência da necessidade de diálogo por parte da cultura científica. Objetivamente o reconhecimento de práticas e saberes tradicionais quilombolas com equivalência científica devem ser o aspecto resultante da possibilidade de construção estratégica da relação entre duas formas de gestão, a saber: Pública e Quilombola.

Trajetória: Caminhos de Minas

A militância no Movimento Negro em 1990 veio da minha relação de amizade com uma mineira de Belo Horizonte, moradora de Brasília (até os dias hoje). A Senhora Ana Lúcia de Lima, trançadeira, quituteira, filha de Xangô, *Iáquequerê* de sua casa de santo. Seu salão afro, um modelo de quilombo urbano, preservava elementos simbólicos como a oralidade e a coletividade “onde come um, comem dois” estimuladas pela memória. Esse ambiente sempre me oportunizou visitar a roça em Minas Gerais.

O MNU – Movimento Negro Unificado na década de 90 se encontrava em efervescência da organização negra em Brasília, influenciando outras organizações a se constituírem pela sua capacidade de intervenção política e social. Naquela época eu ainda não dimensionava a importância da Administração Pública. Embora morasse numa cidade onde nada é realizado sem planejamento e qualquer saída, se faz necessário problematizar passeios, essa rotina não funcionou como gatilho para a minha vocação.

Minas Gerais nunca foi um território neutro. Minha mãe, mineira de São Brás do Suaçuí, onde por algum tempo passei a minha infância nas férias viajando para roça de meus avós, local em ela nasceu, como diziam eles “*na propeba*”, às margens do Rio Paraopeba, me construiu aos poucos. Lugar onde todos os elementos de formação sempre estiveram presentes. Nessa jornada, minha posição política me levou de encontro às encruzilhadas da vida, obrigando a escolher o caminho. A ancestralidade foi ajustando o projeto de vida que me permitiu chegar até aqui.

Maria da Graças Rodrigues, minha principal referência em Gestão pública, Coordenadora de Igualdade Racial da Prefeitura de Belo Horizonte (2006-2011). Era definida como ‘*gestora de costura fina*’, conforme relato do Professor Antônio David de Souza Junior, então Secretário de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Educação

comandada pela professora Macaé Maria Evaristo¹⁵ de 2015 a 2018. Graça Sabóia, minha amiga, minha irmã que tão precocemente desapareceu de nossas vidas, foi determinante na formação da gestora que me tornei. Que o universo tenha sido generoso e acolhedor na sua chegada quando daqui, lamentavelmente, partiu e a quem eu dedico os dois versos de uma canção que define meu sentimento por essa mulher decisiva na minha vida.

teu olho que brilha e não para
tuas mãos de fazer tudo e até
a vida que chamo de minha
neguinha, te encontro na fé
me mostre um caminho agora
um jeito de estar sem você
o apego não quer ir embora
diacho, ele tem que querer...

(Versos da Música de Maria Gadú, Dona Cila)

Formei-me já tardiamente em Gestão Pública na UNOPAR, em 2015, fiz minha Especialização pela UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, em 2017, logo após. Entre um curso e outro me dividia entre a militância na CONEN – Coordenação Nacional de Entidades Negras, no cargo de Dirigente Partidário, a criação de minhas filhas e a responsabilidade de Coordenar a Política Pública e Igualdade Racial em Nova Lima, o que muito me honra.

As Mulheres Negras como Agentes do Conhecimento

De acordo com a socióloga americana Patrícia Hills Collins, (2018, pág. 139) as experiências de mulheres afrodescendentes na esfera transnacional, tem sido excluídas ou distorcidas daquilo que é compreendido como conhecimento. “A investigação do conhecimento subjugado de grupos subordinados, nesse caso, o ponto de vista das mulheres negras e o pensamento feminista negro – requer mais inventividade do que a análise dos pontos de vistas e do pensamento de grupos dominantes.”

¹⁵Primeira e única Secretária de Estado negra do governo de Minas Gerais. Em 2020, Macaé Maria Evaristo foi eleita vereadora de Belo Horizonte.

“O pensamento decolonial reflete sobre a colonização como um grande evento prolongado e de muitas rupturas e não como uma etapa histórica já superada. [...] Deste modo quer salientar que a intenção não é desfazer o colonial ou revertê-lo, ou seja, superar o momento colonial pelo momento pós-colonial. A intenção é provocar um posicionamento contínuo de transgredir e insurgir. O decolonial implica, portanto, uma luta contínua” (COLAÇO, 2012, p. 08)

Collins (2018, pág. 162) reflete que a comunidade de acadêmicas negras constitui um grupo cujos padrões epistemológicos a serem observados. À medida que acadêmicas negras aumentam, a coletividade heterogênea compartilha de uma posição social no âmbito do ensino superior, e, ao mesmo tempo, encontra desafios na construção de grupos de solidariedade através das diferenças na perspectiva de decolonizar o saber.

A tentativa para o melhor ajuste dos rumos da pesquisa percorreu caminhos pavimentados por mulheres negras extraordinárias que comecei a citá-las e com as quais a vida marcou encontros previamente agendados através da nossa ancestralidade. Cito entre as quais, a Prof.^a Dra. Ângela Maria Gomes, a quem dirijo mais uma vez, o meu mais profundo respeito pelo impecável zelo no ofício de ensinar, considerando esse, para além da sala de aula. Conhecemo-nos na militância quando à época a Dra. Ângela Gomes era Conselheira Nacional de Notório Saber do CNPIR – Conselho Nacional de Igualdade Racial¹⁶, na gestão da Ministra Luiza Bairros¹⁷.

Através das inúmeras consultas que fiz no âmbito do movimento negro do qual faço parte, quando terminei a especialização e buscava elaborar o projeto de Mestrado, problematizei em que medida o acúmulo na militância dialogava com as experiências de gestão pública na coordenação da Política de Igualdade Racial em Nova Lima. Alinhando as percepções oriundas experiência na Assessoria de Gabinete da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário do Estado de Minas Gerais com aquilo que eu acreditava defender. Serviu-me de referência determinante, a pesquisa de Doutorado¹⁸ de Ângela Maria Gomes

¹⁶O Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR é um órgão colegiado de caráter consultivo, integrante da estrutura básica da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SNPIR. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/orgaos-colegiados/cnpir/conselho-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial-cnpir>>. Acesso em: 19 jan. 2021, às 23h30min.

¹⁷*Luiza Helena de Bairros* nasceu no dia 27 de março de 1953 em Porto Alegre (RS), filha do militar Carlos Silveira de Bairros e da dona de casa Celina Maria de Bairros. Em 1975, formou-se em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Especializou-se em 1979 em Planejamento Regional pela Universidade Federal do Ceará, fez mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e concluiu o doutorado em Sociologia pela Michigan State University no ano de 1997.

¹⁸*Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negro-africana: TERREIROS, QUILOMBOS, QUINTAIS da Grande BH* julho de 2009 UFMG. Gomes, Ângela Maria da Silva. Disponível em:

(2009), assim que me apropriei do resultado de investigação, incorporando assim, às minhas referências para o exercício da gestão pública e elaboração do presente trabalho com a inestimável contribuição literária das escritoras negras Neusa Santos Souza (1983), Dra Nilma Lino Gomes (1995;2017), Dra Matilde Ribeiro (2014), Djamila Ribeiro (2018), Patricia Hills Collin (2018) e Grada Kilomba (2019). O hiato entre a proposta do mestrado em Ciências Sociais e meu acúmulo foi preenchido por uma conversa que eu diria ancestral com ela.

Como especialista em Gestão Pública, a professora Ângela Maria Gomes me chamou a atenção sobre minha experiência profissional e a lógica Quilombola. Sobre como seria importante apontar caminhos de uma investigação que não expropriasse o conhecimento existente nos territórios quilombolas. Geralmente as investigações não apresentam retorno para essas Comunidades, podendo configurar inclusive, segundo ela, como práticas extrativistas de dados e saberes contribuindo com seu empobrecimento.

Enfatizou a necessidade de valorizar os saberes fazendo um paralelo entre a Gestão Pública e lógica de Gestão Quilombola. O mundo se abriu e as ideias floresceram como sementeira epistemológica. Eu acredito sem pretensão que estava no lugar certo (Desenvolvimento Agrário), na hora certa (Regularização Fundiária em Territórios Coletivos) e com a pessoa certa.

A Incursão em Campo

O trabalho de campo iniciou-se com rodas informais de diálogo com os moradores da comunidade da Chacrinha, nas visitas às suas hortas, observação participante, escuta de relatos orais de histórias de vida. Os objetivos da pesquisa foram:

- Apresentar os aspectos da conformação do gerenciamento público. Descrever a sua origem e as revoltas que deram origem aos territórios quilombolas antigos;
- Evidenciar a organização espacial impressa no modo de vida sustentável dos quilombolas;
- Descrever a maneira pela qual a gestão territorial e ambiental quilombola, protege, conservam e manejam de forma sustentável os recursos naturais do território quilombola, promovendo também sua valorização cultural;

- Analisar a existência dos saberes tradicionais preservados e eficientes no território da Chacrinha dos Pretos. Descrevendo suas especificidades;
- Propor uma análise descritiva identificando os saberes constituídos no campo da saúde, investigando o acesso comunitário a política pública, relacionando percepção de agentes públicos sobre a cultura quilombola e o reflexo na qualidade de vida da comunidade;
- Apontar a possibilidade de construção efetiva entre as metodologias existentes nos quilombos a partir da experiência organizacional pública e as estabelecidas pelas mulheres negras ao longo da história e das mulheres quilombolas para evidenciar contornos de relação equivalente dos saberes;
- Destacar a relevância da mulher negra como sujeito de direito, trazendo-a para a centralidade da contribuição civilizatória. Agente fundamental, elo estrutural na relação institucional entre a gestão pública e a gestão quilombola.

Propus-me analisar comparativamente dois territórios quilombolas. No momento da escrita do projeto de pesquisa não havia o menor vestígio da tragédia humanitária no Brasil e no mundo, por isso, escolhi dois quilombos distintos e distantes para analisar a presença do Estado nos territórios e a relação das políticas públicas com os saberes tradicionais.

O primeiro seria o quilombo de Santa Cruz, em Ouro Verde de Minas, e depois a Chacrinha dos Pretos, em Belo Vale. As duas lideranças das referidas Comunidades Quilombolas se candidataram no pleito eleitoral de 2020, eleições que por força do nível de contaminação do Coronavírus, foram adiadas para 15 de novembro o primeiro turno.

Nesse sentido, tanto a pandemia como as eleições foram atrasando o início da pesquisa e esgotando o tempo de realização do estudo. Ainda que eu tenha dialogado com as lideranças previamente, estando em Ouro Verde de Minas antes da pesquisa para acertar a visita ao quilombo de Santa Cruz, aconteceram alguns problemas. A falta de acesso à internet, dificuldade de localização, retorno da liderança, as chuvas de final de ano, associados ao cenário absolutamente adverso, em que pese toda a generosidade da comunidade na pessoa de sua liderança, se tornou inviável o deslocamento até o quilombo de Santa Cruz em Ouro Verde de Minas.

A investigação no quilombo da Chacrinha dos Pretos, em Belo Vale se apresentou como possibilidade real. Por ser próximo à região metropolitana de Belo Horizonte e pela desenvoltura da liderança que monitorou meu deslocamento desde a saída da minha casa até a chegada em sua residência, onde fiquei hospedada.

Portanto, esse trabalho, inicialmente fruto do projeto que tinha como objetivo fazer uma análise comparativa das Políticas Públicas existentes nos dois territórios passou a ser o estudo de caso do Quilombo Chacrinha dos Pretos no município de Belo Vale em Minas Gerais.

Inicialmente ao pensar uma análise que possibilitasse a elaboração de uma proposta de resignificação da Gestão Pública, foi considerada a eficiência dos saberes quilombolas para apontar possibilidades de releitura do seu modo de organização na produção do conhecimento científico e suas possíveis incidências na formulação de políticas públicas. A delimitação da proposta e a pandemia impuseram a escolha de uma política pública. Consideramos ainda, a relação dos saberes na culinária, atendimento à saúde física e espiritual, elementos do patrimônio, cujas condições direcionaram a pesquisa para política pública de saúde.

Os Desafios da Pesquisa – COVID 19

Antes de entrar no tema, peço licença àqueles que leem, para relatar que nesse momento da escrita, estamos vivendo uma tragédia humanitária sem precedentes no Brasil. Já passávamos de mais de 375 mil mortos pelo SARS COVID-2¹⁹, vírus responsável pela maior Pandemia do século. Associada à letalidade desse vírus, no Brasil evidencia-se retrocessos intensos, ameaça à democracia com a atualização de versões do racismo: a Estrutural, institucional e ambiental que veremos na análise realizada.

No processo de escrita da minha tese passei por diversas situações, algumas boas e outras nem tanto, mas todas contribuíram para sua realização. No primeiro semestre de 2020, o mundo estava passando por algo que jamais imaginei vivenciar, um surto de coronavírus (SARS-CoV-2), responsável pela Covid-19. Desde que os primeiros casos foram noticiados houve uma preocupação frente a uma doença que se espalha rapidamente em diversas regiões do mundo, com impactos diversos também.

Os desafios no enfrentamento da propagação e contenção do vírus são intensos, mas diversos setores sociais não estavam preparados para os impactos provocados por uma pandemia de coronavírus. Recomendações da OMS e do Ministério da Saúde do Brasil, dentre

¹⁹Coronavírus é uma família de vírus que causam infecções respiratórias. Atualmente, seu nome está sendo associado à pandemia de um novo Coronavírus, chamado pelas autoridades de SARS-CoV-2, que causa a doença COVID-19. Alguns tipos conhecidos de Coronavírus estão relacionados às doenças respiratórias leves e moderadas. Porém, outras cepas do vírus podem causar quadros mais graves, como é o caso da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), identificada em 2002; e a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS), identificada em 2012. Disponível em: <<https://www.minhavidade.com.br/saude/materias/36108-coronavirus-sars-cov-2-covid-19-saiba-o-que-e-cada-termo>>. Acesso em: 15 jan. 2021, às 08h45min.

outras organizações nacionais e internacionais têm sugerido, incisivamente, ações de distanciamento social para que evitem ao máximo a circulação do vírus e, assim, um maior número de infectados.

O processo de contingência da pandemia de Covid-19 não possui escalas somente epidemiológicas, mas com impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem precedentes na história das epidemias. Os dados crescentes de infectados e mortes desnudam diversos outros problemas sociais, que vão desde o impacto nos sistemas de saúde, hábitos culturais de higienização, evidencição de populações e grupos sociais vulneráveis. Passando também por questões de saúde mental da população em tempos de confinamento, a sustentação econômica das pessoas, o temor pelo risco de adoecimento e possível morte, e até mesmo o acesso aos bens essenciais como alimentação, por exemplo. Um vírus único de mutação variável que reflete de maneira diferente, apresentando um importante aspecto de letalidade para comunidades pobres e negras, descortinando e aprofundando as desigualdades raciais.

De acordo com o estudo da Covid-19 no Brasil²⁰, elaborado pela UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, o vírus atinge majoritariamente as mulheres, embora a doença alcance maior letalidade entre os homens.

Entre os indígenas 45.858 casos confirmados e 1023 óbitos até o dia 30/03/2021. Com a população negra e pobre existe um agravamento que se sobrepõe as condições financeiras, de moradia e trabalho, estabelecido pelo Estado ao determinar quem vive e quem morre nesse país.

Realizando o cruzamento de dados do Ministério da Saúde, utilizando os indicadores idade, profissão, internações e mortes, nesse momento se identifica na literatura de estatística que brancos são quase o dobro de vacinados comparados com negros vacinados contra Covid-19 no Brasil²¹.

Mas quais as implicações da pandemia na escrita da dissertação a ponto de merecer um espaço no texto destinado a problematizá-la? Quais relações são estabelecidas com o objeto de estudo? Apontar os impactos sociais causados pela Covid-19 é pensar diretamente nas comunidades quilombolas, nas suas diversas configurações, nos atores sociais presentes e não somente nas questões epidemiológicas.

²⁰Dados Jornal Estado de Minas.

²¹Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/03/brancos-sao-quase-o-dobro-dos-negros-entre-os-vacinados-contracovid-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 12 abr. 2021, às 01h29min.

As limitações impostas pela Pandemia em alguns momentos pareceram comprometer todo trabalho. Comunidades Tradicionais como Quilombos estavam vulneráveis, por essa razão, pertenceram ao grupo prioritário para medidas de isolamento social.

O desafio se impôs e eu me perguntava: como realizar pesquisa de campo, fazer entrevistas e entregar questionários em papel, bem como colher assinatura do Termo de Consentimento, sendo que o vírus, altamente letal, sobrevive nesse tipo superfície por dias? Como realizar esse trabalho sendo que o território é o ponto de partida para confirmação da hipótese? Como confirmar que políticas públicas de saúde relacionada à gestão quilombola, podem contribuir com a não violação dos direitos de manutenção da vida desses povos? Como relacionar o conhecimento científico aos saberes tradicionais, buscando estratégias que contribuam com a eliminação do racismo institucional? Como analisar comparativamente aparelhos públicos que estão fechados por força da alta contaminação do vírus, salvo os Postos de Saúde? Como não se contaminar ou levar contaminação para as pessoas no ato de realizar a pesquisa de campo?

A Pandemia estava na curva ascendente em abril de 2021, produzida especialmente por uma política negacionista no seu estado cristalino. Capitaneada pelas autoridades do Governo Federal²², produzindo “boicote” a todas as medidas de isolamento e proteção, contra o uso de máscara e incentivo a aglomerações.

A Mobilização intensa de ataques à ciência²³, incentivando reações contrárias ao *lockdown* potencializava o debate beligerante entre economia & saúde, estimulados pelo Governo Federal. As aparições públicas do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro em passeios na cidade de Brasília, no cercadinho reservado a aparições públicas e discursos intencionalmente desastrosos com apoiadores e imprensa na porta do Palácio da Alvorada e em todas as cidades por onde passou, intensificavam os problemas. O Presidente promoveu a doença em detrimento da cura. Parte dos brasileiros foi tomada pelo discurso perigoso patrocinando a desordem pública, os ataques à ciência e as instituições de Estado. Nesse contexto, registro o colapso da saúde pública em Manaus²⁴ pela explosão de casos e mais

²²Senadores de oposição apontam a negligência do governo federal como principal culpado pela curva crescente da pandemia no país. O líder do PT, Rogério Carvalho (SE), disse que o presidente Jair Bolsonaro tem enganado a população desde o início da crise global.

²³ Utilizando as redes sociais para a construção da dúvida de uma ausência de consensos científicos no imaginário coletivo, os debates acerca dos resultados científicos tornaram-se uma questão de opinião guiada por uma polarização política. Tendo o negacionismo científicos fortes raízes e ramos norte-americanos, abordamos semelhanças entre os governos Trump e Bolsonaro para, deles, traçarmos paralelos que nos permitem uma melhor compreensão de como esse fenômeno se manifesta no Brasil.

²⁴Manaus está sem oxigênio em hospitais. Pacientes estão sufocando. O aumento súbito na demanda por leitos de UTIs para Covid-19 e por oxigênio ocorre duas semanas após as festas de final de ano. Nesse período, o

urgentemente por falta de oxigênio, fato que se espalhou pelo país colapsando todo sistema de saúde em várias regiões.

A desafiadora abordagem do tema que se deu em um contexto pandêmico, me permitiu aprendizados significativos. Ao reconhecer os limites de tolerância, credibilidade e espacialidade, o exercício necessário para a realização da pesquisa no Quilombo da Chacrinha dos Pretos reinventou a minha comunicação. Orientada pelos olhares e falares, oriundos de uma memória ancestral²⁵ que se atualiza e molda o presente e por um conjunto de heranças africanas formadoras da identidade nacional, preservadas nesse território.

O reflexo dos impactos da pandemia em territórios quilombolas explica as prioridades da agenda decisória dos governos, municipais, estaduais e principalmente no executivo nacional. De acordo com a ONG Terra de Direitos (2020), os problemas atrelados ao tratamento e combate à transmissão do Coronavírus demonstraram um contexto de crise que não se restringe aos sistemas de saúde. O agravamento de uma crise alimentar que compromete tanto a capacidade e escoamento de produção pelos trabalhadores rurais, povos e comunidades tradicionais, quanto às possibilidades de sobrevivência dos que vivem em condição de pobreza.

A ausência de fiscalização e presença do Estado em determinadas áreas atua como fator determinante à violação de direitos por terceiros, como é o caso da invasão de terras em territórios tradicionais, a exploração do minério de ferro, a permanência do desmatamento. O desaparecimento de lideranças sociais e ativistas tem caracterizado a vida em contexto pandêmico. Situação essa, agravada pelas desigualdades estruturais, aprofunda o racismo institucional na disseminação da doença e no acesso a cuidados de saúde, exames e tratamentos.

A Comunidade da Chacrinha dos Pretos, território quilombola objeto da investigação, situada no distrito de Belo Vale – MG, apesar dos poucos casos e nenhuma morte, estava exposta à doença. Em Belo Vale, a constatação foi de não aderência dos moradores a proteção da máscara.

Cumprido ressaltar, no que tange ao poder público, os locais de visitação pública e órgãos públicos, exceto Postos de Saúde, estavam todos fechados. Uma das possíveis razões que acredito que contribuiu para não se notificar nenhum caso de contaminação no Quilombo

presidente da República, mais uma vez, plantou irresponsabilidade ao incentivar as pessoas a ignorarem o isolamento social e a aglomerarem-se. Segundo ele, medo da Covid é coisa de "maricas" e "todo mundo morre um dia". O impacto negativo de seu governo consegue superar o de qualquer mutação do coronavírus.

²⁵ “A memória neste sentido é o fio condutor que nos leva à instituição de um território e à invenção de uma identidade, [...] Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-S-Rezende.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2021, às 02h53min.

até o momento de minha investigação foi a de que turismo, principais indicadores econômicos do quilombo e da cidade, deixou de existir.

De acordo com os dados coletados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2021, a CONAQ²⁶ tem procurado atualizar o quadro de infecção por Coronavírus nos territórios quilombolas em todo Brasil. A dificuldade de acesso facilita a sub-notificação em algumas regiões, segundo o Observatório (2021) da Covid nos Quilombos²⁷. Até o dia 23/03/2021 foram registrados o total de casos 1434 monitorados, 5069 confirmados e 224 óbitos.

A Pandemia evidenciou a desigualdade intensificando a piora da qualidade de vida das mulheres negras. A primeira vítima fatal de COVID no Rio de Janeiro foi uma empregada doméstica, cujos padrões teriam voltado de viagem à Itália (um dos países mais afetados pela contaminação). Com o fechamento das escolas, diaristas, comerciárias, vendedoras ambulantes, passaram a ter que abandonar empregos por não terem com quem deixar os filhos. A fome e o desemprego passaram a determinar o agravamento das condições de saúde. Doenças crônicas que prevalecem na população negra, como diabetes *Mellitus*, hipertensão arterial caracterizaram as comorbidades do público sobejamente vulnerável à letalidade do vírus.

a Base Territorial Censitária do IBGE, que se encontra em consolidação para o Censo Demográfico 2020, adiado para 2021, teve sua divulgação antecipada para subsidiar o desenvolvimento de políticas e ações específicas, planos e logística para enfrentar a Covid-19. (CONAQ, 2021, n.p.)

Para além da extrema precariedade no que tange o acesso a serviços públicos de saúde, bem como o acesso à informação, povos quilombolas não apareceram como grupo da primeira etapa no Plano de Imunização do governo do Estado de Minas Gerais. Iniciando a vacinação desse grupo a partir da segunda quinzena março de 2021. O critério de vacinação dos grupos prioritários estabelecido pelo Governo de Minas Gerais através da Secretaria

²⁶A CONAQ é composta da união das organizações quilombolas nos níveis Estaduais e regionais. Atualmente, a Coordenação Nacional reúne vinte e quatro Estados e, a partir do processo de identificação e visibilidade das comunidades quilombolas, atua com um universo de mais de três mil e quinhentas comunidades¹⁷ em todas as regiões do país. Disponível em: <<http://conaq.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 24 mar. 2021, às 20h45min.

²⁷Este observatório é uma realização da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) com o Instituto Socioambiental e a informação sobre os casos quilombolas advém do monitoramento autônomo desenvolvido pela Conaq junto aos territórios em que atua. Em relação ao panorama nacional, são utilizados os dados oficiais das Secretarias Estaduais de Saúde. Disponível em: <<https://quilombosemccovid.org/node#sobre>>. Acesso em: 24 mar. 2021, às 20h51min.

Estadual de Minas Gerais – SES/MG determinou o início de vacinação pelo grupo de pessoas com mais de 60 anos institucionalizados.²⁸

O que se propôs através dessa pesquisa em meio aos desafios impostos pela conjuntura sanitária mundial foi a investigação de uma articulação de saberes tradicionais e científicos na medida em que não se cumpre a aplicabilidade do que está previsto na Lei 12.228 de 20 de julho de 2010 – Estatuto da Igualdade Racial a saber: “Art. 32. O Poder Executivo federal elaborará e desenvolverá políticas públicas especiais voltadas para o desenvolvimento sustentável dos remanescentes das comunidades dos quilombos, respeitando as tradições de proteção ambiental das comunidades” afim de contribuir por meio de arranjo institucional²⁹ para a remodelagem de políticas públicas.

[...] se encontram nos processos de desenvolvimento social, quando se pressupõe a interligação de mundos diferenciados por saberes especializados. [...] agentes zelosos das diferenças que devem administrar, com vistas a produção do diálogo e de reordenações sobre sentidos nem sempre convergentes. (NEVES, 2008:35)

Nessa perspectiva, o presente estudo deve contribuir com a análise de implementação de políticas públicas a partir de uma ideia de valores civilizatórios³⁰ existentes nas comunidades quilombolas. Colaborando com a superação de visão naturalizada sobre a noção de isolamento e subcultura de quilombo impregnada na sociedade. Compreendendo o *quilombamento*³¹ como ação política no sentido de resgatar hoje às lutas do passado, reagrupando para reagir à conjuntura atual sem perder a história como estratégia de sobrevivência de indivíduos negros remanescentes de quilombo e todos aqueles que se insurgir contra o sistema de opressões impostos pelo racismo estrutural e suas derivações.

²⁸ A tabela de destinação prioritária para grupos a serem vacinados, obedeceu a critérios específicos estabelecidos pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<https://vacinaminas.mg.gov.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2021, às 23h33min.

²⁹ [...] efetivação as intervenções em determinada realidade social que requer o suporte de instrumentos orientados para fins, indispensáveis ao controle das ações, seja no que se refere ao aparato legal (constituição, leis, decretos, portarias, regulamentos, ajustamentos formais de conduta, etc.) assim como o apoio dos organismos públicos, parcerias privadas e mediadores em geral, com seus scripts e desempenho assegurado na implementação das ações. Esse conjunto de regras e organismos é o que se denomina de “arranjo institucional”. (BASTOS & GOMES DA SILVA, 2008:9)

³⁰ A África e seus descendentes imprimiram e imprimem no Brasil valores civilizatórios ou seja, princípios e normas que corporificam um conjunto de aspectos e características existenciais, espirituais, intelectuais e materiais, objetivas e subjetivas, que se constituíram e se constituem num processo histórico, social e cultural. Disponível em: <<http://www.diversidadeducainfantil.org.br/>>. Acesso em: 14 nov. 2021, às 22h07min.

³¹ O conceito de quilombo numa perspectiva usada neste trabalho tem como referência Abdias Nascimento e Beatriz Nascimento. Abdias Nascimento é autor da obra O Quilombismo publicada em 1980 pela Editora VOZES e Beatriz Nascimento escreveu o artigo “Daquilo que se chama cultura” e deu origem sobre o conceito de Quilombo no final dos anos 70. Foi publicado pela organização do Movimento Negro IPEAFRO. O texto está na obra do professor Alex Ratts “Eu sou Atlântica” publicado pela Imprensa Oficial São Paulo em 2006.

Modelagem Institucional: remodelagem estratégica

Para analisar a importância da inserção dos saberes tradicionais quilombolas como instrumentos metodológicos para remodelagem das políticas públicas. A remodelação da administração pública exige a aplicação do enfoque sistêmico que, em síntese, se refere à noção de que a natureza do sistema é definida pelo observador. Considerando que a governança do setor público, se assemelha à iniciativa privada, baseada em elementos de análise *SWOT* ou Matriz FOFA – ferramenta utilizada de análise do planejamento estratégico governamental, ou a metodologia do *BSC BALANCE SCOREAD CARD - BSC* construída com vista ao universo empresarial que nasce em oposição à metodologia do planejamento estratégico tradicional, o setor público e seus gestores devem buscar conhecer novas tecnologias e ferramentas que possam dar suporte à qualidade da gestão pública brasileira. Para tanto, importa, inicialmente, problematizar como que a negação desse conhecimento pode contribuir para a ineficiência de aplicação das políticas públicas, contribuindo ainda com a estrutura do racismo institucional.

Objetivei construir uma análise identificando os saberes constituídos no campo da saúde, investigando o acesso comunitário a política pública, relacionando percepção de agentes públicos sobre a cultura quilombola. Avaliei aplicabilidade da política na comunidade quilombola, e à proporção que saberes tradicionais incidem nas políticas públicas implementadas.

Metodologia Participativa

O Quilombo Chacrinha dos Pretos, localizado no município de Belo Vale em Minas Gerais possui 45 famílias, preserva as tradições de danças, cultivos de folhas e plantas medicinais no atendimento à saúde, utilizadas por benzedeadas, bem como na culinária tradicional. Situada no Vale do Rio Paraopeba, entre a Serra da Moeda e a Serra dos Mascates, a comunidade quilombola foi certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2004. A comunidade dispõe de instalação dos aparelhos públicos, como Escola Municipal, Biblioteca Pública, UBS – Unidade Básica de Saúde e quadra poliesportiva.

Considerando que essa pesquisa é de caráter qualitativo, realizei pesquisa participante na qual se considerou a importância dos interlocutores nos processos de levantamento de informações. A investigação foi direcionada a priorizar relatos orais dos mais velhos em

razão do saber da memória e das mulheres por serem maioria e responsáveis pela organização e equilíbrio distributivo do território, realizando questionários e utilizando diário de campo.

A metodologia utilizada para a realização do trabalho baseou-se na pesquisa documental como a certificação do território que possibilitou a reunião de importantes informações acerca do tema. Foi realizado levantamento bibliográfico de dados secundários tendo como referência autores relacionados ao encadeamento do tema. Além do suporte em documentos públicos oficiais. A observação participante foi utilizada, 13 entrevistas semi estruturadas com moradores da comunidade, agentes públicos e especialmente com as mulheres quilombolas.

O inventário participativo³², metodologia utilizada pelas orientações do protocolo de consulta das comunidades quilombolas para o levantamento de plantas nativas e receitas das mulheres do quilombo, se evidenciou na incursão em campo. As plantas e suas propriedades terapêuticas ou nutritivas foram listadas pelo levantamento de dados primários e secundários oriundos das pessoas entrevistadas e por iniciativa delas. Os bens tombados ou em vias de tombamento foram elencados pelos registros de memória dessas pessoas, ou seja, além da metodologia científica que o trabalho exige. A Metodologia de inventário participativo apresentou o levantamento de bens materiais ou imateriais, relacionando parte do patrimônio cultural quilombola da Chacrinha dos Pretos. A participação foi construída por meio do processo de consulta prévia, livre, informada, norteada pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Constituição Federal de 1988.

Estive na primeira incursão em campo no período de 30 de novembro ao dia 9 de dezembro de 2020. Planejei voltar no final de janeiro quando o pior cenário estava se desenhando. Em virtude do *Lockdown* precisei adiar a pesquisa para a segunda quinzena de fevereiro do dia 20 ao dia 26 de 2021.

As minhas opções de entrevista pareceram em um primeiro momento algo de fácil escolha dado o fluxo de pessoas na casa e pela capilaridade da liderança de Maria Aparecida Dias, dona do restaurante local e presidente da Associação Comunitária da Chacrinha dos Pretos. Todavia, fui objeto de observação durante uns cinco dias por parte desses visitantes. A prosa sempre fluía com facilidade, mas na verdade eu estava sendo testada. Como quase todo mundo lá diz ser da mesma parentela, fiquei receosa na possibilidade da pouca objetividade do resultado da minha pesquisa, sob pena de reproduzir de forma diferente a mesma história.

³² O método de inventário participativo pressupõe uma forte mobilização, ao ponto de permitir o conhecimento dos bens culturais de natureza material e imaterial, logo, dos acervos existentes. CONECTARET – Plano de trabalho AEDAS, 2021, p. 30.

Nesse trabalho, estabeleci como apresentação três capítulos sobre os quais discorro:

No capítulo primeiro, procurei escrever sobre a formação da Gestão Pública Brasileira e a gestão quilombola do período imperial até a república na modernidade. Considerando os aspectos, patrimonialista e oligárquico eurocentrados. Influenciados pelos interesses da elite dominante, responsável pelos entraves burocráticos que atuam em desfavor na garantia de direitos dos povos quilombolas. Evidenciar o contingente específico de negros escravizados enviados para Minas Gerais e a importância da articulação de atores da sociedade civil para definição normativa dos remanescentes de quilombo a partir da investigação no quilombo da Chacrinha dos Pretos em Belo Vale/MG. Por meio de um olhar histórico e contemporâneo, comparar as metodologias de investigação reconhecendo atualização do modelo acadêmico entre os quilombolas. Analisando a necessidade emergente de inclusão do conhecimento emancipatório que atua contra a visão subalternizada e periférica dos saberes quilombolas hierarquizados pela academia e pelo Estado, funcionando como prática de apagamento contra o conhecimento.

No segundo capítulo procurei analisar o território da Chacrinha dos Pretos a partir da incursão em campo, relacionado os saberes, a culinária, amparada em análises pré-existentes de hierarquização dos saberes. Evidenciando os aspectos fundantes do território a partir do processo de investigação. Analisando a necessidade emergente de inclusão do conhecimento emancipatório que atua contra a visão subalternizada e periférica dos saberes quilombolas hierarquizados pela academia e pelo Estado, funcionando como prática de apagamento contra o conhecimento.

Por fim, no terceiro capítulo procurei descrever o território a partir da acolhida e dos saberes articulados no quilombo. Objetivando a importância do matriarcado negro como contribuição civilizatória da diáspora africana no Brasil. A partir da liderança quilombola da Chacrinha dos Pretos, Maria Aparecida Dias, analisei a maneira pela qual a capacidade organizativa da comunidade reflete positivamente na relação com as políticas públicas. Experienciando a metodologia de inventário participativo que evidencia os bens do patrimônio cultural material e imaterial presentes no território. Evidenciar a eficiência dos saberes tradicionais quilombolas em atendimento à saúde em relação com a política pública compromete a estratégia de poder que forma o conhecimento.

Uma dissertação é construída acessando metodologias de geração de dados diferentes que irão permitir contemplar o objeto de estudo por várias perspectivas, é fundamentada por teorias consistentes que conferem seu caráter científico além de propor alguns aspectos inovadores no seu desenvolvimento. Esse questionamento não foi simples e identificado

desde o início, responder à pergunta “Qual a inovação da minha pesquisa?”, pode não ser algo tão fácil. O trabalho é processual, vai se moldando na caminhada, identificamos que uma abordagem pode ser melhor que outra. Amadurecemos nossas discussões teóricas, lidamos com contratempos que não são possíveis de imaginar que passaríamos por eles. Mas uma dissertação também é construída por uma pesquisadora, alguém comum com uma história de vida. Desenvolver uma pesquisa não é simplesmente seguir um cronograma de trabalho, analisar dados e sentar para escrever. Lidamos com nossos desafios, que não são poucos conforme descrevo na sequência da comparação analítica do histórico administrativo brasileiro até o modelo gerencial.

CAPÍTULO I

2 GESTÃO PÚBLICA E GESTÃO QUILOMBOLA

Ao debruçar-me na relação destes dois modos de gerenciamento que refletem na organização social brasileira, importou localizar o hiato entre um saber e outro. Trata-se, sobretudo de uma percepção indiciária de práticas de *racialidades*, determinismo biológico que legitima a supremacia branca fomentando a concepção de privilégios políticos econômicos e intelectuais, inserido no conceito de nação que estruturam o saber científico. O Brasil, conforme observaremos a seguir, reesculpe na república o modelo imperialista eurocentrado do não lugar do saber negro na elaboração do conhecimento, reunindo esforços possíveis para o apagamento na história da contribuição civilizatória afrodiáspórica.

A administração pública teve as suas bases originadas no movimento denominado *New Public Management* (NPM) que traduzida para o português significa a nova administração pública. O movimento defendia a ideia de que o dogma que concebia a administração, estritamente vinculada aos problemas relacionados à economia e à eficiência eram incompletos e tornavam-se inadequados.

Modelos de Administração Pública Brasileira

Patrimonialista

O modelo de Gestão Pública patrimonialista de acordo com Headley (2013, p.23) foi a primeira forma de gestão adotada pela administração pública brasileira. Em sua principal característica não havia a separação entre a administração dos bens públicos e privados. Desta forma, todos os bens que havia dentro dos limites do reinado poderiam ser alvo de desejo e utilização por parte do rei, podendo utilizá-los sem prestar satisfação nenhum à sociedade. No modelo patrimonialista não há a possibilidade de organização de carreira, pois os melhores cargos são destinados a atender aos grupos que rodeiam o poder. No modelo patrimonialista, a prática de troca de favores, onde o objeto de barganha eram os cargos públicos, ocorria livremente, articulados especialmente entre grupos de interesses econômicos ou políticos.

Burocrático

A administração burocrática trouxe novos conceitos e novos rumos à administração pública. Como consequência do modelo burocrático obteve-se a separação entre bens públicos

e privados. Instituíram-se regras legais e operacionais previamente definidas, implantou-se a reestruturação e a reorientação da administração pública em atendimento ao crescimento das demandas sociais. Lista-se benefícios e inclui-se, ainda, a definição dos papéis econômicos da sociedade e a adição do conceito de racionalidade e eficiência administrativa no atendimento às demandas sociais. No entanto, de acordo com Matias-Pereira (2012, p.56) “é perceptível que a administração pública tende a reagir de forma lenta e insatisfatória a mudanças econômicas e sociais que se processam à sua volta, tornando mais acentuada as suas distorções e ineficiências”.

A racionalidade burocrática é formal, distante das pessoas, e abstrata, universal e, sobretudo, não se considera as necessidades das pessoas e não permite aflorar seus saberes e qualidades como parte instrumental do modelo. É conduzida com base em regras específicas, leis e regulamentos que ao longo do tempo se tornam obsoleta, não contribuindo para o desenvolvimento organizacional.

Gerencial

As primeiras concepções da administração pública gerencial surgem a partir do século XX como resposta ao projeto de expansão das funções econômicas e sociais do Estado. Por outro lado, é impulsionada pelo desenvolvimento tecnológico, pelo processo de globalização da economia, uma vez que, deixam transparecer os problemas crônicos que antes ficavam escondidos.

A administração pública gerencial é vista como um avanço e propõe um distanciamento com a administração pública burocrática. Não significa, no entanto, que se desprezem todos os seus princípios. Isso equivale afirmar que a administração pública gerencial está fortemente apoiada no modelo de gestão que antecede e preserva alguns de seus princípios fundamentais.

A diferença fundamental entre os dois modelos está na forma como é empregado o método de controle, que deixa de basear-se nos processos para concentrar-se na geração de resultados efetivos. Esse modelo tem como pressupostos a descentralização das decisões e funções do estado. Estabelece foco na qualidade e na produtividade do serviço público e autonomia no que diz respeito à gestão de recursos humanos, materiais e financeiros.

Ao analisarmos uma seção do desenvolvimento histórico brasileiro, podemos verificar que quando se deu a instalação da corte portuguesa no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, sede do império português, desencadeou o processo de organização da administração pública brasileira. Os primeiros órgãos de governos criados foram:

- (1º) Ministério da Guerra e Estrangeiros;
- (2º) Ministério da Marinha;
- (3º) Ministério da Fazenda e do Interior.

De acordo com Headley (2013), durante o governo de Dom João VI nesse mesmo período, instalaram-se também os serviços de auxílio e apoio ao desenvolvimento às funções de governo, entre as quais se destacam:

1. O Banco do Brasil;
2. A Casa da Moeda;
3. A Junta Geral do Comércio e;
4. A Casa da Suplicação (Supremo Tribunal).

Segundo Bresser-Pereira (2001, p. 4) até 1900 o Brasil “ainda era um estado oligárquico em que uma pequena elite de senhores de terra e de políticos patrimonialistas dominava amplamente o país”, observamos que o processo de modernização da administração pública e seu gerenciamento efetivo percorreram um longo caminho até a compreensão da importância da Gestão Pública.

Esse modelo gerencial tem modulado seus conceitos e objetivos de maneira estratégica, a fim de formular metodologicamente instrumentos de avaliação da sua aplicabilidade. Cumpre observar que, de acordo com Dagnino (2016, p. 73), é necessário compreender a correlação de forças que estabelecem a prioridade de investimento em políticas públicas na agenda decisória de um governo.

O Estado, portanto, não se reduz à burocracia pública, em que os organismos estatais planejam e programam as políticas públicas, agindo como mero instrumento de elaboração dessas políticas. Ele é fruto de uma relação de dominação e subordinação historicamente determinada, mantida entre classes sociais antagônicas (DAGNINO; CAVALCANTI; COSTA, 2016, p. 73).

O Estado tem a função explícita de planejar. O planejamento na gestão pública encontra respaldo na Constituição Federal brasileira, é elaborado e realizado para cumprir tarefas, atividades a desempenhar e serviços a serem prestados. O intuito do planejamento faz com que o objeto movimentador seja realizado da forma mais econômica possível.

Os indicadores de desempenho podem ser utilizados como fator de monitoramento de qualquer atividade realizada dentro do setor público. A gestão pública visa aumentar o nível de qualidade na prestação de serviço à população, valoriza a mensuração dos esforços empregados antes e depois da implantação dos programas e ações de ordem coletiva.

Para compreender os processos de modernização da administração pública é necessário compreender o contexto histórico, demonstrando o período de evolução ao longo da história do Brasil.

Quadro 1: Formas Históricas de Estado e Sociedade no Brasil

	1821-1930	1930 -...	Início?
Sociedade	Mercantil Senhorial	Capitalista	Pós-Industrial
Estado (política)	Oligárquico	Autoritário	Democrático (1985)
Estado (Administração)	Patrimonial	Burocrático	Gerencial (1995)

Fonte: Bresser-Pereira (2001).

O quadro acima demonstra de maneira simplificada como se dividiram as formas históricas do estado e da sociedade no Brasil até o surgimento da Gestão Pública.

A sociedade mercantil senhorial, marcada pelo escravismo, se caracteriza por duas funções: o estado e o mercado como instituições fundamentais das sociedades. Estado como instituição política detém o poder político, ou seja, o monopólio do uso legítimo da força física em determinado território. Usa o poder político para regular a vida social sendo o mercado a instituição econômica que coordena a produção de bens e serviços, por meio da troca.

quando o moderno estado-nação emergiu a partir dos antigos impérios e do sistema feudal, ele foi o fruto tanto de uma crescente divisão do trabalho como da ascensão do capitalismo. O surgimento do estado moderno implicou uma crescente separação, para cima, do estado a partir do monarca e, para baixo, da organização do estado a partir da sociedade civil (BRESSER-PEREIRA, 2005, p.9).

Com a proclamação da República se estabelece o período de transição marcado pelo primeiro golpe militar da história do Brasil. O regime militar se reeditou com base nos interesses da classe média em 1930, 1945 e 1964 conforme relata Bresser-Pereira.

a Primeira República será um período de transição. Ela começa com a Proclamação da República, o primeiro golpe militar da história brasileira. Pretendia ser uma revolução de classe média, como seriam depois as outras três revoluções militares no Brasil – 1930 1945, e 1964 – mas o regime militar teve vida breve, dura os governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto (BRESSER, Pereira, 2001, p. 8).

Dois aspectos que veremos em seguida merecem a devida atenção para compreender a literatura da gestão pública no Brasil, estruturas que conformaram o arcabouço de instruções normativas e marcos legais que determinaram os rumos da administração pública nacional, a saber:

2: Quadro das principais evoluções normativas da administração pública

<i>Criação do DASP – Departamento Administrativo de Serviço Público: criado pelo Decreto-lei 579, de junho de 1938. Órgão central de pessoal, material, orçamento, organização e métodos. Absorveu o Conselho Federal do Serviço Público Civil, que havia sido criado pela Lei nº 284, de outubro de 1936, a qual instituiu também o primeiro plano geral de classificação de cargo se introduzia um sistema de mérito, 1936.</i>
<i>Decreto Lei Presidencial nº 200; Estrutura a Administração Pública, 1967.</i>
<i>Criação do Ministério da Desburocratização e lançamento do Programa Nacional de Desburocratização, 1967.</i>
<i>Criação da Subsecretaria de Modernização e Reforma Administrativa, vinculada ao Ministério de Planejamento, 1967.</i>
<i>Criação da FUNCEP – Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1980.</i>
<i>Extinção do DASP – 1986.</i>
<i>Criação da SEDAP – Secretaria de Administração Pública da presidência da República vinculada ao Ministério Extraordinário para Assuntos da Administração, 1986.</i>
<i>Criação da ENAP - Escola Nacional de Administração Pública - tendo como modelo a ENA –École Nationale d’Administration - da França. Responsável pela criação da carreira dos gestores públicos (Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental) a FUNCEP é incorporada, 1986.</i>
<i>Promulgada a Constituição Federal de 1988.</i>
<i>Recriação do DASP com a criação da Secretaria da Presidência da República SAF órgão de assessoramento direto e imediato da Presidência da República que absorve a SEDAP, 1990</i>

Fonte: Bresser-Pereira, 2001.

Em 1945, o poder havia sido descentralizado para os estados da federação e simultaneamente ocorriam duas movimentações no Estado brasileiro: a reforma administrativa o conduzia à desconcentração do poder e a volta no plano político federativo centralizado para União.

a transição, porém, está em marcha, e implica em uma mudança substantiva: a presença agora efetiva dos militares do Exército na aliança de poder. Era um fato novo, porque estes militares, diferentemente dos da Marinha, não podiam ser legitimamente incluídos no estamento burocrático-aristocrático do Império. Os representantes da classe média tecnoburocrática, de uma classe média burocrática moderna, que, no século XX, teria enorme expansão e diversificação, apareciam, assim, pela primeira vez na história brasileira por intermédio do Exército (BRESSER-PEREIRA, 2001, pág. 8.).

Depois de um longo período, o país começa a respirar novamente ares democráticos, diferente da democracia controlada no regime militar em 1945, primeira democracia, e da ausência de democracia através do Ato Institucional 5 – AI-5 em 1964. Em 1985, o país retoma o regime democrático, o poder volta a ser descentralizado para Estados e municípios e três anos depois é promulgada a Constituição de 1988.

As contradições da constituição cidadã para o aspecto político administrativo, analisadas por alguns economistas/desenvolvimentistas, trouxeram entre outros conflitos, uma sobrecarga para os cofres da União. Municípios que não detinham arrecadação suficiente para cobrir gastos públicos, por essa razão, transferiam as dívidas para União. Evidenciando a superficialidade da autonomia dos municípios na medida em que não correspondiam com a responsabilidade conquistada.

A Constituição de 1988 apresenta, entre outros avanços, como resultados os dispositivos da administração pública. Grupos burocráticos, apesar de estarem envolvidos com práticas de clientelismo, exerceram, contraditoriamente, ações para adoção da burocracia clássica, através da rigidez e hierarquia na administração pública. Entretanto, a burocracia estabelecia para si privilégios de aposentadoria sem a devida contagem de tempo e estabilidade imediata sem estágio probatório.

Cumprir destacar que a exigência de concurso público previsto na CF 1988 reduziu, consideravelmente, cabides de emprego muito usuais em um Estado patrimonialista, tradicionalmente. Embora na atualidade represente o cumprimento cabal da burocracia clássica os editais de concursos públicos recepcionaram em sua elaboração de critérios, a inclusão de cotas para candidatos negros.

Até a reforma gerencial em 1995, no Brasil, em razão de vários governos e planos mirabolantes como o confisco da poupança dos brasileiros no governo Collor, endividamento público, moratória, inflação alta, a crise na administração pública se torna uma realidade, notabilizando aspectos cíclicos. Não se apresentava uma alternativa contra as ideias de globalização que diminuiriam a relevância dos Estados nacionais, colocando-os subservientes às regras do mercado globalizado.

a solução, portanto, não era substituir o Estado pelo mercado, mas reformar e reconstruir o Estado para que este pudesse ser um agente efetivo e eficiente de regulação do mercado e de capacitação das empresas no processo competitivo internacional (BRESSER-PEREIRA, 2001 p.22).

Os conceitos da Nova Gestão Pública nascem de referências da escola administrativa inglesa. Nessa mesma época, o governo brasileiro define o gerenciamento público como o novo elemento para o formato da administração.

É preciso observar que o modelo de administração pública no Brasil para enveredar pelo caminho do processo de modernização, transformou os modelos patrimonialista, burocrático e gerencial e foi se conformando por dois aspectos. O primeiro, o de descontinuidade por força de mudanças do cenário político provocadas pela sabotagem

sistemática de um projeto nacional em atendimento aos anseios das disputas de classe no andar de cima da pirâmide social.

O segundo recepciona a origem da literatura administrativa brasileira com base em escolas estrangeiras em detrimento aos elementos constitutivos e específicos da realidade nacional. Modelos burocráticos excludentes que acomodaram o clientelismo e o patrimonialismo durante um longo período da conformação do estado brasileiro, marcado por avanços e retrocessos.

Da era Vargas, no Estado Novo, até o regime de democrática controlada ou plena, as tentativas de ajuste da literatura que cientificam a administração pública, alicerce da nova gestão pública no Brasil, se referenciaram como já relatado nas escolas estrangeiras. Essa natureza científica de produção do conhecimento está ligada, em última análise, ao comprometimento da soberania nacional, objeto de observação de alguns cientistas políticos estrangeiros, conforme confirma Bresser- Pereira.

[...] a tentativa da reforma e do seu agente, o DASP, continuava a ser a implantação de uma burocracia clássica no país, tendo como modelo a reforma na França e nos Estados Unidos. Lawrence S. Graham observou nos anos 60 que “a tentativa de formar o serviço público brasileiro através do uso de uma política de pessoal baseada no sistema americano levou à criação de um sistema administrativo caracterizado por um alto grau de formalismo...” Mas, acrescentava um formalismo “no qual há considerável discrepância entre as normas e a realidade (BRESSER-PEREIRA, 2001, p. 12).

A ENAP é uma escola de excelência científica em administração pública cujo modelo é francês. É evidente que as elaborações de outros atores internacionais em determinadas áreas do conhecimento são de inquestionável contribuição para o pensamento científico brasileiro como resposta.

Entretanto, é imperativo refletir que o histórico brasileiro por si só reúne outra escola de administração pública. A partir da nossa realidade e experiência é possível perceber que o desafio está em incluir essas outras formas de interpretação e formulação visando o equilíbrio entre o estudo histórico específico do sistema sociopolítico brasileiro e a análise baseada em modelos do desenvolvimento político-administrativo elaborados por outras nações. BRESSER-PEREIRA, (2001, p. 15).

Se considerarmos o contexto histórico, ainda de acordo com o autor BRESSER-PEREIRA, (2001, p.06) que “A elite patrimonialista imperial, embora tivesse origem principalmente nas famílias proprietárias de terra, vai ganhando aos poucos autonomia na sua própria reprodução. O que a caracteriza é o saber jurídico formal, transformado em ferramenta de trabalho e instrumento de poder.” É necessário compreender que o equilíbrio

administrativo brasileiro na democracia, deve estabelecer a competência de outros saberes como contribuição científica administrativa, circunscritos em nosso território. Analisando, por exemplo, aquele existente dentro das sociedades de quilombo, referenciados no capítulo a seguir, colaborando com a escultura do modelo brasileiro analítico, ainda encastelado numa posição subsidiária ao modelo de reforma da França e dos Estados Unidos, conforme observado anteriormente.

2.1 Os Quilombos no Brasil

“O projeto político Quilombola atravessou séculos de história para se consolidar como direito constitucional. O quilombo ampliou-se por meio do apoio de outras parcelas da população brasileira, tornando-se parte de um projeto político nacional voltado para a construção de uma sociedade mais democrática e justa. As contradições entre a Legislação e a sua efetiva aplicação, contudo, constituem hoje o maior desafio, uma vez que a incorporação do quilombo na ordem jurídica não tem sido suficiente para alterar as práticas de expropriação e controle da terra, e com elas a situação de precariedade em que vivem os grupos negros na atualidade. A ação estatal de proteção às chamadas comunidades quilombolas tem se ampliado e pode até ser considerada uma prática inovadora hoje, mas se demonstra ainda muito insuficiente, requerendo uma ação redobrada de participação política por parte dos movimentos sociais negros no Brasil.”

Ilka Boaventura Leite³³

Negros escravizados oriundos da Costa da Mina situada entre Gana e a Nigéria passando pelo Togo e República do Benin eram afamados como habilidosos em identificarem minerais preciosos. Assim como angolanos, aparecem com frequência nos documentos do tráfico negreiro e nos registros de escravos dos senhores de engenho no Brasil para Minas Gerais. De acordo com Gomes (2021 p.85), “nas três primeiras décadas do século XVIII, escravos da Costa da Mina perfaziam 57% de todo o contingente de cativos de Vila Rica e Vila do Carmo, contra 28% proveniente da região da Angola”.

O escritor explica:

³³ Ilka Boaventura Leite é professora Titular do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Fundadora e coordenadora do NUER (Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas). É filiada à Associação Brasileira de Antropologia e é Pesquisadora do CNPq desde 1986. Tem formação em História (UFMG, 1980) e Antropologia (USP, 1986).

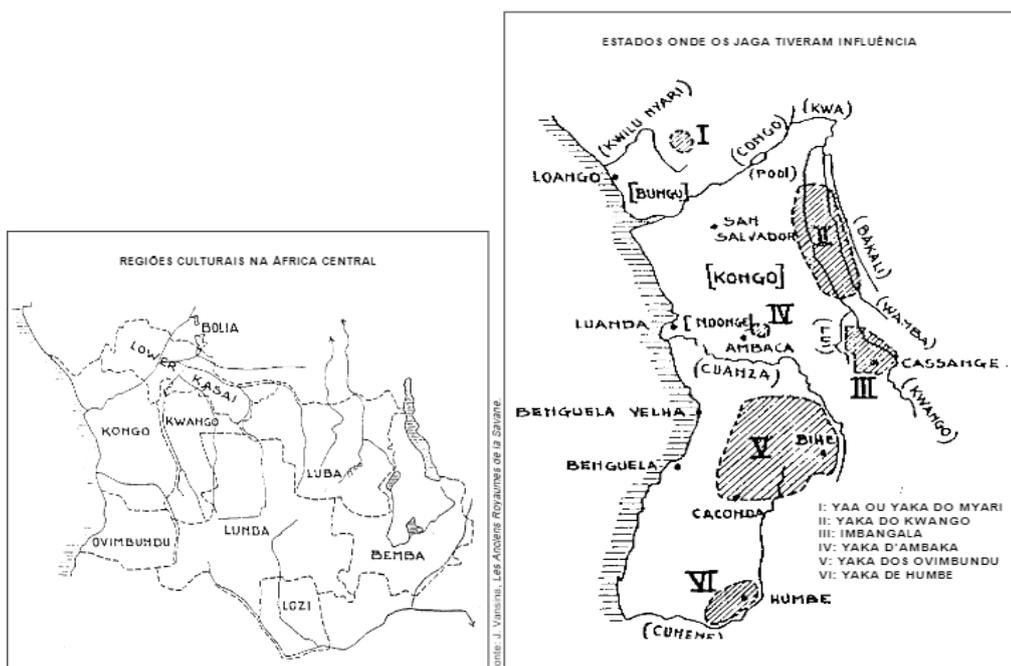
Alguns anos mais tarde, em meados do século, cerca de 60% de todos os africanos desembarcados no porto de Salvador, em sua maioria, destinados à capitania de Minas Gerais, eram registrados como mina (GOMES, 2021, p. 87).

De acordo com Lopes a palavra quilombo tem origem na língua banto, e se aproxima de termos como: habitação, acampamento, floresta e guerreiro. Na região central da Bacia do Congo, significa “lugar para estar com Deus” (NUNES, 2013, p. 13).

Quilombos já foram espaços de ocupação territorial das populações de origem africana durante o sistema escravagista no Brasil. Em África, *Kilombo* era uma sociedade que priorizava a preparação de guerreiros, treinados com muita habilidade para confrontos territoriais. Ao recuperar a relação do quilombo com a África, Munanga (1996) afirma que quilombo brasileiro é uma cópia do quilombo africano reconstituído pelos escravizados em insurgência a estrutura escravista.

a palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos. O quilombo amadurecido é uma instituição transcultural que recebeu contribuições de diversas culturas: lunda, imbangala, mbundu, kongo, wovimbundu, etc. Os ovimbundu contribuíram com a estrutura centralizada de seus campos de iniciação, campos esses que ainda se encontram hoje entre os mbundu e cokwe de Angola central e ocidental (MUNANGA, 1996. p. 60).

Figura 1: Origem e histórico do quilombo na África



Fonte: MUNANGA, 1996.

Para o autor, a inspiração adveio do longo processo de maturação ocorrido na cultura banto nos séculos XVI e XVII, de instituições políticas e militares, formadas por guerreiros submetidos à rituais de iniciação para unificar outras linhagens.

O Conselho Ultramarinho³⁴, em 1740, reportando-se ao rei de Portugal, assim definia quilombo: "toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele" (MOURA, 1987, p.11) contribui com a visão distorcida de banditismo dos quilombos antigos, fruto de um conjunto de fatores, ações que contribuíram com a destruição dos Quilombos de Ambrósio e Palmares.

O maior exemplo histórico de resistência quilombola à escravidão no Brasil foi o Quilombo de Palmares. No Estado de Alagoas está localizada a sede do município de União de Palmares. Reis e Gomes (1996, p.12) localizam que a esquerda está a serra da Barriga, um dos mocambos do Quilombo de Palmares ou *Angolajanga*, que significa pequena Angola. De acordo com dados dos autores, esse quilombo existente no século XVII foi o mais populoso, o mais duradouro e o mais importante território quilombola da historiografia até 1695 do Brasil³⁵.

Esse núcleo de resistência foi formado, em 1605, por negros africanos foragidos e reuniu diversos quilombos durante quase 100 anos. Zumbi liderou uma resistência heroica que acabou com a destruição do quilombo e sua morte em 20 de novembro de 1695. O Quilombo de Palmares se organizou como Estado político africano na colônia portuguesa em Palmares.

Segundo Reis e Gomes (1996, p. 12), quilombos são sociedades afro-brasileiras que começam nas senzalas. Surgiram em maior quantidade durante o século XVIII, no auge do Circuito do Ouro nas Minas Gerais. Desenvolviam atividades de pesca, agricultura, trocas, caça, garimpo do ouro da aluvião, estratégias de defesa do território onde abrigavam negros libertos, fugidos, indígenas e brancos pobres, o que pressupõe uma capacidade organizacional

³⁴O Conselho Ultramarino administração portuguesa para as colônias e conquistas iniciou-se com a Mesa de Fazenda, onde se reuniam os vedores, existindo para a área ultramarina o vedor da Índia, Brasil e Guiné. Este órgão foi posteriormente chamado de Conselho da Fazenda, extinto em 1604. Foi criado o Conselho da Índia nesse ano e extinto em 1614. O Conselho Ultramarino foi organizado em 1642, quando recebeu seu Regimento. A nomeação dos seus ministros foi estabelecida pelo Decreto de 14 de julho de 1643, e sua instalação ocorreu em 2 de dezembro de 1643. Competiam-lhe todas as matérias e negócios da Índia, Brasil, Guiné, São Tomé, Cabo Verde e África. O Conselho Ultramarino foi extinto em 30 de agosto de 1833. Suas funções foram transferidas para a Secretaria de Estado de Marinha e Ultramar. Disponível em: <<http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/conselho-ultramarino>>. Acesso em: 14 abr.2021, às 19h50minh

³⁵ "Os quilombos foram estudados por diversos estudiosos e o quilombo de Palmares, datado do século XVII, foi logo considerado o maior, mais importante e duradouro mocambo da América" REIS, João José. GOMES, Flavio dos Santos. Liberdade por um fio. 1996, p.28.

politicamente estruturada. Estas atividades ameaçavam a estabilidade da escravidão que tornava a liberdade um alvo em constante movimento.

Em Minas Gerais, o Quilombo de Ambrósio, conforme Martins (2018), foi um dos maiores agrupamentos quilombolas do Brasil, nove vezes maior que o de Palmares. Sua extensão era do Triângulo Mineiro, passando pelo Sul e Sudoeste de Minas, até as áreas do nordeste do estado de São Paulo. Construído por negros escravizados, negros alforriados e brancos pobres que sofriam com a arrecadação de impostos.

De acordo com Martins (2018, p. 15), no quilombo de Ambrósio localizado no município mineiro de IBIÁ-MG existiu uma população de mais de 20 mil habitantes, no século XIX. O quilombo resistiu por anos a ataques da Coroa e até hoje é inspiração de luta para o povo mineiro.

o Quilombo do Ambrósio foi a capital da Confederação Quilombola do Campo Grande (Minas Gerais, 1720 a 1760), que chegou a ter 27 quilombos confederados esparramados pelo Centro, Centro-Sul, Centro-Oeste, Alto São Francisco, Alto Paranaíba, Triângulo Mineiro e Sudoeste de Minas (Martins, 2018, p. 10).

Na verdade, esses Quilombos impactavam negativamente os interesses econômicos da colônia. As fugas constantes e a formação de vários quilombos foram provocando a necessidade de maior investimento na compra de pessoas negras escravizadas, alimentando o rentável negócio do tráfico de humanos.

Devem ser entendidos como elemento dinâmico de desgaste das relações escravistas, portanto um movimento que atuou no centro do sistema nacional econômico. Reúne importância sociológica histórica, política e humana, não podendo ser adjetivados como um “*Valhacouto de bandidos*” conforme Moura (1993, p. 39) relata sobre como a Corte Real Portuguesa definia a conformação do Quilombo de Palmares.

Ao contrário da agricultura escravista e monopolista, quilombos praticavam e praticam a economia de policultura na produção de feijão, arroz, verduras, legumes, frutas, farinha, distributiva equilibrando a produção em atendimento a necessidade de toda comunidade e comunitária organizando a produção de forma cooperativista em hortas comunitárias, produção de quitandas para comercialização e sustento. Capazes de satisfazer as necessidades dos seus membros, sugerem uma gestão inteligente desses territórios. Entretanto, o direito de permanecer nesses espaços de vida está diretamente ligado aos mecanismos gerenciais da gestão pública, o que de maneira periférica e subalterna se relaciona com os saberes tradicionais, atuando como mecanismo de invalidação da gestão quilombola.

2.2 Quilombos Contemporâneos – Terra de Direitos

“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos” (BRASIL, 1998, Art. 68).

De acordo com artigo de Schmitt; Turatti e Carvalho (2002, p. 2), o conceito de quilombo ao longo da história foi ressemantizado. Envolvido no plano da normatização da política, através da qual, as terras dos quilombos passam a ser consideradas como parte do patrimônio cultural de negros e, para tanto, se tornam alvo de proteção por parte do Estado, na medida em que o tema foi alcançando suas redefinições. Esse plano de normatização da política possibilita evidenciar e inscrever nas análises de políticas públicas, através da forma de organização territorial, a capacidade de gestão espacial e os instrumentos metodológicos de resistência e sobrevivência das comunidades tradicionais de quilombo. Localizadas em meio às disputas de narrativa entre antropólogos e historiadores e por meio destas, originaram outras disputas travadas entre a imprensa, o parlamento e nas decisões jurídicas.

Cumprе salientar que algumas distinções estão entre as definições conceituais de quilombos como rurais e urbanos de tipificação de agrícola, extrativista ou nômade conforme explica Arruti (2008, p. 2). Definições históricas até a compreensão de contemporaneidade. Nesse sentido, a abrangência do objeto conceitual, Quilombos Contemporâneos, na medida em que seja capaz de abarcar as justas demandas, ainda está em disputa.

Ainda em concordância com Arruti, como ponto de partida tomemos a definição de quilombo a partir das iniciativas registradas no documento do extinto Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais da Associação Brasileira de Antropologia (ABA):

[...] ainda que tenha um conteúdo histórico, o [termo ‘quilombo’] vem sendo ressemantizado pela literatura especializada e pelas entidades da sociedade civil que trabalhavam junto aos segmentos negros em diferentes contextos e regiões do Brasil. (ARRUTI. 2008, p.02)

Os quilombos atualmente estão localizados em quase todo o território brasileiro, especialmente nas áreas rurais. Inseridas às áreas Peri-urbana e urbana do país. Estas comunidades tradicionais caracterizam-se por apresentarem diferentes níveis de inserção na sociedade. O exemplo da origem do quilombo da Chacrinha dos Pretos se relaciona com a nota de Anjos (2007),

referente às principais estruturas sócio-históricas-territoriais de formação e origem das terras ocupadas pelos povos quilombolas, destacamos os seguintes contextos: 1. ocupação de fazendas falidas e / ou abandonadas; 2. compras de propriedade por escravos alforriados; 3. doações de terras para ex-escravos por proprietários; 4. pagamento por prestações de serviços em guerras oficiais; 5. terrenos de ordem religiosa deixados para ex-escravos; 6. ocupações de terras sob o controle da Marinha do Brasil e sete. extensões de terrenos da união não devidamente cadastrados. Essas são apenas alguns das principais situações das terras que constituem o “pano de fundo” dos conflitos para demarcação e regularização fundiária desses territórios (ANJOS, 2007, p. 123).

O documento do grupo de trabalho aponta o avanço constitucional de 1988, recomendando a inclusão de atores da sociedade civil organizada para nortear os caminhos de reconhecimento dos quilombos pela via institucional:

[...] processos que envolvam a aplicação do artigo 68 do ADCT da Constituição de 1988 caberá à Associação Brasileira de Antropologia a indicação de peritos para os laudos antropológicos que se fizerem necessários. (ARRUTI, 2008, p.03)

A nomeação oficial do termo “*remanescentes de quilombo*” ressemantiza o conceito de um povo que já existia na legislação colonial. Define, portanto, como grupo étnico e sua formação territorial bem como contribui com a análise do conceito contemporâneo de Quilombo. O termo deixa de ser adjetivo marginal adquirindo conotação e marcas de resistência cultural, política e negra.

Abdias do Nascimento, em 1980, publicou o livro “O Quilombismo” que buscava formatar o histórico humano aos quilombos tornando-os como símbolos de resistência do e para o movimento social. Concebendo esses espaços antes entendidos como locais de fugitivos graças ao isolamento histórico, ampliando o significado do termo Quilombo e sua relevância. “Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial” (NASCIMENTO, 1980, p. 263).

Como o texto original não transforma a lei em autoaplicável, entre o direito garantido constitucionalmente e a sua efetiva execução, os entraves para a devida titulação de terras foram se destacando. As disputas de terras colocaram na ordem do dia a necessária discussão sobre a Reforma Agrária no Brasil.

O Plano Nacional de Reforma Agrária PNRG³⁶ objetivava a regulamentação de terras no país, porém não logrou êxito para sua execução. Nesse sentido, localizamos o termo

³⁶O PNRA foi a experiência de institucionalização da luta pela implementação da reforma agrária no país, durante a chamada Nova República, entre 1986 e 1988. O Plano Nacional foi acompanhado de Planos Regionais e de um forte investimento na reforma dos órgãos do setor, incluindo o INCRA, mas que acabou não conseguindo lograr mudanças no aparato jurídico legal, necessários à sua realização. A Constituinte foi, por isso, palco de grandes disputas por tais mudanças, que acabam não vingando ARRUTI. 2008, p. 10

“remanescente” como a chave que introduz através dos debates de agentes públicos, administrativos e judiciais, o tema de quilombos contemporâneos.

2.3 O Processo de Regularização Fundiária Quilombola em Minas Gerais

O termo Quilombo, oficializado pelo Estado brasileiro, veio com a Promulgação da Constituição Federal de 1988. No artigo 68 do Ato das disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) é consagrado aos remanescentes das comunidades de quilombo o direito à propriedade de suas terras, de acordo com uma política fundiária baseada no princípio de respeito aos direitos territoriais dos grupos étnicos. Tem por pressuposto, assegurar a propriedade definitiva às comunidades negras rurais dotadas de uma trajetória histórica própria e relações territoriais específicas, bem como a ancestralidade negra relacionada com o período escravista.

Dados atualizados pela Defensoria Pública do Estado do Piauí sobre o Direito dos Quilombolas (2021) demonstram a existência de aproximadamente seis mil Quilombos no Brasil, dos quais 3.386 são certificados pela Fundação Cultural Palmares; 181 são titulados, sendo que 139 por Governos Estaduais, 39 pelo Governo Federal, três por Governos Estaduais e Federal, conjuntamente, 1.691 processos para regularização estão abertos no INCRA.

Podemos caracterizar, também, diferentes formas de ocupação e apropriação da terra por mulheres e homens escravizados ou libertos, não obrigatoriamente representadas como um quilombo materializado como um espaço de fuga, estrategicamente isolado, por servir de esconderijo na garantia de resistência contra séculos de escravidão e genocídio

O conceito de comunidade quilombola, portanto, têm origem no campesinato negro, povos de matriz africana que conseguiram ocupar a terra na busca de autonomia política e econômica. Ao quilombo contemporâneo está associada interpretação mais ampliada, mas que perpetua a ideia de resistência no território étnico capaz de se organizar e reproduzir no espaço geográfico em condições adversas, ao longo do tempo, sua especificidade na forma /de viver. Vários quilombos no Brasil não se enquadram nesse conceito ampliado, podem ser remanescentes dos antigos quilombos que não conseguem provar sua história. Ao abordar sobre territórios quilombolas contemporâneos como nosso patrimônio histórico, Cardoso (2012, p. 32) define comunidades quilombolas como herdeiros históricos que resistem de várias formas a um processo constante de retirada de direitos de cidadania.

Apesar da fragilidade democrática nesse momento no Brasil, a Constituição de 1988, ainda vigente no país, trouxe a expressão “remanescentes de comunidades de quilombos”, incorporou a noção de remanescente como uma instância territorial e não como sobra, resquício de quilombo como uma unidade espacial. “Nesta premissa, o *poder* é que define o *território* e no território se espacializa o poder” (MONTEIRO; ALMEIDA, 2019, p. 1615) ampliando o papel epistemológico. Uma ressemantização que envolve revisões, releituras, atualizações teóricas e políticas a respeito do conceito de quilombo, posto que, ampliam e alargam elementos conceituais para abarcar realidades (MONTEIRO; ALMEIDA, 2019, p. 1612).

Importa reafirmar que esse marco histórico é fruto das reivindicações, organização e luta do Movimento Negro Unificado responsável por colocar no centro do debate a necessidade de políticas de ação afirmativa e de reparação social em conjunto com uma rede de entidades negras organizadas e representativas, atuantes desde os anos 80 no Brasil.

De acordo com a CONAQ (2021), foi realizado pelo IBGE um levantamento para identificar as localidades quilombolas em todo o Brasil. Esse levantamento, baseado no direito à autoidentificação da identidade quilombola, servirá de base para realização do primeiro censo demográfico que indicará quantos são e onde estão os as pessoas quilombolas no Brasil.

Atualmente, os quilombolas da Comunidade da Chacrinha (quase todos) não são proprietários das terras do quilombo e a fonte de renda das famílias varia entre postos de trabalho na mineradora, serviço público na Prefeitura, plantio e monocultura de mexerica e em virtude da Pandemia, do Auxílio Emergencial do Governo Federal³⁷.

Recentemente o MPF acionou a justiça para regularização fundiária do território da Chacrinha dos Pretos bem como investimento em recuperação ambiental, através de uma ação civil pública ACP 1021066-65.2021.4.01.3800-PJe.

o Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC) em Minas Gerais, ingressou com ação civil pública para que a União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sejam obrigados judicialmente a realizar os procedimentos. (Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-vai-a-justica-para-a-regularizacao-fundiaria-do-quilombo-chacrinha-em-belo-vale-mg>)

³⁷O Auxílio Emergencial é um benefício financeiro concedido pelo Governo Federal destinado aos trabalhadores informais, micro empreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus - COVID 19. Disponível em: <<https://www.caixa.gov.br/auxilio/PAGINAS/DEFAULT2.ASPX>>. Acesso em: 14 jan. 2021, às 21h25min.

A titulação regulamentada pelo decreto 4887/03 cujo texto, a saber: “Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias” não se efetivou satisfatoriamente, considerando o total de 315 comunidades mineiras certificadas conforme a Tabela CRQ completa e atualizada de acordo com a base de dados da Fundação Cultural Palmares.

Principalmente em Minas Gerais, a investigação trouxe a atualização sobre as titulações existentes no Estado. Nessa seção, particularmente, procurei realizar o levantamento concorrente de titulação de terras no Estado de Minas Gerais.

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, versa sobre igualdade de direitos, a saber, alguns artigos correlatos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento. (BRASIL, 1988)

A comunidade de Brejo dos Crioulos, localizada às margens do ribeirão Arapuim, encontra-se distribuída em redutos populacionais identificados como Araruba, Arapuim, Cabaceiros, Caxambu, Conrado, Serra D’água e Furado Seco. Seus limites passam pelos municípios de São João da Ponte, Verdelândia e Varzelândia, na região Norte de Minas Gerais, não está titulada. O processo está parado no INCRA aguardando assinatura de Decreto Presidencial de afetação da área.

A Comunidade de Porto Coris no município de Leme do Prado-MG é o único quilombo titulado pelo órgão da União. Em razão da inauguração da Hidroelétrica de Irapé no Rio Jequitinhonha, teve inundado o território pelo rompimento da barragem da CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais. A Comunidade foi reassentada como forma de reparação em terras de domínio da empresa.

O desenraizamento provocado pelo deslocamento dos quilombolas para terras que, sobretudo, são descontínuas e distantes do rio, elemento fundamental que caracteriza o modo

de vida, incidiu negativamente na relação identitária da comunidade. Violação flagrante de direitos humanos e territoriais.

De acordo com o Quadro Atual de Políticas de Regularização de Territórios Quilombolas do INCRA (2020), o Instituto retirou o título de sua base de informação. O reassentamento da comunidade foi titulado pela empresa de energia.

A comunidade quilombola urbana Manzo N'gunzo Kaiango³⁸ recebeu o título de legitimação fundiária em setembro de 2019, expedido da Prefeitura de Belo Horizonte. Localizado em terras públicas do Estado dentro da cidade de Belo Horizonte, o quilombo foi afetado pelo adensamento. Seus moradores, em acordo com a liderança, optaram pela titulação de uma parcela menor daquela que o imóvel apresentou ao INCRA. A morosidade do instituto em regularizar as terras do quilombo contribuiu para a busca da titulação efetuada pelo município.

O Decreto 4887/03, de 20 de novembro de 2003, além de definir o processo de regularização fundiária, defende a criação de um plano de desenvolvimento sustentável para as comunidades quilombolas. O etnodesenvolvimento passa a ser uma missão dos diferentes ministérios visando “a garantia da reprodução física, social, econômica e cultural” dessas comunidades, conforme determina o seu Art. 2º, § 2º.

Todavia, sendo parte dos direitos, das garantias fundamentais e dos deveres individuais e coletivos, em tempos de normalidade democrática pouco se avançou. O decreto regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos do que trata o texto do art. 68 do ADCT, a saber:

[...] Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural (BRASIL, 2003).

Nesse sentido, ao analisar a relação entre o que está previsto em Lei e o que se aplica efetivamente em um estado de fragilidade democrática como agora, notamos que a estrutura

³⁸A cópia do referido Título está anexada nesse trabalho.

do racismo institucional se impõe na medida em que os processos de titulação tramitados no INCRA permanecem desatualizados com diminuição considerável de investimento público.

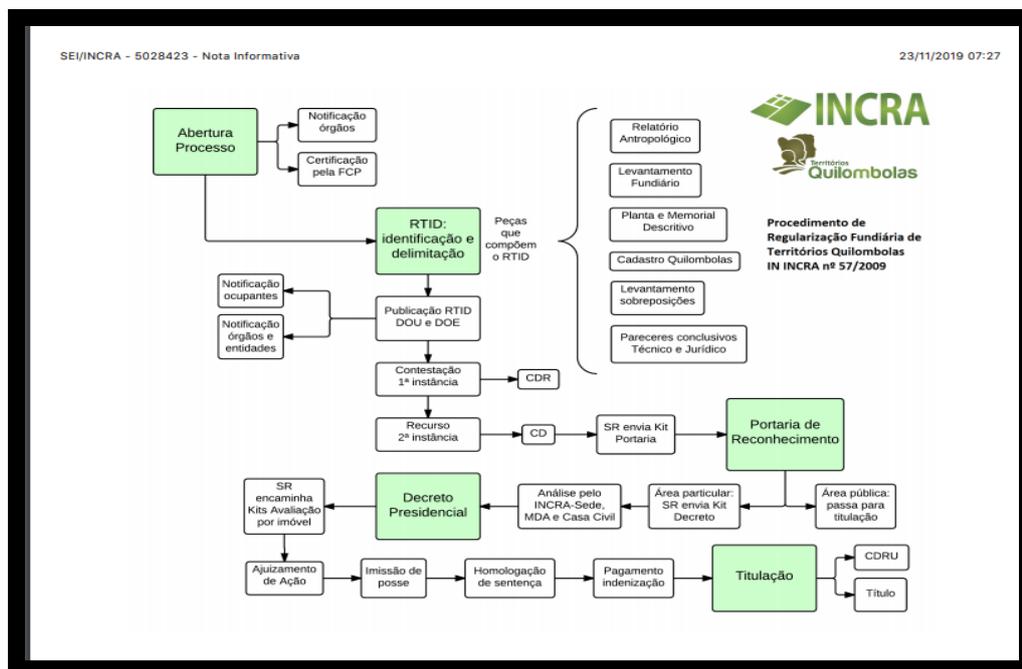
Dada a complexidade, o corte de orçamento demonstra a inversão de prioridades ao longo dos anos. Ao observarmos o investimento público através das figuras abaixo, percebemos a distância entre a dotação inicial e o limite autorizado. Enquanto isso, as invasões, ataques e violências³⁹ por força de disputas de terras se intensificam no país.

o Estado, portanto, não se reduz à burocracia pública, em que os organismos estatais planejam e programam as políticas públicas, agindo como mero instrumento de elaboração dessas políticas. Ele é fruto de uma relação de dominação e subordinação historicamente determinada, mantida entre classes sociais antagônicas (DAGNINO; CAVALCANTI; COSTA, 2016, p. 73).

O Estado como entidade do poder soberano para governar um povo dentro do território estabelecido, ao possibilitar a estruturada burocracia clássica no planejamento de políticas públicas, chancela a manutenção das desigualdades sociais. Exemplificamos isso através da instrução do processo de regularização fundiária em quilombos, estabelecida pelo órgão de terras da União, o INCRA.

³⁹O racismo enquanto elemento estruturante das relações de poder é parte da formação histórica do Brasil. A formação política do país tem na sua constituição atos extremos de violência e desumanização dirigidos contra negras e negros, a exemplo da diáspora africana e da escravidão negra. Neste processo de formação histórica, os quilombos configuram-se como símbolos da resistência e da insurgência negra, na sua origem, fundados como estratégia de enfrentamento ao sistema escravocrata. Disponível em: <[https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/09-12_Racismo-e-Violencia-Quilombola_CONAQ_Terra-de-Direitos_FN_REVISAO_Digital-\(1\).pdf](https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/09-12_Racismo-e-Violencia-Quilombola_CONAQ_Terra-de-Direitos_FN_REVISAO_Digital-(1).pdf)> . Acesso em: 19 abr. 2021, às 23h52min.

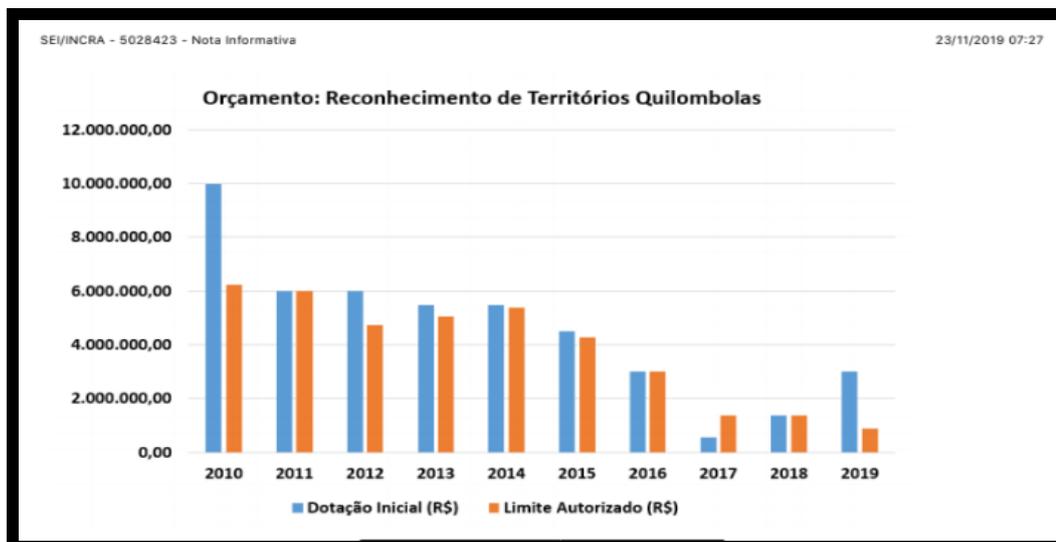
Figura 2: Fluxograma Regularização Fundiária em Quilombos INCRA



Fonte: INCRA, 2021.

A instrução do processo de regularização fundiária em quilombos, conforme a Figura 2, determina a estrutura burocrática obrigatória para titulação. É importante destacar que os quadros destacados em verde são as fases imprescindíveis do processo. No entanto, a divisão do procedimento demonstra que para a titulação, etapa final do processo, é necessária a emissão da Concessão de Direito Real de Uso - CDRU para emissão do Título. Desse modo, um território titulado, necessariamente não detém domínio da terra, sem que lhe seja concedido do direito real de uso. Analisamos pelo exposto que a titulação de um território quilombola pela União não torna automático o status de titulado.

Figura 3: Destinação orçamentária para regularização fundiária



Fonte: INCRA, 2021.

A Figura 3 demonstra a diminuição de investimento orçamentário ao longo dos anos, até 2019, sem atualização por parte do órgão de terras, para o reconhecimento de territórios quilombolas.

Figura 4: Gráfico de Reconhecimento e Gráfico de Indenização



Fonte: INCRA, 2021.

A Figura 4 apresenta as reduções nos valores orçamentários destinados às instancias regionais, inviabilizando o planejamento das atividades por meio da redução da capacidade de execução da política pública, conforme descrito.

2.4 A Legislação em Minas Gerais e nos Estados da Federação

A legislação mineira em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais PNCTC, inserida no artigo 3º do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais. Lei Estadual 21.147 de 14 de janeiro de 2014, regulamentada através do Decreto 47289 de 20 de novembro de 2017 que no texto das Disposições Preliminares Art. 1º instituem-se os procedimentos para:

I- Reconhecimento formal da autoafirmação identitária dos povos e comunidades tradicionais;

II- Identificação, discriminação, delimitação e titulação dos territórios tradicionalmente ocupados por povos e comunidades tradicionais.

A formatação da legislação nos estados da federação, Quadro 2, aponta que somente o Estado de Minas Gerais instituiu uma política específica para Povos e Comunidades Tradicionais. Ademais, os outros estados da federação estabelecem regulamentação específica a respeito de Regularização Fundiária em territórios coletivos e tradicionais. O resultado dos dispositivos legais não altera positivamente o compromisso público com os quilombos de Minas Gerais no que tange a titulação coletiva.

Quadro 3: Quadro de Legislação – Regularização Fundiária em Quilombos do Brasil

ESTADO	LEI	DESCRIÇÃO	DATA
Espírito Santo	PL 386/95	Aguardando parecer	1995
*Goiás	Lei 18.826/15	Dispõe sobre as terras devolutas do Estado de Goiás e dá outras providências	19/05/2015
**Amazonas	Decreto Lei 3572/95; Lei 3804/21	Dispõe sobre a destinação das Terras situadas em áreas de domínio do Estado e dá outras providências	29 de junho de 1995
Rio Grande do Sul	Lei 41.498/02	Dispõe sobre regularização fundiária de áreas ocupadas por Remanescente de Comunidades de Quilombos	09 de janeiro de 2002
Rio Grande do Norte	9104/08	Reconhece a propriedade definitiva das Terras ocupadas por Remanescentes das Comunidades dos Quilombos em atendimento ao Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal	09 de junho de 2008
**Distrito Federal	LC 873	Altera a Lei complementar nº 806, de 12 de junho de 2009 que dispõe sobre a política pública de regularização urbanística e fundiária das unidades imobiliárias ocupadas por entidades religiosas de qualquer culto pra celebrações públicas ou entidades de assistência social e dá outras providências	02 de dezembro de 2013
*Pará	Lei 8878/19	Dispõe pela Regularização Fundiária de ocupações rurais em terras públicas do Estado do Pará – altera	08 de julho de 2019
*Tocantins	Lei 3525/19	Dispõe sobre o reconhecimento e convalidação dos registros imobiliários, referentes a imóveis rurais no Estado na forma que específica e adota outras providências	08/ de agosto de 2019
Maranhão	Lei 9169/20	Dispõe sobre a legislação de terras das Remanescentes das Comunidades de Quilombo e dá outras providências	16 de abril de 2020
São Paulo	PL 952/19	Dispõe sobre o Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais – Vetado na íntegra	11 de março de 2021
Rio de Janeiro	PL 4038/21	Institui a Política Estadual para o Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais – Aguardando Parecer	22 de abril de 2021
Alagoas	Não há		
Ceará	Não há		
Mato Grosso	Não há		
Mato Grosso do Sul	Não há		
Paraíba	Não há		
Paraná	Não há		
Rondônia			
Roraima	Não há		
Santa Catarina	Não há		
Sergipe	Não há		

* inserida no corpo da lei a especificidade da política destinada para comunidades quilombolas.

** a legislação versa sobre comunidades tradicionais, sem especificar comunidades quilombolas.

Fonte: Legislações Estaduais.

O governo do Estado de Minas Gerais, em 2018, elaborou um compêndio de marcos legais sobre os Direitos dos Povos Tradicionais. Este arquivo atualiza a legislação, fundamentalmente sobre a regularização fundiária. Entretanto, o acesso das comunidades à política pública precisa de reorganização, considerando a paralisia da Comissão Estadual de

Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais⁴⁰ CEPCT- MG. Se faz importante que a legislação estadual para regularização de território tradicional de PCT's⁴¹ seja apropriada pelas comunidades. Um caminho possível de garantia de proteção desses territórios está localizado na redação do artigo 216 da Constituição Federal de 1988.

O IEPHA/MG – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais tem por competência registrar como bem Comunidades Tradicionais ao Patrimônio Cultural Imaterial do Estado. Na prática pode não impedir de fato a violação dos direitos territoriais desses povos, entretanto, normatiza legalmente o nível de proteção estadual como bem patrimonial, inserindo o registro no livro de Tombos do Instituto. Essa medida tem por objetivo preservar o patrimônio histórico e, em certa medida, dificulta a possibilidade de adensamento nesses territórios.

As Comunidades Quilombolas dos Arturos em Contagem, Souza, Luízes, Mangueiras em Belo Horizonte são reconhecidas como Patrimônio Cultural Imaterial pelo IEPHA.

Art. 216. Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: [...]. (CF 1988)

Como os moradores não têm a documentação cartorial de suas moradias, segundo relato de entrevista, existe um testamento que está em poder de uma família poderosa da cidade. Fato que interfere na autonomia da comunidade produzindo um misto de impotência e indignação nela.

[...] aí tomou tudo, o testamento do Padre foi passado pro Prefeito, de prefeito por prefeito, não, aliás, ficou em mãos de um Prefeito que nunca passou pra Comunidade, tá guardado lá no Belo Vale. Esse homem já morreu há anos e a família não passou pra Comunidade esse testamento (DONA GERALDA, moradora 02).

A história de ontem e a história de hoje, revelam a luta de um povo que tem a resistência como determinante para sua existência. Nesse sentido, teria esses povos alguma contribuição gerencial organizativa para remodelagem de políticas públicas? Em que medida

⁴⁰ Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais composta por representantes das comunidades tradicionais, entidades do Movimento Social e de órgãos de governo. Constituição prevista através da Lei CEPCT-MG –, nos termos do Decreto nº 46.671, de 16 de dezembro de 2014, emitir a Certidão de auto-definição para reconhecimento formal dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais, quando solicitado, com exceção dos povos e comunidades indígenas e das comunidades remanescentes dos quilombos, que dispõem de mecanismos próprios para o reconhecimento formal.

⁴¹ Política Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais DECRETO 47.289, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017 Regulamenta a Lei nº 21.147, de 14 de janeiro de 2014, que institui a política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais.

a relação dos saberes dialoga com o cumprimento dos princípios constitucionais da administração pública, a saber:

- Legalidade – o cumprimento da lei;
- Impessoalidade – tratamento igualitário;
- Moralidade – seguindo os princípios éticos da lei;
- Publicidade – prestação de contas a População;
- Eficiência – a boa gestão dos recursos e serviços públicos.

Fonte: Artigo 37 CF, 1988.

O objetivo introdutório é apresentar os aspectos da conformação do gerenciamento público. Descrever a sua origem e as revoltas que conformaram os territórios quilombolas antigos. Evidenciar a organização espacial impressa no modo de vida sustentável e a burocracia da legislação brasileira na contemporaneidade. Demonstrar desafios e perspectivas para o reconhecimento de direitos constitucionais em Minas Gerais.

Analiso a seguir a comunidade quilombola da Chacrinha dos Pretos, *lócus* de investigação dos saberes quilombolas como contribuição de um saber científico.

CAPÍTULO II

3 A PESQUISA

O objetivo deste capítulo é analisar o território da Chacrinha dos Pretos. Descrevendo suas especificidades. A eficiência de técnicas presentes no território e as características individuais e coletivas evidenciadas pela investigação. Expectativa sobre a pesquisa e a realidade sobre as abordagens.

O quilombo da Chacrinha dos Pretos tem o nome de pequena chácara, pela redução territorial que foi se impondo através da divisão de terras provocada pela construção da ferrovia e da expansão de fazendas vizinhas. É perceptível que os elementos necessários para esta investigação estão preservados.

A comunidade apresenta aderência às modificações que os aparelhos públicos trazem para a paisagem do território e é observável que a adequação se deu por serem esses frutos de debates promovidos pela comunidade. Logo, políticas de direito, relacionadas à organização territorial que foram precedidas de consulta previa, estabelecida pelo quilombo, não interferem negativamente na espacialidade do quilombo.

3.1 Processos de Entrada na Comunidade

Cercada de muita ansiedade e expectativa, cheguei a Belo Vale de ônibus e logo identifiquei o primeiro indicador de isolamento compulsório e institucional do Quilombo em relação ao centro urbano. O acesso é realizado através de uma estrada asfaltada de 8 km, sem prestação de serviço de transporte público. Esse pequeno trajeto custou quase o dobro do valor pago de Belo Horizonte a Belo Vale. Compreendi inicialmente que o meu horário de chegada na cidade fora incompatível com os horários de transporte público para o quilombo.

Foi-me indicado pela Presidente da Associação de moradores um motorista de transporte alternativo. Descobri, para meu espanto, que realmente o Quilombo não dispõe de transporte público para a cidade ou para outros distritos em Belo Vale. Quem dispõe de transporte particular presta serviço de transporte remunerado ou oferece carona solidária. De outra forma, os moradores se deslocam de bicicleta ou caminhando para a cidade.

O caminho para chegar ao Quilombo me surpreendeu positivamente. Vegetação nativa de plantação diversa, algumas criações de gado e muita água armazenada em pequenas lagoas. A vegetação intensa e preservada é um ótimo cartão de visitas até a chegada ao Quilombo,

cujo arruamento depois da ponte do Rio Paraopeba é de terra. Logo na entrada, observei dois aparelhos públicos, uma Academia Popular preservada e bem distribuída e uma Quadra Poliesportiva inacabada, sem alambrado para evitar quedas dentro do Rio Paraopeba.

Fui alertada pela liderança sobre a dificuldade cuja qual eu estaria sujeita na tentativa de colher depoimentos e entrevistar moradores, principalmente com os moradores mais velhos. Foram identificadas pessoas que dialogaram em certa medida com saberes como a memória, a ancestralidade, oralidade, a territorialidade, a gestão do território, a religiosidade. A presença de tais elementos possibilitou o vínculo com o desenvolvimento da investigação.

A história da Chacrinha é contada há muito tempo pela academia. Divulgada no livro *Escravidão II* de Laurentino Gomes, artigos e teses da UFMG, documentário do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico de Minas Gerais – IEFHA-MG. Programas de televisão e projetos de levantamento de dados patrimoniais da Associação do Patrimônio Artístico e Ambiental de Belo Vale-APAA proporcionaram visibilidade nacional para comunidade. Entretanto, os mais velhos não reconhecem nesses registros e nas pesquisas acadêmicas realizadas benefício para a Comunidade.

Os remanescentes do quilombo desconfiam que o volume de investigação de cunho científico seja financiado para terceiros e que a Comunidade passa a estar sujeita a práticas de exploração de dados e conhecimento sem devolutiva. Compreendi por meio de relatos orais que sua riqueza preservada na memória e na ancestralidade é vista como objeto de expropriação, conforme aponta Dealdina (2020, p. 41), para o enriquecimento individual do pesquisador. Via de regra - não transformando esse conhecimento em fomento para o território.

Em razão da necessidade em realizar uma investigação especificamente em quilombos, organizativamente, doravante é pertinente que todo pesquisador se referencie no Protocolo de Consulta dos quilombos.

Esse documento normativo organizativo estabelece como e quando e por meio de que os quilombolas estabelecem essa relação. Nesse sentido, a consulta livre e prévia antecede critérios da incursão em campo, tais como: meios de comunicação, tipo de linguagem, horários disponíveis, tempo de permanência, tipo de investigação, objetivos e metodologia participativa utilizada. Esses critérios foram devidamente alinhados previamente com a liderança e Presidente da Associação de moradores dão quilombo da Chacrinha a Sr.^a Maria Aparecida Dias. Ainda assim, os entraves se evidenciaram.

Nesse sentido, o privilégio de ser hóspede da liderança me permitiu vivenciar algumas situações de funcionamento comunitário e de trocas no Quilombo. Na primeira noite percebi que notícia boa ou ruim passa necessariamente pela autoridade local.

Morrera o parente de um morador e a emissária da notícia foi a liderança. Significa dizer que em que pesem os conflitos por força de algumas disputas internas de um território ou uma Comunidade quilombola como a Chacrinha dos Pretos, cumpre aos mais velhos e a liderança, a tomada de decisão e o fluxo de informações. Conforme confirma o relato de uma moradora “não, aqui a gente pode ter o conflito, mas na hora da necessidade de qualquer um, a Comunidade... chega junto, ela chega junto” (DONA RAIMUNDA, moradora quilombola 01).

Em meio aos visitantes do estabelecimento onde fiquei hospedada, entre uma abordagem e outra, observei que frequentaram o local o delegado da cidade, o prefeito eleito e sua vice-prefeita e a procuradora do município.

Na primeira vez que estive na Chacrinha estava muito estimulada em que pese o momento de intensificação de mortes no país e por estar conseguindo superar o desafio de condições adversas impostas pela pandemia para realização da pesquisa. Entretanto, o povo ficou muito “ressabiado” em dar as entrevistas. Duas senhoras mais velhas chegaram a me convidar para contarem a história da Comunidade, marcaram previamente o horário, todavia quando eu lá cheguei, tive a sensação de não ter compreendido a abordagem.

Repentinamente, a disposição mudou e sequer leram as condições do Termo de Consentimento. Fiquei um tanto frustrada, afinal o trabalho obedecia rigorosamente à metodologia desta dissertação. Os médicos que atendem a comunidade, prontamente me atenderam. Um desses profissionais um dia antes da entrevista marcada se contaminou pela Covid-19 e nós reagendamos a entrevista para outro local e horário. Observamos novamente que a Pandemia alterou o cronograma da pesquisa.

No meu retorno à Comunidade, fui convidada no mesmo dia para participar de um Terço, cerimônia ritualística da religião católica. Na ocasião, fui apresentada para uma das principais entrevistadas para pesquisa. Dona Joaquina estava na capela, a mais velha do quilombo que prontamente atendeu minha solicitação, dizendo que a memória “não estava lá essas coisas”, mas o que se lembrasse, iria contar.

No dia da entrevista, um dia de domingo, cheguei pontualmente na casa da senhorinha que me aguardava. Imediatamente as dificuldades se impuseram para realização da entrevista em razão abordagem repentina a que fui submetida.

Fui lendo o Termo de Consentimento, quando sua filha de 33 anos entrou na cozinha de semblante fechado e foi logo me perguntando o que é que era. Confesso que fiquei muito constrangida, tive a sensação de estar fazendo algo ilícito e me senti ameaçada. Sentada, visivelmente impactada, fui explicando o objetivo da pesquisa e me apresentei. A moça desarmou os ânimos e se apresentou (DIÁRIO DE CAMPO, fevereiro de 2021).

Esse tipo de desconfiança com o pesquisador tem se tornado frequente. É preciso revisar a metodologia de abordagem considerando o reconhecimento prévio do território, pedindo licença, através do respeito ao protocolo de consulta, garantindo a devolutiva do trabalho. Estes critérios são fundamentais para o êxito de investigação em territórios tradicionais quilombolas.

Logo em seguida, chegou à irmã mais nova dessa senhora e sentou-se à mesa. Por ser Dona Francisca uma mulher quilombola nascida na Comunidade, fiz a entrevista com as duas. A conversa foi repleta de boas gargalhadas, muitas histórias, um valiosíssimo momento vivido e muito caro.

As entrevistas com os profissionais de saúde aconteceram fora do ambiente da Chacrinha dos Pretos, uma em um posto de saúde no bairro Santo Antônio e outra no Hospital da cidade.

Visitei a Policlínica no centro da cidade de Belo Vale na busca de encontrar os profissionais e lá observei que a estrutura é adequada com excelência. Principalmente para a realidade e demanda de uma cidade pequena. Um fato a se observar é a estrutura física de todos os aparelhos de saúde do município.

Destaco a edificação de um posto de saúde que seria inaugurado por aqueles dias que, para atendimento aos procedimentos de saúde, dispõe de uma piscina para atividades de hidroginástica para idosos e para intervenções que dela necessitarem, como a recuperação motora e otimização da atividade respiratória e uma academia social dentro dos limites do posto.

3.2 A Hierarquia dos Saberes

Em conformidade com o intercâmbio entre a cultura africana e brasileira, Araújo (2007, p. 47) norteia caminhos que a presente análise buscou percorrer. A autora constata que o conhecimento emancipatório é muitas vezes o que nos escapa no conhecimento científico. Saberes tradicionais são compreendidos como atraso tecnológico, associado a crenças populares sem base científica. O texto reforça a importância do reconhecimento dos saberes

tradicionais quilombolas na aplicação e elaboração de políticas públicas, na medida em que os reconhece como instrumento emancipatório.

Trata-se de uma reflexão teórica do diálogo entre as diversas formas de conhecimento em especial àqueles ditos científicos com tradicionais. Problematizando que tais conhecimentos, entendidos como alternativos, partem da concepção que há um conhecimento que lhes é superior, utilizado somente após uma validação prévia, reproduz a lógica de submissão do saber tradicional ao saber científico como um processo de hierarquização do saber, logo, forma de dominação. A autora defende a relatividade do saber científico para uma transformação do mundo e seus contextos, compreendendo que, na constituição do conhecimento, saberes emancipatórios se apresentam como movimento renovador em ciência.

Boaventura Souza Santos (2004, p.14) relata que a existência de outros saberes “tradicionais, alternativos e periféricos” explica a nossa realidade. Ao questionar a razão de serem dominados pelo conhecimento científico reafirma a existência de hierarquização dos saberes propondo um diálogo numa relação horizontal que considere concepções de diferentes realidades.

Santos (2014, p. 16) explica o conceito da sociologia das ausências. Modos de produção de apagamento das práticas e saberes construídos fora da visão tecno-científica. O autor, ao analisar práticas de racialidades nesses ambientes, as identifica como monoculturas destacando a compreensão analítica no campo da produção científica como ambiente fértil para a monocultura das diferenças raciais e sociais.

Segundo Santos (2014, p. 253) assim como Santos (2004), o desafio contra a monocultura do saber não é apenas na teoria, mas deve atuar como uma prática constante do processo de estudo de pesquisa. Em seu artigo, a autora defende a importância do fortalecimento das práticas de estudo contínuo, apontando que tais práticas estão diretamente ligadas à autonomia e garantia de direitos dos povos e comunidades tradicionais quilombolas. Sobretudo, a eficiência do conhecimento que produzem ao longo de séculos para compreender, por exemplo, a saúde de forma diferente.

É impossível incorporar algo novo a uma estrutura que continua a mesma. Isto significa dizer que para a ciência incorporar as ditas “práticas alternativas e complementares” é imprescindível que ela modifique o próprio conceito hegemônico de ciência (SANTOS, 2014, p.254).

A partir dessa compreensão, a análise possibilita também a percepção de novos lugares do mundo acadêmico nas disputas pelo poder de definição do mundo social como também observa Schwartz (1997).

Almeida (2019) dialoga com todos os temas envolvidos na pesquisa. Ao descrever como que o racismo institucional é uma variante do racismo estrutural me aproximou da noção de representatividade e poder real. Compreender, por exemplo, a relatividade da presença de uma pessoa negra como integrante do quadro servidores da saúde mesmo que em posição de coordenação. Não basta que estejamos dentro das estruturas, é necessário ter poder de decisão e governabilidade sobre a política e orçamento. O autor invoca a percepção que a representatividade é sempre institucional.

Visibilidade negra não é poder negro. O que os dois pensadores afirmam é que o racismo não se resume a um problema de representatividade, mas é uma questão de poder real. O fato de uma pessoa negra estar na liderança, não significa que esteja no poder, e muito menos que a população negra esteja no poder (ALMEIDA, 2019 p. 69).

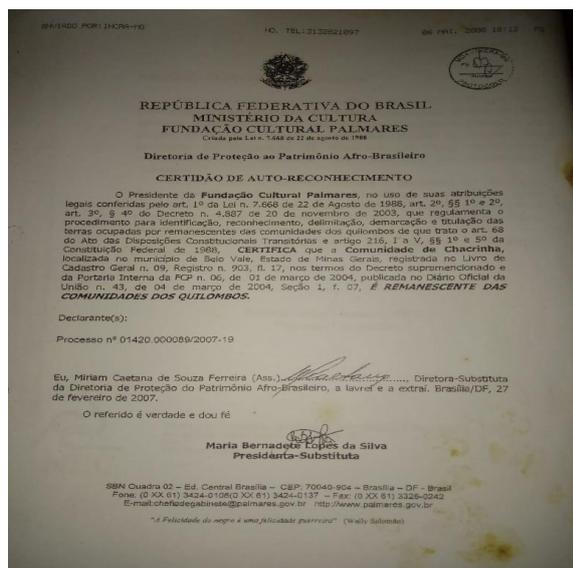
O que aqui se buscou foi a investigação de como a gestão quilombola através de seus saberes pode contribuir com a gestão pública. Não em uma proposta de hierarquização de conhecimento, mas de equivalência e completude, vejamos: integridade territorial e conservação ambiental; produção sustentável, alimentação e renda; ancestralidade, identidade; e organização social, são eixos do modelo da gestão quilombola.

3.3 A Chacrinha dos Pretos e a Gestão Pública

A certificação, documento formal que permite acesso a políticas públicas específicas, portanto, o primeiro nível de proteção do Estado para comunidade como remanescente de quilombo e de reconhecimento do espaço por todos os seus elementos históricos, como território tradicional, é um início importante. Contudo, não suficiente para garantia e manutenção de direitos.

A cultura está presente, e a relação com a política pública evidencia os entraves para aderência. Todavia, não foi possível observar como todas funcionam. A natureza se regenera e é fonte de vida em virtude da relação sustentável dos moradores e pela presença ainda imponente do Rio Paraopeba.

Figura 5: Certificação Quilombola



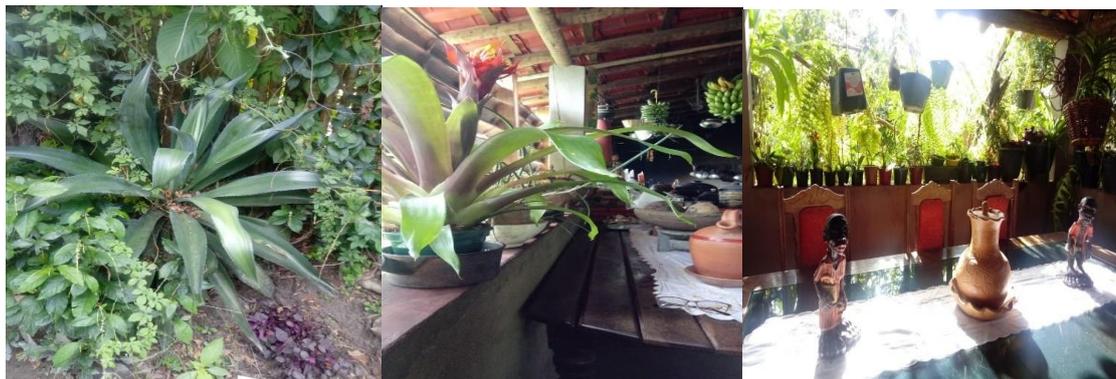
Fonte: Arquivo pessoal Ana Lúcia da Silva, 2021.

A Certificação quilombola é parte inicial do reconhecimento legal do território para acesso a programas específicos e titulação de domínio. A comunidade Chacrinha dos Pretos foi certificada pela Fundação Cultural Palmares em fevereiro de 2007. Sendo encaminhado simultaneamente o processo de titulação para o órgão de terras INCRA.

3.4 Descrevendo o Quilombo Chacrinha dos Pretos

Após a acolhida do primeiro dia, fui me familiarizando com o ambiente, definitivamente o ponto focal do quilombo é a casa de Maria Aparecida Dias, mais conhecida como Tuquinha. Muito bem harmonizada, a residência abriga todos os símbolos de uma comunidade quilombola. O fogão a lenha, as panelas de ferro, os balaios de taquara, canecas esmaltadas, bule, coador de pano, mesas longas de madeira, bancos, tambores, muita fartura. O ambiente é cercado por bromélias, orquídeas, suculentas, samambaias e uma diversidade incontável de plantas e folhas de chás, alimentícias e ornamentais.

Figura 6: Plantas ornamentais nativas e artesanato da Chacrinha dos Pretos



Fonte: Arquivo pessoal de Ana Lúcia da Silva, 2021.

A pequena comunidade quilombola é eminentemente oral. A oralidade constrói caminhos de entendimento e a constância específica. Apesar de o mineiro ter fama de desconfiado e não ser diferente em qualquer lugar que se ande, na Chacrinha dos Pretos é conversando que a gente se entende e aprende. Tecendo essa linha de entendimento percebi que as histórias desenham o mapa mental, fortalecendo as vivências que se confirmam através dos relatos orais dos entrevistados.

...começou assim, como diz... igual às Ruínas quando a minha mãe mesmo fala que ela não chegou conhecer, ver lá nos tempos dos escravos, quando ela conheceu já tava... já tinha derrubado lá né? Já tinha só um salão, que diz ela que brincava lá, brincava de roda, brincava lá dentro do salão (MORADORA QUILOMBOLA Nº 01).

É forte o uso sustentável do solo e a preservação das potencialidades nativas que são de uso comum. Todos os moradores têm uma horta diversa, múltipla, todos que entrevistei fazem uso das plantas nativas para alimento e remédio de acordo com sua necessidade.

...eu fazia... buscava... tem uma fruta, não sei se você conhece o tal do Gravatá? Ela vem uns cachinhos né? Aí os meninos ia lá na mata, lá pros mato buscá, uma hora arrancá a raiz de assa-peixe branco...” xarope também, que antigamente já usa xarope de São João, no meu tempo dos meus menino, a gente comprou muito xarope de São João na farmácia depois então, eu mesmo fazia e levava pra lá pra escola (MORADORA QUILOMBOLA Nº 01).

A noção da importância de gestão quilombola no território para manutenção da vida explica a maneira de como se veem representados no curso da história. Tendo os moradores, no tempo passado, a referência da manutenção dos saberes para o tempo presente constatamos como a memória organiza o território. Nesse sentido, esses saberes se apresentam como instrumentos metodológicos de controle e avaliação.

...antigamente as véia, a minha mãe mesmo fazia, a gente fazia biscoito, doce esse trem... isso aí a gente faz, nós faz, até hoje faz. Nos mesmo aprendeu com nossa mãe né? Ela não tinha esse negócio de... de nada não, era de cabeça mesmo né? Mas ela fazia muita coisa e só coisa boa né? Então a gente vê elas fazer a gente aprendeu (MORADORA QUILOMBOLA N° 01).

Com a diminuição do território por força de invasão de terras, a construção da estrada de ferro e em função do desaparecimento de documentos históricos que delimitam o espaço, entrave de posse da herança das terras na Chacrinha, a vulnerabilidade institucional revelada compromete o desenvolvimento da comunidade.

3.5 Histórias Narradas

A origem desse povoado, de acordo com relato de moradores, mulheres na sua maioria e da valiosa memória das mais velhas teve início no século XVIII com a fazenda do Sr. José de Paula Peixoto, minerador português apelidado de “Milhão e Meio”, nome que recebeu por causa de sua grande fortuna. De acordo com relatos de membros entrevistados da Comunidade, esse fazendeiro se amasiou com uma escrava e não tiveram herdeiros.

Conta ainda a história recolhida em diálogos e entrevistas, que a fortuna era tanta que o fazendeiro teria sido visitado pelo Príncipe Regente no local, em 1822, para adquirir um empréstimo de 50 contos de réis. Com o seu falecimento, a viúva teria alforriado os escravos da Fazenda. O que significa dizer que a Chacrinha era, na verdade, uma grande Fazenda de Engenho e foi adaptada sobrevivendo ao modelo predatório da exploração de terras, do rio, das riquezas. Resistindo através dos remanescentes, por sua oralidade e memória viva de histórias de resistência.

a [...] que sabe tudo que a minha mãe sabia, a [...] sabe, porque ela chegava... ela falava com todo mundo assim: “chama [...], fala pra ela vim cá!” Aí a [...] sentava do lado dela, trazia o caderno e a caneta e ia anotando. As histórias quem sabe mais coisa é ela, ela aprendeu, mas foi a [...]. Muitos vão contando história aí vai aumentando u pouquinho da história né? Vai aumentando um pouquinho, mas a verdadeira é a [...] que sabe que ela ouviu da mãe (MORADORA QUILOMBOLA 01, entrevista concedida).

Os moradores relatam a existência de um testamento feito pelo Padre José Nogueira Penido, herdeiro da fazenda que dividiu a terras entre negros e brancos, onde os conflitos começam a se desenhar.

[...] não! Continuou a mesma coisa, dela! Quando ela morreu, o Padre José Nogueira que ficou tomando conta da fazenda, ele fez um testamento, aí ele dividiu as terras. Dos muros pra cima que é depois 10 da igreja, ficou pros negros, dos brancos, pra cima é dos brancos. Do muro pra baixo ficou pros negros, os negros plantava aqui e construíram suas casas, aí o fazendeiro viu que aquilo não tava bom, falou pros negros: “Vamos fazer uma troca, vou colocar meu gado na terra d’ocês do lado de baixo e vocês vão vim plantar comigo o milho, na minha”. E os negros foram plantar milho, e ele colocou os gado nessas terras aqui e nunca mais devolveu as terras dos eles, entendeu? (DONA GERALDA, moradora quilombola 02).

O sentimento de exploração e desigualdade com relação a divisão de terras marca a desconfiança que a comunidade apresenta para a garantia de seus direitos ao território. Essa manobra relatada reflete no estreitamento do território. Os moradores costumam plantar sua semente em terras cedidas ou alugadas para esse fim.

3.6 Meu Olhar sobre o Quilombo

Para aqueles que chegam, a visão provoca a sensação de se estar entrando em um santuário. É evidente que o momento e os esforços contribuíram com essa impressão e eu compreendia a necessidade em aproveitar cada segundo. De fato, é um lugar acolhedor, entretanto cheio de conflitos e que ainda preserva os saberes tradicionais.

Limitar as dificuldades encontradas entre os moradores utilizando a Pandemia seria um argumento estreito para a realização do trabalho, posto que fui acolhida com segurança. A desconfiança dos moradores com o desconhecido ou definir superficialmente a pouca receptividade foram percepções superadas. Os conflitos internos, disputa de influência, associados à desmotivação em emprestar suas histórias, ajudaram a estruturar esse comportamento quase coletivo, vencido com muita resiliência.

O território foi dividido pela linha férrea, fruto da exploração econômica da terra por mineradoras no contexto desenvolvimentista. Em tempo pouco espaçado de horas, o trem atravessa o território da Chacrinha dos Pretos. Tão perto que as rachaduras da casa de Tuquinha aumentam, fazendo tremer o chão aos nossos pés. Indaguei como que conseguiam dormir com tanto barulho e Tuquinha me respondeu que não o ouvia mais. Só percebeu porque eu havia indagado e com o passar dos dias constatei que era isso mesmo.

A Comunidade tem poucas ruas, todas de terra, as moradias são simples, umas de alvenaria e outras de adobe. Com o passar do tempo, algumas mudanças nos imóveis foram realizadas. As casas de adobe eram moradias muito precárias. A pobreza extrema marcava as condições das habitações.

Entretanto, as características dessas moradias apresentam um modelo de obra limpa edificada com terra crua que seca ao sol. A técnica não causa impacto ambiental de desmatamento, provocado para alimentar os fornos que liberam de gás carbônico. As casas de adobe comprovadamente são térmicas, respiram e não mofam. No quilombo eram construídas manualmente, cobertas por telhas ou Sapé.

[...] da África às Américas, da China ao Oriente Médio e à Europa, há edificações milenares que continuam de pé. As Muralhas da China, um dos mais antigos monumentos arquitetônicos do mundo, são de terra. Não se desfizeram com a chuva. (STRINGUETO; BIS, 2013, n.p.).

Atualmente ainda encontramos vestígios dessa engenharia no Quilombo. O laboratório de engenharia da Universidade Federal de São Paulo - USP estimula revisitar essa técnica e refuta a afirmação preconceituosa que relaciona a fragilidade da técnica para proliferação do parasita barbeiro.

É verdade que a precariedade das casas construídas nos quilombos antigos facilitava a proliferação do parasita barbeiro, como também é verdade que a universidade se manifesta de maneira enfática apenas para defender a titularidade do saber. Ao descrever o histórico de precariedade associado ao método, marginaliza as vítimas. Nas entrevistas foi informado que as pessoas morriam da doença de Chagas. “[...] deu problema de doença de Chagas e essa menina minha morreu com 31 anos, o mesmo problema dele.” (MORADORA QUILOMBOLA Nº 01). As mortes por doença de Chagas em quilombos estão ligadas diretamente a uma evidente clivagem racial que tipifica o racismo como determinante social de saúde, fruto do abandono do Estado Brasileiro.

Apesar de relacionar a origem da técnica vinda de África e da China, o artigo é superficial ao fazer referência aos construtores brasileiros. O depoimento do profissional entrevistado percorre sutilmente o caminho da desqualificação de técnicas antigas inauguradas no Brasil pelos homens e mulheres negros. Nesse trecho, observamos que a associação desse saber tradicional quilombola com a titularidade ou referência das técnicas de engenharia não interessa.

Se mal feitas e mal conservadas, tanto uma casa de barro quanto uma de concreto deixam frestas onde o bicho pode se instalar. Não é um problema intrínseco do barro. É mais uma questão de acabamento e higiene explica Obede Borges Faria, engenheiro civil, mestre em arquitetura, doutor em ciências da engenharia ambiental e professor da Faculdade de Engenharia da USP de Bauru. (STRINGUETO; BIS, 2013, n.p.).

No Brasil do desmatamento criminoso, em uma época de aceleração do aquecimento global, iniciativas de recuperação ambiental são discutidas cotidianamente pela academia. Entidades de arquitetura e urbanismo, revistas de designer de ambiente e interiores disputam a narrativa. As técnicas antigas de sobrevivência dos povos de quilombo para construção de moradia estão sendo renomeadas. As casas de Adobe ou de pau a pique, agora, são conceituadas como “bio-construção de linhas contemporâneas”.

Os projetos contemporâneos, baseados nesse conceito estão sendo disputados no mercado. Por incrível que possa aparecer, segundo relato do responsável fundador do escritório BIOHABITARE em Belo Horizonte, o problema é a mão de obra.⁴² Operários não estão acostumados com o serviço. É preciso contratar especialistas que gerenciem a obra e capacitem a equipe (FOLHA, 2019). Essa frase se encaixa perfeitamente em 14 de maio de 1888 quando a mão obra negra, depois de sustentar três ciclos econômicos no Brasil: Cana de açúcar, café e ouro, deixou de ser qualificada. O Estado brasileiro estimulava a vinda de imigrantes. Esses imigrantes trabalhavam em sistema de parceria com os fazendeiros, atendendo também ao objetivo político brasileiro de embranquecimento da sociedade.

Não seriam projetos como esses, a confirmação de expropriação de dados e saberes quilombolas? A técnica utilizada pelos quilombos antigos se equivale na produção do conhecimento científico de arquitetura, engenharia civil ou ambiental?

O quilombo está cercado por mata nativa, que serve de fonte de recurso para subsistência principalmente dos mais velhos. Curiosamente ao realizar minha pesquisa de campo encontrei com um morador e observei que tinha algo abaixo do seu boné. Perguntado o que seria e para o que servia, o morador relatou se tratar de uma folha de mamona e que servia para refrescar sua cabeça durante o trabalho na capina.

Teria a folha de mamona propriedade de resfriamento térmico ou de funcionar como isolante de elevadas temperaturas corpóreas e ambientais?

⁴² Projetos contemporâneos se rendem a antigas técnicas de bio construção: Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/morar/2019/03/1987611-projetos-contemporaneos-se-rendem-as-antigas-tecnicas-de-bioconstrucao.shtml>>. Acesso em: 26 set. 2021, às 15h48min

Figura 7: Folha de mamona



Fonte: Arquivo fotográfico Ana Lúcia da Silva, 2021.

No Quilombo, não há muitas crianças de primeira infância, existem adolescentes em maior número. O que indica uma diminuição da quantidade de pessoas por família e envelhecimento dos remanescentes quilombolas em médio prazo. Será uma realidade inescapável.

A resistência dos Quilombos na contemporaneidade evidencia o entendimento da terra não só como meio de produção, mas como território simbólico. A Chacrinha dos Pretos se apresenta como um quilombo contemporâneo de produção e reprodução simbólica e social.

A noção de pertencimento e identidade como povo quilombola veio a pouco mais de 20 anos quando as políticas de cumprimento das disposições transitórias asseguradas na Constituição Federal de 1988 ganharam visibilidade.

Até então, os moradores não tinham noção de sua importância enquanto povo. Essa visibilidade despertou a prática de turismo como ambiente exótico e não histórico. Conforme relato de moradora “ninguém contava, a gente não sabia e nem valorizava, então hoje que a gente, como diz o valor que tem e que a gente, como diz, agora tem... vem tanta gente aí pra visitar” (DONA RAIMUNDA, moradora quilombola nº 01).

A gestão territorial e ambiental quilombola têm como objetivo proteger, conservar e manejar de forma sustentável os recursos naturais do território quilombola, promovendo também sua valorização cultural.

Tendo em vista os aspectos observados, é necessário ambientar literatura da gestão pública nacional com as experiências comprovadas nos territórios tradicionais de quilombo, capacitando técnicos da ENAP para elaboração e uso de ferramentas científicas alinhadas por

seus conteúdos de conhecimento. Fomentar a elaboração de projetos de análise de desempenho, incorporando práticas e saberes tradicionais quilombolas no monitoramento e avaliação das políticas públicas. Construir indicadores que amplie o repertório de iniciativas governamentais já inauguradas, a exemplo do Programa Brasil Quilombola - PBQ.

A ENAP deve processar um contato mais direto com os produtores das informações por meio de ferramentas fáceis e inteligíveis para pessoas que dominem outras formas de saber. Essa iniciativa pode ser compreendida como uma proposta de remodelagem para elaboração e análise de políticas públicas.

O capítulo descritivo apresentado analisa que a unidade territorial quilombola diferente da conformação da unidade territorial do Estado Brasileiro não está alicerçada na manutenção das desigualdades. A Gestão territorial é marcada pela continuidade de seus elementos fundantes, preservada pelo saber da memória. A relação dos saberes quilombolas com os saberes científicos inseridos na execução da política pública são entendidos com equivalência para potencializar o êxito das políticas públicas no território, relacionados pela memória e a oralidade

Essa proposta deve dialogar concomitantemente com as metodologias existentes nos quilombos a partir da experiência organizacional estabelecidas pelas mulheres negras ao longo da história e das mulheres quilombolas para evidenciar contornos de relação equivalente dos saberes. Nesse sentido, o próximo capítulo apresenta uma discussão que evidencia essa configuração matriarcal nos quilombos e sua importância.

CAPÍTULO III

4 A INFLUÊNCIA DO MATRIARCADO NEGRO NA GESTÃO PÚBLICA

“Seguindo a etimologia da palavra pesquisa e o sentido que nos move, chegamos às (com)unidades para pescar encontros, partilhar vivências e potencializar saberes”.

Tamires Fraga Martins

O objetivo deste capítulo é evidenciar a mulher negra como sujeito de direito, trazendo-a para a centralidade da contribuição civilizatória. Agente principal na interface entre a gestão pública e a gestão quilombola. Evidenciando os traços matriarcais⁴³ da comunidade de quilombo Chacrinha dos Pretos através da salvaguarda do patrimônio material e imaterial inventariado pelas mulheres.

Descrever o potencial organizativo no território do quilombo Chacrinha dos Pretos, recepcionado pela liderança de Maria Aparecida Dias. Destacar o ambiente de estruturado pelas dimensões do machismo e do racismo que refletem violentamente ao protagonismo da liderança feminina negra. Desencadeando processos de intolerância e subalternização dos saberes, exemplificados por este estudo na relação com a Política de Saúde. Analisando a importância do combate ao racismo para promoção da igualdade racial, como processo de confirmação dos saberes analisados, o objeto desta investigação.

As mulheres quilombolas são adjetivadas como trabalhadoras fortes e esforçadas. Para garantir a sobrevivência e fortalecer a luta contra a exclusão social combatendo o preconceito direcionado à população negra e quilombola enfrenta seculares desafios.

As comunidades quilombolas surgiram de um processo histórico marcado pela violência de múltiplas dimensões: física, étnico-racial, psíquica, sexual, ético, política, entre outras. A inexistência do direito à memória e à verdade é parte importante da própria negação, como quilombola, e como sujeito de direitos.

⁴³ Para muitos autores, o matriarcado foi uma forma de sociedade na qual o poder é exercido pelas mulheres e, especialmente, pelas mães da comunidade. Etimologicamente, o termo deriva do latim *mater* que significa mãe e do grego *archéin* que significa governar. Diversas teorias enfatizam que houve um tempo em que as mulheres dominavam a terra, dominavam a coleta, a família, as relações sociais. Segundo Marcireau (1974, p. 79) "os homens começaram por viver em comunidades sexuais sem entraves e depois a humanidade viveu a fase do matriarcado. A cultura primitiva é feminina, a cultura masculina só veio mais tarde." Quando falamos em matriarcado, logo buscamos as sociedades africanas e indígenas para orientar nossos estudos. Disponível em: <[https://file:///C:/Users/Ricardo/Downloads/3374-Texto%20do%20artigo-11720-1-10-20180415%20\(1\).pdf](https://file:///C:/Users/Ricardo/Downloads/3374-Texto%20do%20artigo-11720-1-10-20180415%20(1).pdf); [file:///C:/Users/Ricardo/Downloads/3374-Texto%20do%20artigo-11720-1-10-20180415%20\(1\).pdf](https://file:///C:/Users/Ricardo/Downloads/3374-Texto%20do%20artigo-11720-1-10-20180415%20(1).pdf) . Acesso em 21 nov. 2021 às 21h45min.

É parte fundamental deste estudo o reconhecimento da importância histórico-social das comunidades quilombolas, como espaço de (re) existência negra. A memória tem um papel central na compreensão da identidade étnica.

A memória é fruto das lembranças dos acontecimentos do passado, que são reconstruídos por meio de estímulos e vínculos sobre as circunstâncias, que se faz presente nas narrativas por meio de ideias e de imagens do cotidiano das quituteiras, parteiras e benzedoras. O fato da história e memória da comunidade quilombola Chacrinha dos Pretos, quase que continuamente ser contada pela voz dos mais velhos e, particularmente, pela voz das mulheres, confere ao território quilombola uma descrição de gênero e de geração, que relacionada a outras divisões que possibilitam a produção de conhecimento novo a respeito de ser quilombola. A teoria do reconhecimento, os estudos sobre identidade e memória étnicas estruturam um conjunto de saberes que permitem a produção de conhecimento novo sobre a comunidade quilombola.

O reconhecimento dos saberes tradicionais protegidos pelas mulheres negras trata-se da conformação estruturante de um planejamento estratégico para garantir a emancipação do povo quilombola na formulação do conhecimento. Discorrer sobre algumas referências históricas citadas abaixo e contemporâneas a partir da liderança feminina do quilombo da Chacrinha dos Pretos organiza a compreensão sobre o matriarcado negro como contribuição civilizatória na diáspora africana. Aspecto fundamental na elaboração da civilidade institucional.

Conforme define CONAQ (2020, p. 46) “a liderança das mulheres quilombolas, por sua vez, é central na luta política pelo território, na medida em que sustenta, protege e desenvolve o principal elemento de sustentação do quilombo: a coletividade”.

Para falar de matriarcado e territórios tradicionais, é importante revisitar a história a partir do legado de mulheres negras por atuarem contra o racismo em defesa do bem viver, contra a escravidão e seus reflexos, pela capacidade de organização interna, gestão do território e estratégia de sobrevivência nas lutas contra todas as formas de opressão racista e sexista. Mulheres negras quilombolas passam por processos de preterimento não apenas por serem negras, mas por serem membros de um grupo historicamente excluído e invisibilizado.

As referências femininas negras aqui citadas doaram em seu período de existência, inteligência. Atuaram como indivíduos, alcançando status de sujeitos em suas realidades sociais no “contexto do racismo generalizado” (KILOMBA, 2020, p. 74).

Acotirene, Aqualtune, Dandara, Tereza de Benguela, Zeferina, Tereza do Quariterê, Maria Felipa de Oliveira, Eva Maria de Bonsucesso, Maria Firmina dos Reis, Esperança

Garcia, Esperança Crioula, Maria Aranha, Na Agontimé, Tia Simoa e Zacimba Gamba e Luiza Mahin são algumas referências que por suas posições inarredáveis na luta pela liberdade, contra o racismo, contribuíram efetivamente com a organização contra a escravidão e seus efeitos perversos no Brasil.

Quilombolas, sacerdotisas, escritoras, parlamentares, chefes de Estado, líderes. Todas marcaram indelevelmente a história pela inteligência, estratégias e resultados. A trajetória dessas mulheres demonstra que o protagonismo feminino negro sempre se impôs no curso da história do Brasil, dentro de suas áreas de atuação, mulheres negras se destacaram na luta por igualdade de oportunidades pela liberdade e pela luta contra opressão de gênero, raça e etnia. Destaco aqui a iniciativa em reunir alguns desses expoentes. O Senado Federal organizou, em 29 de julho de 2020, a estante virtual de heroínas negras e indígenas, entre elas estão, a saber:

- ACOTIRENE - Matriarca do quilombo de Palmares, conselheira responsável pelas estratégias de batalha, teve um dos mocambos do quilombo batizado com seu nome;
- ADELIA CHARUTEIRA - Escrava de seu próprio pai, apesar disso, sabia ler e escrever, seu pai fabricava charutos e como vendedora passou a ter trânsito com os compradores e se inteirou da luta abolicionista. Passou a elaborar planos de fuga para outros negros escravos e fugiu do Maranhão para o Ceará;
- ANASTÁCIA - Originária do Congo com sua mãe Delmira, Anastácia é um símbolo de resistência contra a opressão de gênero, resistiu ao assédio de seus senhores, foi violada, açoitada e amordaçada com uma máscara de ferro, porque também tinha olhos azuis e era muito bonita. Seu corpo foi enterrado na Igreja do Rosário dos Pretos no Rio de Janeiro e passou a ser santificada por alguns devotos;
- ANTONIETA DE BARROS – Educadora e jornalista, teve que romper barreiras para conquistar espaços. Tornou-se a primeira mulher negra a assumir um mandato popular no Brasil e a primeira mulher a integrar a Assembléia Legislativa de Santa Catarina;
- AQUATUNE - Mãe de Ganga Zumba, Sabina e Zumbi dos Palmares de origem do Congo, fugiu da fazenda no Recife com outros negros escravizados e povoaram o mocambo de Palmares, que depois levaria o seu nome;
- CAROLINA MARIA DE JESUS – De origem humilde, estudou apenas por dois anos. Catava materiais recicláveis nas ruas para vender. Passou a registrar o cotidiano da favela, o que gerou o livro Quarto de Despejo. A obra foi sucesso editorial, traduzido e distribuído para muitos países;

- DANDARA - É uma das líderes mais conhecidas no Brasil. Lutou contra a escravidão em Palmares. Foi contra a proposta da Coroa Portuguesa em condicionar as reivindicações dos quilombolas. A guerreira morreu durante a disputa no Quilombo dos Macacos pertencente ao Quilombo de Palmares, onde vivia também seu marido, Zumbi dos Palmares;
- ESPERANÇA CRIOLA - Considerada a primeira mulher advogada do Brasil pela OAB do Piauí em 2017, por escrever para o governador do Estado do Piauí em 1770 uma carta em tom de petição reivindicando a sua liberdade. Pedindo que as leis precárias do Brasil concedidas aos escravos fossem respeitadas;
- EVA MARIA BONSUCESSO - Negra de ganho no Rio de Janeiro, vendia frutas para o patrão escravocrata na Ladeira da Misericórdia, primeira rua da cidade quando uma cabra comeu as frutas de seu tabuleiro. Na tentativa de reaver a mercadoria, Eva foi atrás do animal que tinha como cuidador José Inácio de Sousa, amigo do futuro Imperador do Brasil, que reagiu dando-lhe um tapa na cara. Eva o enfrentou, conseguiu testemunhas e colocou o amigo branco da corte na cadeia;
- FELIPA MARIA ARANHA - Foi líder do Quilombo de Mola, no Tocantins. Venceu todos os ataques escravistas e organizou toda a sociedade do local. Era escravizada e conseguiu montar um dos quilombos mais estruturados do Brasil. Sua liderança militar e política possibilitou criar uma entidade de cinco quilombos, Confederação do Itapocu, que impôs derrotas às forças escravagistas;
- LAUDELINA DE CAMPOS MELO – Foi empregada doméstica e criadora do primeiro Sindicato das Domésticas do Brasil, em 1936. Ela teve uma trajetória que combinou, de forma singular, a luta pela valorização do emprego doméstico, o feminismo e o ativismo pela igualdade racial;
- LÉLIA GONZALEZ – Foi Professora universitária e chefe do Departamento de Sociologia e Política na PUC - Rio. Participou da criação de vários movimentos, destacando-se no Movimento Negro Unificado. Atuou no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) de 1985 a 1989;
- LUIZA BAIROS - Foi uma intelectual e ativista que teve por foco a luta contra a discriminação racial. Recebeu prêmios pelo destaque na luta pelos direitos de mulheres e negros. Foi ministra de Estado chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial de 2011 a 2014;

- LUÍSA MAHIN - Mãe de Luiz Gama, Luísa se envolveu diretamente nas estratégias das revoltas na Bahia, a saber, dos Malês e a Sabinada. Quituteira de profissão e originária do Mahi da Costa da Mina região afro nagô, era no seu tabuleiro que Luiza passava mensagem em árabe através dos meninos que aparentavam querer comprar seus quitutes. Fugiu para o Rio de Janeiro onde segundo a história foi deportada para Angola;
- MARIA FELIPA DE OLIVEIRA - Ligada à resistência às diversas investidas portuguesas para tomar e ocupar a Ilha de Itaparica durante a Guerra de Independência. Mulher negra, líder em sua comunidade pesqueira, que comandou a luta contra os colonialistas;
- MARIA BEATRIZ DO NASCIMENTO – Foi professora, intelectual e pesquisadora, dedicando-se especialmente aos estudos sobre o racismo e os quilombos, poetisa, ativista, e autora do filme ‘Ori’, sob a direção de Raquel Gerber;
- MARIA FIRMINA DOS REIS - Formou-se professora e exerceu, por muitos anos, o magistério, chegando a receber o título de "Mestra Régia". Ao se aposentar, no início da década de 1880, fundou, na localidade de Maçaricó, a primeira escola mista e gratuita do Maranhão e do país. Foi considerada a primeira romancista brasileira, além de escrever o primeiro romance abolicionista, Úrsula, que narra a condição da população negra no Brasil com elementos da tradição africana;
- MARIANA CRIOULA – Na maior fuga de escravos da história fluminense, em 1938, ela se juntou aos fugitivos, tomando a direção do grupo no qual ficou conhecida como a rainha do quilombo. O Quilombo e seus 400 liderados conquistaram fama entre os escravos e pavor entre os fazendeiros;
- MARIELLE FRANCO – Foi vereadora do Rio de Janeiro. Era uma mulher negra, feminista, pobre, criada na favela e lésbica, que pautou sua atuação política na defesa das minorias. O seu assassinato gerou muita visibilidade às causas defendidas por ela;
- NA AGONTIMÉ – Era rainha do Reino de Dahomé, atual República do Benin. Após a morte do rei, foi vendida para o mercado escravista e enviada ao Brasil, onde mudou de nome. Após conseguir sua alforria, fundou a Casa das Minas e reconstruiu o culto aos ancestrais;
- RAINHA TERESA DO QUARITERÊ - Foi guerreira no Quilombo do Quariterê, em Cuiabá. Comandou toda a estrutura política, econômica e administrativa do quilombo. Mantinha até um sistema de defesa com armas trocadas com homens brancos ou resgatadas pelos escravizados;

- TEREZA DE BENGUELA – Foi líder quilombola no século 18. Sob sua administração, o quilombo cresceu e prosperou, desenvolvendo agricultura para a própria subsistência e comercialização. Sob sua liderança, o quilombo resistiu à escravidão por duas décadas;
- TIA SIMOA - “Tia Simoa” foi uma negra liberta que, ao lado de seu marido (José Luís Napoleão) liderou os acontecimentos de 27, 30 e 31 de janeiro de 1881 em Fortaleza – CE, episódio que ficou conhecido como a “Greve dos Jangadeiros”, onde se decretou o fim do embarque de escravizados naquele porto, definindo os rumos para a abolição da escravidão na então Província do Ceará, que se efetivaria três anos mais tarde;
- ZACIMBA GABA – Era princesa de Cabinda, em Angola, e veio forçada para o Brasil na condição de escrava. Foi cruelmente castigada. O senhor da fazenda foi envenenado e ela deu a ordem para os escravos invadirem a fazenda, fugiu com outros negros e criou o seu próprio quilombo;
- ZEFERINA – Veio para o Brasil ainda criança, na condição de escravizada, de Angola para Salvador, no século 19. Fundou o Quilombo do Urubu. Foi guerreira e fez resistência para sua proteção e de seu povo, lutou contra as tropas policiais, foi levada presa e morreu na prisão;

Em outras palavras, o movimento feminista clássico não leva em consideração as especificidades das mulheres negras, e com isso, apesar das boas intenções, perdura uma injustiça epistêmica que impossibilita um diálogo equitativo (MENDES, 2020, p. 63).

A forma de organização feminina nas comunidades tradicionais tem muito a ensinar a academia e a cada um de nós. A mais velha moradora da comunidade, uma senhora de semblante altivo, carrega no rosto e nas mãos as marcas da dureza dos anos vividos na roça. Católica tradicional, quituteira, de viuvez precoce, cinco filhos, estava cercada de toda sua família. Sua responsabilidade é grande, tão grande como sua memória. Realista, consegue perceber as distâncias que se formaram ao longo da conformação da comunidade. Seu enraizamento é firme. Conforme referencia Mendes (2020, p. 64), “seguindo o legado de nossos ancestrais, mulheres do quilombo continuam sendo as principais guardiãs e transmissoras dos conhecimentos de geração para geração”.

Dona Joaquina alerta sobre a influência que a especulação sobre a Chacrinha, por moradores de fora, a influência da ideologia neopentecostal, a falta de pertencimento dos mais jovens podem desencadear os processos de desenraizamento na comunidade. Percebe com muita clareza como a dimensão do racismo, danosa para as relações comunitárias, se impôs

para dificultar seu aprendizado, reconhecendo como a ação (ou falta dela) do poder público na comunidade.

Tive contato com varias pessoas da comunidade sem maiores dificuldades, mas a adesão à pesquisa não me pareceu ser do interesse da maioria. A prosa, a participação na rotina da comunidade, o almoço coletivo, a cachaça da roça ou o café passado na hora funcionavam como elo entre mim e essas pessoas que faziam questão desses momentos.

A preocupação de algumas delas com o respeito às tradições dentro das Ruínas com a instalação da igreja evangélica domina boa parte dos assuntos, sempre que a religiosidade é referenciada. Os símbolos religiosos estão sempre na ordem do dia. A igreja católica está com as obras atrasadas por causa da Pandemia, fato que os coloca em fragilidade de acesso ao culto, ao sagrado.

Uma necessidade de marcar território estava implícita nessas conversas, a desconfiança de tempos conflituosos já não parece uma grande surpresa. A liderança feminina da comunidade, a Tuquinha, necessariamente não se dá pelo mandato na associação, tão pouco a sua visibilidade pública, ou pelos espaços que ocupa de participação social e sim pela sua capacidade de organizar o território, sempre dialogando e se mantendo informada.

Sobretudo é importante como eu havia falado, ao revisitar a história, perceber o quanto a ancestralidade norteia a liderança matriarcal. O ponto de partida para a constituição do quilombo se deu pela iniciativa de uma mulher negra que, na primeira oportunidade, por força do falecimento de seu senhor e “amado” branco, comprou a liberdade dos seus iguais e desapareceu. Por certo, a permanência no território não dialogava com o seu sentimento de liberdade.

A concepção de que todos os seres vivos se entrecruzam no mesmo caminho. A luta para ser efetiva precisa ser coletiva e horizontal, aduz releituras do fazer científico. Modos de construções de vida sempre produzem saberes. Nesse sentido, a neutralidade da academia como espaço de formulação do conhecimento que desqualifica ou valida o conhecimento do outro não procede. O contraponto à suposta neutralidade do espaço de formulação científica deve-se continuamente incorporar a produção do conhecimento dos diferentes saberes. Estimando o resultado das experiências de mulheres quilombolas que há muito se organizam transformando as bases do convívio social em suas comunidades.

Alguns exemplos de práticas tradicionais das mulheres negras, considerando a relação do corpo com o território, servem para demonstrar que a coletividade pode se estabelecer sobre bases e conceitos diversos daqueles em cujos quais se acomodaram os especialistas em nossa cultura e em nós mesmos.

Para abordar a respeito da realidade da mulher negra é necessário compreender as várias concepções de gênero de raça. Considerando tais conceitos, mulheres negras cotidianamente experienciam a opressão das dimensões do racismo e sexismo.

Formas de opressão não operam em singularidade; elas se entrecruzam. O racismo, por exemplo, não funciona como uma ideologia e estrutura distintas; ele interage com outras ideologias e estruturas de dominação como o sexismo (KILOMBA, 2019, p. 98 - 99).

Gomes (2021, p. 350) ao se referenciar às mulheres a partir do Brasil Escravista, atenta para invisibilidade das mulheres negras, brancas ou indígenas. A Socióloga relata que, mesmo na escrita, sempre houve problemas. Documentos da época eram escritos por homens e para homens e em qualquer que fosse o registro era nítida a desimportância destinada às mulheres e “aos decisivos papéis que desempenharam na construção da sociedade brasileira” (GOMES, 2021, p. 349), assim percebendo a classificação das mulheres no Brasil colônia:

[...] delimitava o universo colonial feminino brasileiro em três grupos: as mulheres com honra, castas, casadas, que frequentavam a igreja e viviam relativamente reclusas dentro de casa: as mulheres sem honra, categoria que incluía as escravas, negras e mestiças forras e as prostitutas; e, por fim, as mulheres desonradas, aquelas que perdiam a virgindade antes do casamento (GOMES, 2021, pág. 354). Autora negra.

Evidenciando severamente o “*não lugar*” na sociedade. Mulheres negras rotuladas como pervertidas, lascivas.

De um lado, havia a mulher branca reclusa, religiosa e submissa, sempre sob os cuidados e as ordens do pai ou do marido. De outro, a mulher negra sensual, voluptuosa, cujo descontrole sexual seria responsável pela corrupção dos bons costumes da América Portuguesa (GOMES, 2021, p. 350).

Esta visão estereotipada da mulher negra é uma forma subterrânea de justificar o estupro e as condições humilhantes a que eram submetidas. O mito da “negra boa de cama” foi construído oportunamente para justificar a violação de corpos negros para justificar a crueza do assédio sexual e outras formas de violências na relação entre escravizadas e escravizadores conforme atesta Djamila Ribeiro (2018, p. 79) “no Brasil há uma relação direta entre colonização e a cultura do estupro”.

Rodrigues (2008), médico maranhense, de acordo com Gomes (2021, p. 351) associava a mulher negra “adjetivada” como mulata à promiscuidade junto da sociedade brasileira no campo sexual.

Como resultado de todas essas influências desfavoráveis, a energia de todo o povo degenerou em indolência e gozos sensuais e para sair dessa situação serão necessários séculos (RODRIGUES, 2008, p. 239).

Tão humilhante como essa análise eram as condições de indumentária do negro no Brasil Império. Essa sedução desproporcional à mulher negra até os dias de hoje foi construída pelos horrores da escravidão. Mulheres brancas vieram para cá com os mesmos costumes de vestimenta européia, a saber: espartilho, várias anáguas, roupas que lhes cobriam das cabeças aos pés além de chapéus de abas largas, longas mangas da blusa de golas consideravelmente altas. Modelagem que atendia a um biotipo distinto considerando acesso aos usos, costumes e renda. Por outro lado, mulheres negras não tinham sequer roupas íntimas como *soutien*. Os seios fartos, quadris largos, cobertos por panos de sacas de café ou batata, as colocavam absolutamente expostas à perversão senhorial e a própria sorte.

Mulheres quilombolas carregam o quilombo em seus corpos, poucas foram aquelas que saíram do território para adquirir o estudo formal, mas se destacam nas frentes de luta contra o racismo denunciando a violação dos territórios de quilombo.

Aos 56 anos, Tuquinho relata que concluiu seu Ensino Médio em 2017. A Comunidade se apropriou do aparelho público escolar. Antes da pandemia desenvolviam diversas atividades extracurriculares, como computação, aulas de teatro e oficinas de formação.

Aquelas que permanecem no território enquanto suas filhas estudam nas cidades, estrategicamente mantêm os ensinamentos através da resistência e saberes. A forma de organização espacial com equilíbrio e sustentabilidade. Exercem papéis ativos na sociedade que fazem parte, são lideranças de identidade cultural e política, rezadeiras, quitadeiras, benzedoras, parteiras, coveiras, guardiãs das sementes e das bandeiras das manifestações culturais.

[...] na labuta diária, temos formulado e apresentado nossas demandas em diferentes espaços, denunciando o racismo institucional, mobilizando o judiciário nacional e as cortes internacionais, lutando contra invisibilidade, a marginalidade, a violência doméstica, sexual e psicológica (DEALDINA, 2020, p. 38).

De acordo com MUNANGA (1995), para garantir a mobilidade socioeconômica que sempre dependeu da assimilação de conteúdos de políticas públicas pensadas e orientadas a partir de valores machistas da cultura ocidental, hegemônica, impõe-se às mulheres negras efeitos deletérios que visam entre outras coisas, a retirada da ideia de sujeito coletivo dos componentes constitutivos de sua identidade. Gomes (1995) contribui com essa compreensão a partir da definição da corrente ideológica chamada Democracia Racial.

[...] a democracia racial atua como um campo fértil para a perpetuação dos estereótipos sobre o negro, reforçando as várias modalidades do pensamento racista brasileiro: ora a suposta inferioridade biológica do negro, ora a suposta inferioridade sociológica do negro, justificando e mantendo as desigualdades raciais (GOMES, 1995, p. 61-62).

Nesse sentido, a garantia da (re) existência pressupõe características de afirmação sistemática dessa identidade. Para Souza (1983, P. 25) [...] “o mito é um conjunto de representações que expressa e oculta uma ordem de produção de bens de dominação” explica-se a engenharia de apagamento do mito da democracia racial, fortemente atualizada nos dias de hoje.

4.1 Sabores e Saberes

Tuquinha conta que os alimentos que são servidos no seu estabelecimento ganharam visibilidade em virtude da busca que as pessoas têm por alimentos orgânicos, sem agrotóxicos, que muitas vezes foram tipificados como exóticos por parte daqueles que desconhecem a história. Está sempre envolvida como figura central nos festivais gastronômicos da região, campeã de muitos deles. Eventos que divulgam e popularizaram o seu restaurante. Pessoas de outros estados e regiões procuram sua culinária tradicional, “os saberes das plantas pelos povos africanos no Atlântico Negro, apesar de ainda pouco estudados pela ciência moderna, já aparecem reconhecidos.” (GOMES, 2009, pág.87).

[...] o saber tradicional traduzido nas práticas e fazeres das mulheres quilombolas, a exemplo do conhecimento de plantas medicinais, evidencia um diálogo profundo com os princípios da Agroecologia (SANTOS 2020, p. 137).

Algumas das principais receitas de quitanda da Chacrinha dos Pretos elaboradas pelas mulheres do quilombo estão registradas em uma cartilha para que não se perca no tempo.

[...] é... porque o turista tá cansado de comer maionese, salpicão, essas comidas, mas aqui no quilombo, um restaurante no quilombo... eu pensei, pensei e falei assim:” eu não vou fazer comida diferente, eu vou fazer a minha comida!” A comida do dia a dia a comida que eu como aqui e que eu gosto que é uma comida natural né? Saudável é essa comida. então o turista vem né? E, portanto chega aqui já encontra a comida pronta, outros liga eu pergunto:” O que que vocês vão querer?”-” Hoje eu quero comer um frango com Saborosa.” Ah! Hoje eu quero uma costelinha com Saborosa”, a mais pedida “Ah! Hoje eu quero Umbigo de Banana, eu quero comer Palmito” né? ““ Eu quero comer um Carapiá” agora o Carapiá é raro, não é toda vez que encontra o Carapiá, não é toda vez que encontra o Carapiá. (ENTREVISTA DE TUQUINHA, em 25/02/2021).

Por causa das restrições impostas pela Pandemia, o restaurante passou a funcionar apenas para entrega de refeições, ainda assim, Tuquinha não conseguia dar dois passos sem ser abordada. Mesmo com todas as restrições do distanciamento social, os moradores da Chacrinha ao chegarem do serviço na busca de um conselho, orientação, comprar um gás, pegar uma folha de chá e até mesmo prostrar, não prescindiam da passagem em seu estabelecimento.

[...] o tanto de gente que vem aqui pra comer, pra provar é muita gente né? Sempre, sempre tem gente agendando, tem gente querendo vim comer né? (ENTREVISTA DE TUQUINHA, em 25/02/2021).

As PANCS – PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS, nomenclatura já inserida no vocabulário de Tuquinha, têm uma importância espiritual. A maioria das plantas serve para satisfazer o apetite, atender a saúde e acalmar o espírito, quando não se apresentam nessas três funções geralmente se completam alternando o uso conforme a necessidade de quem as maneja.

[...] eu fui nascida e criada comendo essas plantas né? Meu povo comia era essas plantas e eu aprendi. Tem plantas né? Que a gente faz a comida, além de fazer a comida, também serve como medicamento né? Cê sabe que tem plantas que são plantas medicinais né? Como Ora-pro-nóbis ele tem muito ferro né? É muito bom pra saúde, é muito bom pra anemia, a Taioba né? A Saborosa também é muito boa pra saúde né? É o Carapiá... assim... eu conheci desde pequena também né? A gente sempre comeu o Carapiá ele é muito importante. (ENTREVISTA DE TUQUINHA, em 25/02/2021).

O Alecrim do Campo é uma dessas plantas multifuncionais segundo Tuquinha, “fazer limpeza nos dois sentidos” o chá é calmante, os galhos servem para varrer a casa limpando o ambiente físico e espiritual. Utilizado para varrer os fornos quentes, exalando um perfume suave por toda a comunidade. O cheiro avisa a comunidade que tem biscoito assado. O bambu tem diversas funções dentro do Quilombo, cerca, forro, balaio, ninho de galinha, lenha e quando está em broto, serve de conserva para alimentação. O Levante, de acordo com as moradoras mais velhas, assim como Alecrim do Campo, serve para cura dos males do corpo e da alma.

[...] a gente usa o Alecrim também pra uma outra coisa, pra varrer o forno quando você vai fazer um biscoito, uma quitanda no forno de cupim, aí você varre o forno. Todo mundo sabe que cê tá fazendo biscoito, aquele cheiro esparrama na Comunidade, espáia... então todo mundo sabe - “ah! tá fazendo biscoito.” (ENTREVISTA DA TUQUINHA, em 25/02/2021).

As plantas inventariadas por Tuquinha e outras pessoas do Quilombo são: o Carapiá, a Saborosa, o ora-pro-nóbis, a Cansação, o Umbigo de Banana, o Broto de Bambu, a Palma ou

Fogueira do Inferno, a Maria Arnica, o Gravatá, o Elevante, Mentrusto Mastruz, Serralha, Palmito, a Taioba, o Inhamé e Mostarda. Utilizadas por ela no dia a dia de farta quantidade no território em suas épocas de produção. Sendo uns frutos, outras folhas e outros tubérculos.

4.2 A Culinária

(...) Como produção deliberada, a memória histórica, ao longo do nosso século, foi sempre o instrumento de poder dos vencedores, para destruir a memória dos vencidos e para impedir que uma percepção alternativa da história fosse capaz de questionar a legitimidade de sua dominação(.. .)

ENAP - Centro de Documentação, Informação e Difusão Graciliano Ramos, Brasília-DF, 1993

A comida é identidade, afeto e memória. Comida é expressão da cultura e de diversidade de um povo. Os aspectos de cultivo e preparo são importantes, mostram a identidade cultural de um povo. Considerando o ecossistema da região, ligada à identidade de gênero, marca a história e o território no quilombo da Chacrinha dos Pretos. Torna-se fonte de renda para a comunidade. A culinária é um processo de alto cuidado e cuidado dos outros e um processo de garantir a saúde. Trata-se pelo exposto a seguir de um processo de importância da soberania alimentar.

Figura 8: Culinária – Alguns exemplos



Umbigo de banana

Carapiá

Banana Marmelo

Fonte: arquivo pessoal de Ana Lúcia da Silva, 2021.

Além de ter um restaurante, que preserva um cardápio específico que busca narrar a sua harmonia de sabores com a história do quilombo, Tuquinha é uma Griô renomada, reconhecida nacionalmente.

A comida comum em territórios das comunidades negras em Minas Gerais ganha o adjetivo de exótica ou não convencional, que nesse caso é necessário compreender para quem se aplica esse conceito.

PANC é uma definição para plantas que não são comercializadas em supermercados e sacolões, ou seja, não constam na lista de consumo de frutas, verduras e legumes. Todavia, esse conceito de não convencional não se aplica a comunidade negra, principalmente rural.

A saborosa é a palma da Pitáia, fruto que hoje é vendido a “peso de ouro” em hortifrutigranjeiro. Na época da escravidão, era o recurso que seus antepassados usavam para não morrerem de fome. O Carapiá, um talo que brota no campo em grande quantidade. É necessário evidenciar se não fosse a necessidade de garantir sustento familiar e a capacidade de identificar por meio de saberes tradicionais, essa planta não seria disputada em eventos gastronômicos da região.

Associados a essas duas plantas tem o umbigo de banana, o broto de samambaia, o broto de bambu e o palmito selvagem que ganharam identidade de PANCS.

Quitadeiras quilombolas nos ensinam a importância do processo de educação patrimonial por utilizarem estratégias de resistência e de reprodução social e cultural. É importante compreender tais estratégias. Elas fazem parte de um saber ancestral, responsável pela transmissão de conhecimento da liderança política e pela continuidade da luta pelo direito ao território onde as mais velhas são as matriarcas, guardiãs da memória.

Quadro 4: Inventário de receitas tradicionais. Quitandas do Quilombo da Chacrinha dos Pretos elaboradas pelas Mulheres

<i>Quitanda</i>	<i>Autoria da receita</i>	<i>Ingrediente</i>	<i>Modo de fazer</i>
Biscoito Frita de Vinagre	Dona Joaquina	Sete colheres de açúcar 4 colheres de óleo 4 colheres de vinagre 1 pitada de sal 1 colher de pó royal ½ quilo de farinha de trigo sem fermento	Coloque farinha aos outros ingredientes até dar o ponto de enrolar. Em seguida, enrole não muito grosso e frite.
Biscoito de Polvilho	Dona Joaquina	1 copo de água 1 copo e meio de leite 3 ovos 1 copo de óleo 1 quilo de polvilho 1 pitada de sal	Sovar e escaldar com óleo quente; em seguida esquentar o leite, água e ir jogando aos poucos, à medida que vai amassando. Depois que a massa estiver bem uniforme, enrolar e assar em forno médio.
Bolo de Fubá	Dona Ritinha	1k de fubá de moinho d'água	Amasse com colher de pau, em seguida, unte um tabuleiro e

		<p>Leite até dar o ponto 1 pacote de coco ralado 4 ovos manteiga (4 colheres de sopa) ½ copo de óleo 1 pitada de sal</p>	<p>asse em forno médio, aumentando a temperatura aos poucos. Se quiser, pode polvilhar canela moída.</p>
Biscoito Frito	Dona Ritinha	<p>1 quilo de polvilho 1 copo de óleo 1 copo e meio de leite 3 colheres de açúcar (sobremesa) 6 ovos</p>	<p>Dissolver o óleo no leite, esquentar para ir jogando aos poucos, à medida que vai sovando bem a massa. Depois de bem sovada, faça os moldes e frite em fogo médio.</p>
Biscoito Quebra-Quebra	Tuquinha	<p>500g de açúcar refinado 3 ovos 250 ml de leite 1 colher de sopa rasa de sal 2 colheres de sopa rasa de pó royal 500g de farinha de trigo em fermento 1 kg de maisena</p>	<p>Coloque em uma vasilha: açúcar, margarina, ovos, pó royal, sal e bata tudo até o açúcar dissolver. Acrescente depois o leite, a frinha e em seguida, ponha maisena até dar o ponto de enrolar. Se a massa ficar mole, mais maizena poderá ser adicionada. Enrole os modelos como quiser e asse em forno bem quente.</p>
Biscoitinho de Canela	Tuquinha	<p>500g de polvilho doce 400g de farinha de trigo 350g de açúcar refinado 1 colher de chá de fermento em pó 500g de manteiga 1 ovo 1 xícara de açúcar misturada a duas colheres de sopa de canela</p>	<p>Junte polvilho, farinha, açúcar, canela e fermento; acrescente ovo, manteiga e misturando a massa com as mãos, até ficar bastante homogêneo, amasse bastante. Enfarinhe uma superfície lisa e abra a massa com um rolo. Corte a massa com a forma que desejar, coloque os biscoitos em tabuleiro untado com manteiga, pincele cada um com gema batida de ovo e finalize colocando açúcar misturado com canela. Leve ao forno até ficar dourado. Deixe esfriar e retire da forma.</p>
Broa de Fubá de Canjica	Tuquinha	<p>5 a 6 ovos 1 copo de leite 1 copo de óleo não muito cheio ½ copo de açúcar Canela a gosto</p>	<p>Bata tudo no liquidificador, em seguida despeje numa vasilha e coloque fubá de canjica até o ponto de enrolar (mais ou menos 2 copos). Faça as bolinhas tamanho médio e asse em forno quente.</p>
Pão de Queijo Falso	Quitandeiros do Quilombo	<p>1 copo de óleo (copo de requeijão) 1 copo de leite 03 ovos Sal a gosto 02 copos de polvilho azedo 1 copo de fubá de canjica</p>	<p>Bata no liquidificador o leite, óleo, ovos e o polvilho; em seguida, despeje em uma vasilha e coloque sal e fubá de canjica, misturando até dar liga. Coloque um pouco de fubá de canjica num prato e vá polvilhando as mãos, enrolando e fazendo os pãezinhos, usando uma colher para colocar a medida certa.</p>
Rosca Recheada	Quitandeiros do Quilombo	<p>1 copo de açúcar 1 copo de óleo 1 copo de leite 1 colher de sopa de sal 2 colheres de sopa de fermento biológico 2 k de farinha sem fermento Doce de leite e frutas cristalizadas 3 ovos Coco ralado</p>	<p>Coloque o leite para mornar e o óleo também. Em uma bacia: açúcar, sal, fermento biológico, leite, ovos e óleo. Misture tudo, colocando farinha até a massa saltar da bacia e der ponto de enrolar. Depois bata a massa na mesa muitas e muitas vezes. Polvilhe a mesa com farinha, cortando os pedaços da massa e abrindo com um rolo, recheando com doce de leite e frutas cristalizadas e coco. Faça tranças e depois de prontas, pincele-as com ovos e coco ralado, deixando ao sol ou no calor para crescer e quando a massa aumentar bastante de tamanho coloque para assar em forno médio.</p> <p>Obs.: Atenção! Forno quente demais deixa a massa crua.</p>

Broa de Fubá	Quitandeiras do Quilombo	½ quilo de açúcar 03 ovos 1 litro de coalhada 1k de fubá Cravo, erva-doce Sal e pó Royal Margarina	Misture açúcar, ovos, margarina, sal, cravo, erva-doce. Bata tudo e em seguida acrescente a coalhada e o fubá. Por último, coloque fermento, misture e asse.
Bolo de Milho e Coco	Quitandeiras do Quilombo	2 xícaras (chá) de milho verde fresco 2 xícaras (chá) de açúcar 1 pitada de sal 1 xícara (chá) de leite 5 ovos 1 vidro pequeno (200 ml) de leite de coco 4 colheres (sopa) de farinha de trigo 4 colheres (sopa) de queijo ralado 4 colheres de sopa de margarina 1 colher de sopa de fermento em pó. Calda: 1 lata de leite condensado 1 vidro pequeno de 200 ml de leite de coco 100 g de coco ralado fresco	Bata todos os ingredientes no liquidificador até ficar homogêneo, reservando o fermento. Acrescente o fermento em pó, misturando bem. Unte e polvilhe com farinha uma forma redonda com abertura central. Despeje a massa e leve ao forno médio (180° C) pré-aquecido. Retire do forno, espere esfriar e só então retire da forma. Para fazer a calda de coco, basta misturar os ingredientes.
Bolo de Cenoura	Quitandeiras do Quilombo	1 colher (sopa) de fermento em pó 2 xícaras de farinha de trigo 2 xícaras de açúcar 1 xícara de óleo (faltando 1 dedo para encher) 1 pitada de sal 3 cenouras médias Canela em pó 3 ovos. Cobertura de chocolate: 1 lata de creme de leite 2 colheres de chocolate em pó bem cheias ½ lata de leite condensado	Depois de tudo ser batido no liquidificador é colocado em tabuleiro untado com manteiga e farinha. Assar em forno com temperatura média. Calda: Misturar tudo em fogo baixo até gerar um creme e pôr em cima do bolo.
Pão de Queijo Tradicional	Quitandeiras do Quilombo	1 k de polvilho azedo 1 xícara de óleo 1 colher de sopa rasa de sal 3 ovos 1 copo de leite ¼ de queijo curado	Coloque todos os ingredientes em uma bacia e metade do copo de leite frio e sove bastante até sumir o amarelo de ovo; em seguida, acrescente a outra metade de leite morno, sovando até a massa ficar no ponto de enrolar. Obs: Sovar é o mesmo que bater a massa
Biscoito Cubu	Quitandeiras do Quilombo	6 ovos 4 xícaras de açúcar cristal 300 g de banha de porco 300 g de manteiga 1 colher de sopa de canela em pó 1 colher de sopa de cravo-da-índia em pó 1 colher de sopa de sal 1/2 l de coalhada 1 kg de fubá 300 g de farinha de trigo com fermento 1 colher rasa de sopa de bicarbonato de sódio 1 l de leite	Em uma vasilha misture bem os ovos, açúcar, banha, manteiga, canela, cravo-da-índia e sal. Misture bastante para sair o cheiro do ovo e depois acrescente coalhada, fubá e bata novamente. Enquanto a mistura descansa um pouco, separe as folhas da bananeira e coloque na chapa quente para que elas murchem um pouco. Volte com a mistura e acrescente a farinha e o bicarbonato. Mexa bastante. Coloque o leite e volte a mexer até ficar no ponto. Pegue as folhas de bananeira e do lado mais claro delas coloque uma colher com a massa; feche as pontas e ponha pra assar por cerca de meia hora, até que o bolo fique dourado.
Broinha de Fubá Canjica da Beja	Quitandeiras do Quilombo	1 copo de óleo 1 copo de leite 4 ovos 2 copos de fubá de canjica Sal a gosto 2 colheres de sopa de açúcar	Coloque leite, óleo, ovos, sal e bata no liquidificador até ficar cremoso. Em outra vasilha, 2 copos de fubá de canjica e vá misturando com a massa batida até dar ponto de enrolar. Faça bolinhas achatadas e asse em forno 180 graus.
Biscoitão de "Sô João"	Quitandeiras do Quilombo	2 xícaras de farinha de milho 2 xícaras de leite	Junte os ingredientes, se possível em uma gamela de madeira! Primeiro misture a farinha de milho e o leite,

		4 xícaras de polvilho azedo 1 xícara de óleo 2 ovos 1 colher de sobremesa de sal	deixando descansar até que a farinha fique bem encharcada. Depois, junte polvilho, óleo, ovos e sal. Misture bem e amasse com as mãos até ficar mole. Misture tudo e prepare um saco de plástico com um furo na ponta. Esprema os biscoitos em um tabuleiro na forma e tamanho que desejar. Leve ao forno já pré-aquecido, por 25 minutos.
Biscoito Calcanhar de Nego	Quitandeiras do Quilombo	1 kg de polvilho doce peneirado 1 prato de queijo meia cura ralado 11 ovos pequenos 1 copo americano de farinha de milho (beiju) 1 copo americano de leite 350 ml – sendo metade manteiga derretida e metade óleo 1 colher de sobremesa de sal 1 colher de sobremesa de erva doce	Coloque o leite, a farinha de milho e espere-a inchar. Junte polvilho, queijo, sal e erva doce, misturando os ingredientes com as mãos. Acrescente manteiga, óleo, ovos e misture tudo. Enrole os biscoitos em forma de argola e leve para assar.
Biscoito Nata	de Quitandeiras do Quilombo	500 gramas de açúcar 250 gramas de margarina 03 ovos 150 gramas de nata 01 colher de sopa rasa de sal 250 ml de leite 1k e ½ de farinha de trigo com fermento	Em um recipiente: açúcar, ovos, margarina, sal e a nata. Bata até o açúcar dissolver e coloque o leite misturando a farinha aos poucos, mexendo até dar o ponto de enrolar. Untar o tabuleiro, modelar a massa da forma que preferir e assar os biscoitos de 15 a 20 minutos no forno elétrico. No fogão a lenha, de 5 a 10 minutos, se estiver bem quente o forno
Biscoito Coco	de Quitandeiras do Quilombo	500 gramas de açúcar 250 gramas de margarina 125 gramas de nata 1 pacote de coco 250 ml de leite 03 ovos 01 colher de sopa rasa de sal 1 k e ½ de farinha de trigo com fermento	Em um recipiente coloque açúcar, ovos, margarina, sal, nata e bata até o açúcar dissolver. Acrescente leite e coco. A farinha deve ser colocada aos poucos até dar ponto de enrolar. Untar o tabuleiro, modelar e assar em forno de 180 graus, de 15 a 20 minutos. Obs: No fogão a lenha deixe assar de 5 a 10 minutos, pois fica bem mais macio e saboroso.
Broade Farinha Milho	de Quitandeiras do Quilombo	3 ovos 3 copos de leite 3 copos de farinha de milho ½ copo de óleo 1 copo de queijo ralado 1 colher de pó Royal 2 copos de açúcar	Coloque o ovo, o leite, o óleo e o açúcar e bata no liquidificador, aos poucos vá colocando a farinha de milho, e, por último, o queijo e o pó Royal.

Fonte: LEÃO; NICOMENDES (2019).

As quitandas fazem parte do Etnodesenvolvimento e do território das mulheres de quilombos, para Carmo (2019) relacionar essa produção de alimentos ao saber científico define essa resistência e contribui com a manutenção da memória.

A produção dos alimentos tradicionais tem sido reconhecida como um ‘ato de permanecer’. Permanecer por mais tempo em um território, ou de permanecer, no sentido de perpetuar uma cultura e uma tradição. Pesquisar sobre os alimentos tradicionais pode ser considerado também um ato de resistência dentro do universo acadêmico – técnico – científico (CARMO, 2019, pág.188).

A culinária quilombola funciona como sustento, marcador identitário, construtora das tradições e serve de atrativo cultural do território através de festas, cerimônias e encontros.

a partir desses encontros e estabelecimento de um conjunto socioambiental, em especial a sobrevivência, essas pessoas foram se afinando também na construção de sua cultura, reunindo diferentes formas de expressão e escolhendo aquelas que faziam/fazem sentido para o grupo, construindo marcadores identitários a partir dos momentos de trabalho e momentos de lazer, em que as festas constituíram-se não apenas em forma de aproveitar seu tempo livre, mas uma maneira de agradecer por tudo que foi obtido e construído nesses cotidianos de trabalho e resistência (SUDRÉ; CALDEIRA; SIARES, 2020, p. 253).

Acompanho a criticidade de Rute Ramos da Silva⁴⁴ para descortinar a perversidade do jogo ilusório de horizontalidade do saber cultural na comida brasileira. Dialogando com as percepções de subalternidade dos saberes tradicionais evidenciadas por esta pesquisa.

vamos colocar a comida na encruzilhada para denunciar o código das relações sociais do Brasil. No racismo à branquitude brasileira as preparações são servidas no mesmo prato, se aproximam, desde que haja hierarquia bem definida do prato principal. (SILVA, 2021 Disponível em; <https://midianinja.org/news/a-comida-brasileira-e-o-mito-da-democracia-racial/> acesso em 31/10/2021 às 05h35min.

Não é incomum que saberes tradicionais, quando comprovada sua eficácia, ganhem outra identidade que não a de origem. Semelhante aos africanos que saíram de África com uma identidade e ao chegarem aqui além da desumanização, foram renomeados. Nesse sentido, sem querer problematizar a utilização de siglas, cumpre observar que as nomenclaturas PANCS e FITOTERAPIA chancelam a conformação contemporânea do processo de invisibilidade da identidade dos saberes tradicionais.

desenvolve-se uma reflexão sobre as condições de apropriação cultural da ciência moderna, sobre a apropriação econômica dos saberes tradicionais da etnobotânica, as estratégias autogestionárias, em contextos mais amplos de justiça ambiental (GOMES, 2009. p. 17).

A realidade revela que esse saber rende para o município visibilidade no Estado. Chama a atenção de turistas e historiadores. As festas da região contam com a sabedoria desta

⁴⁴Rute Ramos da Silva é Professora Assistente da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Campus Macaé. Doutora em Educação em Ciências e Saúde, Núcleo de Tecnologia Educacional para Saúde (UFRJ).

Griô para difundir o conhecimento ancestral e o modo de vida sustentável. Belo Vale está no circuito gastronômico da região em função desses saberes, especialmente.

4.3 Saberes e Práticas Tradicionais Quilombolas em Atendimento à Saúde

De acordo com o Painel Temático do SUS sobre a população negra, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN é um instrumento importante para a promoção de equidade em saúde no SUS. Manifesta aos preceitos constitucionais do direito universal e igualitário à saúde, e da promoção, a saber:

➤ do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, CF 1988)

Apresenta necessidade de superação de desafios quanto à sua implementação.

No caso da Comunidade, incide como dificultador da garantia de acesso a saúde, a distância sobeja do aparelho público. A ausência de regularização fundiária do território impossibilitou a própria Prefeitura do município em construir o Posto de Saúde dentro da Chacrinha. O Posto fica a 1.5km de distância, o atendimento acontece duas vezes por semana. O acesso geralmente realizado é a pé e, em dias ensolarados ou chuvosos, idosos e crianças costumam não aparecer para consulta.

Os mais velhos acreditam no poder das ervas para além da cura física. Alguns médicos manifestam esforços indiciários em alinhar esses conhecimentos ao atendimento no território. Reconhecem sim a ausência de conteúdo que possa subsidiá-los na formação. Observamos aqui a confirmação da sociologia das ausências de Santos (2014).

[...] olha existe muito porque depois que é feito o diagnóstico, cê propõe um tratamento farmacêutico né? E a pessoa, a própria pessoa fala se é bom tomar chá tal e tal, infelizmente na minha formação acadêmica isso é um *gap* importante, eu não tive contato, igual à maioria dos médicos no Brasil. Eu não tenho, mas particularmente eu acredito muito nesse saber medicinal antigo, mas eu não tenho competência pra julgar, então assim, dependendo do que a pessoa fala, por exemplo, curar umbigo, a gente não permite porque é comprovado que faz mal sabe? Dependendo do que ela fala um chá pra cólica de rim, alguma coisa aí a gente até incentiva (Dr. Teobaldo, Médico Generalista).

A Comunidade Ribeirinha, localizada às margens do Rio Paraopeba no município de Belo Vale – MG, Chacrinha dos Pretos, ainda preserva a prática de pesca artesanal, apesar da contaminação do Rio. Constatamos o acometimento endêmico da população com parasita da Xistose (esquistossomose), principalmente entre os homens. Não há registro de esforços metodológicos que conjuguem a prática tradicional com os parâmetros de Saúde. Normatizar

a política pública de saúde a fim de promover uma práxis de conscientização sobre os perigos de se consumir o pescado do Rio Paraopeba seria o caminho de erradicação da doença.

...saúde mental não tive tanto... tanta essa demanda. Existe instalada assim uma ansiedade, mas não... algumas pacientes são bem depressivas certo? São os mais recorrentes, mas em grau assim de esquizofrenia, da psicose eu não tive contato assim não, então é mais tranquilo. Mesmo porque esse tipo de paciente vai pro especialista né? De controle com o Psiquiatra de vez, é isso. Ah! mais uma coisa que eu lembrei agora, esquistossomose é endêmica lá (Dr. Teobaldo médico Generalista).

O Estado (Prefeitura) ao trabalhar com a remediação de uma parasitose, cujo tratamento passa pela política de infraestrutura, saneamento básico e Meio Ambiente, reflete o desinteresse de enfrentamento desse quadro deletério. A Comunidade resiste no território através da gestão espacial e capacidade de atualização da sua leitura de mundo, enfrentando atores e a reconfiguração das estruturas da desigualdade que insistem negligenciar seus saberes.

Observamos ser importante explicitar a existência do racismo institucional, que submete a população negra à condição de inferioridade por mecanismos não percebidos ou declarados. Assegurando a reprodução de discriminação da comunidade negra nos serviços de saúde.

A manutenção de equipamento público, sem uma articulação efetiva de ações que impactem positivamente os resultados em saúde, compromete a eficiência na execução da política e saúde da comunidade. O protagonismo das referências de indicação medicamentosa das plantas existentes no território não tem a identidade quilombola. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária recomenda atualmente o uso de 28 plantas medicinais⁴⁵ para fins de consumo em atendimento a saúde. Embora a literatura científica da Agência, no que tange a origem dos saberes e práticas, utilize a tradição popular como referência, nenhuma planta, seu uso ou eficácia tem reconhecidos, o saber com o protagonismo da identidade de territórios de matriz africana, a saber: quilombos. Lugares onde tais práticas são de conhecimento ancestral, antes mesmo da conformação da institucionalidade pública, a saber: ANVISA e SUS.

⁴⁵ A Fitoterapia no SUS e o Programa de Pesquisas de Plantas Medicinais da Central de Medicamentos. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/fitoterapia_no_sus.pdf> Acesso em 23 nov. 2021, às 21h41min.

Quadro 5: Lista das plantas medicinais utilizadas pelo grupo focal composto por moradores da comunidade quilombola Chacrinha dos Pretos para tratar as enfermidades locais e utilização alimentar. Convenção: espécie não encontrada nas literaturas científicas

<i>Nome popular</i>	<i>Espécie/Família</i>	<i>Arte usada</i>	<i>Forma de uso</i>	<i>Indicação Terapêutica</i>
Alecrim do Campo	<i>Bacharéis dracunculifolia</i> Cham. (Lamiaceae)	olha	Chá/Aromatizador/ Banho	Calmante/ Inflamação do ouvido
Algodão	<i>Gossypiumhirsutum</i> L. (Malvaceae)	olha	Tópico	Inflamação de ouvido
Araçá	<i>Psidiummccooner</i> (Myrtaceae)	ruto	Sumo	Anti-inflamatório para garganta, boca e intestino/ prevenção Osteoporose/Antioxidante/ Antimicrobiano
Arruda	<i>Rutagraveolens</i> L.(Rutaceae)	olha	Tópico	Inflamação dos olhos
Assa-peixe	<i>VernoniaPolysphaera</i> Less. (Asteraceae)	olha	Chá	Pneumonia
Broto de Bambu	<i>Bambusa vulgaris</i>	alo	Alimento	
Carapiá	<i>Dorstenia</i> <i>CayaiaVellozo</i> (Moraceae)	aiz	Chá/ Alimento	Antifúngico/Antiinflamatório/analgésico/De sintoxicante
Coité	<i>Crescentia</i> <i>Cujeste/Bignoniaceae</i>	oupa	Cocção/Extrato	Inflamação no intestino e redução de líquido do corpo
Erva Cidreira	<i>Melissa officinalis</i> L. (Verbaceae)	olha	Chá	Calmante
Funcho	<i>Foeniculumvulgare</i> Mill.(Apiaceae)	olha	Chá	Cólica/Prisão de Ventre
Gravatá	<i>Bromeliaantiantha</i>	ruto	Geleia/Doce/Sorvete/Xarop e	Antiinflamatória/ Expectorante/Diurética/Enérgica/ Tônica
Inhame Rosa	<i>Dioscoreatrifida</i> (Dioscoreaceae)	ubérculo	Suco/Cozido	Depurativo/Desintoxicante/ Energético
Levante	<i>Menthaviridis</i> (lamiaceas)	olha	Chá/ Alimento	Antisséptico/Aromatizador/ Calmante/ Digestivo
Maria Arnica	<i>Erechtites valeriani folius</i> (Asteraceae).	olha	Refogado/Salada	Não identificado
Mastruz/Erva de Santa Maria	<i>Dysphaniaambrosioides</i> (Amaranthaceae)	olha	Chá/ Folha	Antiinflamatório/Antiviral/Vermífugo
Mentrasto	<i>Ageratum conyzoides</i> L.		Chá	Antireumática/Antiinflamatória/Cicatrizante

	(Lamiaceae)	olha Seca		
Mostarda	Sinapis (Brassicaceae)	olha	Alimento	Fibras de alto valor nutritivo e dietético
Ora-pro-Nobis	<i>P. aculeata</i> (Cactaceae)	olha	Refogada/Seca/Moída	Curar anemia
Orelha de Cachorro	*	olha	Infusão	Desinchar articulações/Frieiras/ Inflamações
Palma/Fogueira do Inferno)	<i>Opuntia ficus-indica</i>	alma	Alimento/Cosmético/Emplasto/Chá	Antioxidante/Anticancerígeno/Vitamínico
Palmito Selvagem	Bactris gasipaes (Arecaceae)	aiz	Alimento	Não Identificado
Saborosa	<i>Selenicereus setaceus</i> (Cactaceae)	alma/ Fruto	Alimento	Isotônico/Vitamina C
Salsa	<i>Petroselinum crispum</i> (Apiaceae)	aiz/ olha	Chá/Condimento	Antioxidante/Antiinflamatório
Serralha	Sonchus oleraceus (Asteraceae)	olha	Alimento	Antioxidante/Anti- Inflamatório/Detox/Polivitamínico
Taioba	<i>Xanthosoma masagitti folium</i> (Araceae)	olha	Alimento	Polivitamínico
Umbigo de Banana	<i>Bracteas</i>	ruto	Cocção/Refogados	Funcionamento do intestino/Redução do colesterol/regulador de glicose/preventivo de diverticulite e desenvolvimento de câncer de cólon

Fonte: UFBA, 2011.

Dentre os desafios se apresentam as dificuldades de acesso aos espaços de participação e de controle social pelas comunidades tradicionais quilombolas. A consideração das especificidades destas populações é fundamental para o aprimoramento e democratização do SUS. A promoção e o reconhecimento dos saberes e práticas populares de saúde – como destes povos – é diretriz assumida pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

Ao que concerne às mulheres negras, a política considera a diversidade presente na sociedade brasileira e suas diferentes condições de saúde, além de reconhecer a importância do recorte racial para análise de indicadores e conseqüentemente avaliação da situação de saúde de grupos populacionais.

É imperativo garantir a elaboração de políticas públicas voltadas à correção das desigualdades raciais e promoção da igualdade de oportunidades como preconiza a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, publicada em 13 de maio de 2009.

4.4 Se me der licença eu entro, se não der vou embora...

Figura 9: Sítio Arqueológico Ruínas da Chacrinha dos Pretos



Fonte: arquivo Ana Lúcia da Silva, 2021.

A rede ferroviária partiu o território, dividiu a Casa Grande que era sede da Fazenda e, dessa invasão de terras dentro do território, sobraram como Patrimônio Histórico as Ruínas da Chacrinha, tombadas pelo Decreto municipal 1249/2011 e que, de acordo com relato de um morador, eram parte da senzala que ficava embaixo da Casa Grande, o Cruzeiro também um local sagrado da comunidade

As Ruínas são além de um espaço sagrado, ancestral e de preservação da memória, funcionam como arena de apresentação teatral da comunidade. A divulgação desse patrimônio desde a compreensão enquanto povo com sua própria história fomentou o turismo cultural para o cotidiano da comunidade. As mulheres apresentam um teatro que resgata a origem do lugar, passando pelo processo de escravidão dos seus antepassados. Cantigas de rodas fazem parte da apresentação, bem como a religiosidade restante desse processo.

O Poder Público municipal investe em capina do local e não insere lugar no circuito cultural de visitação pública. Os guias que retratam a história são os donos da história. Eles procuram manter a cultura viva por meio dessas atividades e da vontade de se fazerem representar. Uma atividade coordenada pelas mulheres do quilombo sem apoio financeiro da Prefeitura.

4.5 Símbolos Sagrados

Os símbolos sagrados, patrimônio cultural material e imaterial, identificados no quilombo da Chacrinha dos Pretos são:

- De objeto: o Cruzeiro.
- De celebrações: a festa da padroeira Nossa Senhora do Bom Parto.
- De lugar: as Ruínas, Sítio Arqueológico, tombadas pelo Patrimônio Histórico, consideradas como espaço sagrado.

Alvo de expropriação e violência, as Ruínas se tornaram hoje o símbolo de pertencimento e resistência desse povo.

as Ruínas a gente fala, as Ruínas Sagrada por quê? É um respeito muito grande né? foram muitas vidas, muitas pessoas da nossa família que passou por lá, que sofreu que estão enterrado ali, é que o sangue deles escorreu ali, então a gente considera sagrado, um lugar de respeito, muito respeito. Eu particularmente, eu, considero um lugar de muito respeito nas Ruínas (DONA GERALDA, moradora quilombola nº 02).

O teatro nas Ruínas, antes da pandemia quando estava permitido o direito de circular, era protagonizado por ela (Tuquinha) e pelas mais velhas. As apresentações eram realizadas a partir da memória de Dona Domingas, a *vó Domingas*, hoje falecida. Essa senhora ajudou a construir a ideia. Roteirista também, do alto de sua sabedoria, dirigiu várias das apresentações. Conforme a tradição oral dos povos tradicionais, pedia para neta se sentar ao seu lado e ir anotando para não se perder a história. Os turistas apreciavam o passeio e a aula de história.

...a... que sabe tudo que a minha mãe sabia a... sabe, porque ela escrevia a minha mãe mandava chamar na hora que ela ia, os pessoal chegava ela falava com todo mundo assim” chama..., fala pra ela vim cá” aí a... sentava do lado dela trazia o caderno e a caneta e ia anotando, a histórias quem, sabe mais coisa é ela, ela aprendeu mais foi a..., muitos vão contando história ai mais não é... ai via aumentando um pouquinho da história né? Vai aumentando um pouquinho da história, mas a verdadeira é a que a... sabe que ela ouviu da mãe (DONA RAIMUNDA, moradora quilombola nº 01).

O Sítio Arqueológico das Ruínas⁴⁶, passou a ser preservado na garantia da memória e da cultura local. Logo em seguida, essa memória passou a ser reconhecida como valor histórico e as Ruínas, que antes eram apenas um local de dilapidação do patrimônio material e imaterial, passaram a ser um local de visitação turística, objeto de estudo, teses e dissertações assim como esta. Estão registradas em matérias jornalísticas de ampla repercussão nacional. Em 15 de novembro de 2019, o jornalista e Escritor Laurentino Gomes, uma de minhas referências bibliográficas desse trabalho, em suas redes sociais, destacou o canto de licença entoado por Tuquinha como evidencia do *não lugar* do negro.

⁴⁶Trata-se de ruínas que formam o sítio arqueológico Quilombo da Chacrinha, ruínas estas tombadas como Patrimônio histórico pelo Decreto Municipal de Nº 1249/2011

*senhorio me dá licença pra eu entrar aqui agora,
se me der licença eu entro,
se não der eu me vou embora,
Senhorio me dá licença pra eu cantar aqui agora,
Se me der licença eu canto,
Se não der eu me vou embora.*

Os relatos dos moradores contam a existência de práticas religiosas de Matriz Africana, Católica e Evangélica (Igreja inaugurada dia 06/12/2021, durante os dias que permaneci no quilombo), já havia pessoas adeptas a religião dentro do território que atuaram como facilitadoras dessa realização. Apesar do número pequeno de moradores, a comunidade abriga uma diversidade religiosa importante. Os conflitos são evidentes entre o entendimento acerca da Religião de Matriz Africana com Católicos e Evangélicos e dos Evangélicos com as cerimônias realizadas nas Ruínas. “a maioria aqui quase que é evangélica né? Já tem muita pessoa evangélica” (DONA RAIMUNDA, moradora nº1).

A demonização das práticas culturais e religiosas nas Ruínas, de acordo com alguns moradores, tem se tornando consideravelmente frequentes. Nesse sentido, não foi diferente a transgressão desses espaços sagrados na comunidade, comparado com outros casos no Brasil. A intolerância em não aceitar que para essas comunidades os terreiros são o SUS, servem de acolhida, espaço de busca de cura espiritual de alimento e mediação de conflito.

Cumpramos observar, apoiada na história, que uma religião como a evangélica, oriunda do cristianismo que ao longo de sua história foi alvo de perseguição na tentativa de sua organização no Brasil. Hoje, lance mão de todas as prerrogativas para perseguir outras manifestações religiosas.

As religiões são da ordem da cultura, portanto, conhecimento adquirido, aprendido e transmitido, logo, condicionadas pelas relações existentes entre o homem e seu grupo social (SILVA, 2013. p.42), de acordo com os interesses políticos, biológicos e econômicos.

Nesse sentido, histórias são apagadas, anuladas, canceladas porque o que é entendido como legítimo tem origem no hemisfério norte. Fenômeno socioestrutural que participa da transição império-republica.

não olvidemos que a África que temos hoje não é resultado da história dos povos africanos somente, mas a história da subordinação, exploração diáspora dos povos africanos somente, mas a história da subordinação imposta pelos europeus por meio de seus conquistadores religiosos e negociantes (GONÇALVES, 2007, p. 10).

Nas culturas africanas a tradição oral é a escola e tudo pertence à História. O professor José Jorge de Carvalho em sua obra Encontro de Saberes a define como “o resultado de uma aliança entre contracolonizadores e descolonizadores” (2018, p.94) nos provoca a reflexão da existência de um mandato institucional de reproduzir a violência epistêmica fundadora. As

quatro dimensões do projeto implementado em 2010 na Universidade de Brasília são: básicas, inclusão-étnico-racial, política, pedagógica e epistêmica, propondo a diversidade epistêmica específica de cada campo de conhecimento. Promovendo um crescimento em diálogo, objetivando novas pedagogias interculturais para cada uma delas. Nesse sentido, observa o antropólogo nesse projeto acadêmico:

para a literatura, o desafio consiste em combinar a oralidade e a escrita. Trata-se, aliás, do primeiro protocolo a ser estabelecido pelo Encontro dos Saberes no campo pedagógico: romper com a predominância do escrito frente ao oral, considerando que em alguns casos as duas tradições se sobrepõem, em outros elas são autônomas uma em relação à outra, em outros elas se traduzem. Não há mais razão para que a oralidade permaneça fora da universidade. (In: CARVALHO, 2018, p. 95)

A tradição oral formou mestres e mestras de notório saber, à margem da escola e essa equivalência proposta pelo autor pode ser construída por mestres de áreas do saber acadêmico.

Acompanhando essa reflexão o escritor malinês Tierno Bokar Salif Tall (1875-1940) relata que, nas tradições africanas, a palavra falada, além de um valor moral fundamental se apossa de um caráter sagrado vinculado à sua origem divina e às forças ocultas nela depositadas na geração as tradições de seus povos, explica:

A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente. (In: SALIF, História Geral da África 1. 2010, p. 167).

Griots; Termo do vocabulário franco-africano criado na época colonial para designar o narrador, cantor, cronista e genealogista que, pela tradição oral, transmite a história de personagens e famílias importantes para as quais, em geral, está a serviço.

O racismo elabora falas preconceituosas como a de líderes religiosos e políticos. Encorajam as pessoas a desrespeitarem o sagrado do outro. Nesse sentido, além de subalternizar o saber da cultura de um povo, a demonização proferida por autoridades, como deputados e o Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, organiza contornos de um projeto de poder fundamentalista estruturado nas ideias de racialidades desembarcadas com a vinda dos primeiros religiosos evangélicos para o Brasil. Contornos de aspectos ideológicos que interferem na modelagem institucional de maneira cíclica, a saber:

mudem-se as expressões "mistérios da Fé" por "direitos de cidadania", "Igreja" por "corpo eleitoral" e "Santas Doutrinas do Evangelho" por "soberania popular", e teremos o discurso ideológico que ainda hoje subjaz ao pensamento da burocracia civil e militar que dirige o país (ALENCASTRO, 1987, p. 71).

Lucas (2021) nos explica que na chegada dos batistas no Brasil data de 1866, a paixão missionária incluía a maneira de reconstruir o que perderam na guerra de Secessão nos Estados Unidos. A missão não era exatamente pregar o evangelho de Jesus. Pastores batistas que inauguraram o evangelismo no Brasil pregavam a liberdade, sem abrir mão da propriedade de escravos. A ideia de intolerância impressa nas relações sociais atualmente deve sim às fontes dos movimentos históricos. Ao se constatar que os terreiros estão sendo aviltados, aquele seguimento que poderia se posicionar pelo histórico de perseguição a que foi submetido no Brasil, resolve silenciar. O silêncio de movimentos históricos, como o religioso cristão evangélico, localizado na engenharia do atraso brasileiro, é um ato político. Trata-se de uma forma de perceber a partir das perspectivas de racialidades, a exclusividade de experiências.

[...] no racismo estão presentes, de modo simultâneo, três características: a primeira é a *construção de/da diferença*. A pessoa é vista como “diferente” devido a sua origem racial e/ou pertença religiosa (KILOMBA, 2019, p. 75).

Considerando que conhecimento é poder, a história também indica que a intolerância religiosa deu origem ao colonialismo. Aqueles que em um determinado tempo da história tiveram que confrontar a ascensão do islamismo (BARRETO, 2019, p. 28) viram a hegemonia católica sendo ameaçada. A razoável tolerância às práticas religiosas adotadas por sujeitos herdeiros de saberes tradicionais deu lugar a ‘Inquisição’. Então seria possível compreender que a razoável tolerância aos saberes tradicionais quilombolas pode se deslocar para lugares semelhantes na medida em que esses saberes ofereçam risco ao poder hegemônico do pensamento político, acadêmico eurocentrado. O reconhecimento dos saberes tradicionais de quilombo precisa ser efetivo.

Para Lucas (2021) como para Barreto (2019), um pastor e um babalorixá negros, um dos aspectos da colonialidade do poder, emergem desqualificando saberes agindo como formas de dominação para subalternidade.

a experiência religiosa de negros e índios perdeu a legitimidade no ambiente dos batistas e foi relegada ao caráter de magia, demonismo e muitas vezes de histeria. Uma teologia que sofria um tipo de esquizofrenia, uma vez que sustentava a literalidade das narrativas bíblicas e a interrupção das experiências (LUCAS, 2021, p. 193).

Ainda em Lucas (2021 p.131), acompanho a reflexão que instigava os religiosos recém chegados ao Brasil, provocada pelo historiador: “Como fazer para disciplinar, movimentos ameaçadores desses pretos livres a partir de novos aparelhos reguladores, uma vez que não podiam mais ser contidos por nenhum viés, fosse esse de caráter político,

legislativo ou normativo religiosos pela lógica escravista?” O direito à liberdade, relações equânimes e a invocação de humanidade são questões que provocaram o levantar das punições públicas na República.

As informações que estudantes têm do mundo a sua volta necessitam ser reconhecidas por quem ensina. A formação do indivíduo perpassa por lugares de gestão das ideias. É necessário disseminar a literatura disponível. Intolerância religiosa existe desde o momento que existe religião, não existe previamente, portanto o conceito de intolerância, a prática de intolerância religiosa se estabelece no contraste com o outro da experiência religiosa do outro.

Bourdier (2002, p. 25) apresenta contribuições de Émile Durkheim e Max Weber em sua obra *A Economia das Trocas Simbólicas*, ao descrever o capítulo intitulado “gênese e estrutura do campo religioso”. Distinguindo um conjunto de práticas e representações a religião que se envolvem de caráter sagrado, Bourdieu retrata a religião como linguagem, isto é, sistema simbólico de comunicação e de pensamento. Desse modo, a religião se torna uma força estruturante da sociedade, posto que opera a sua ordenação ao anuir a produção de sentido e construir experiências.

enquanto sistema simbólico, a realização é estruturada na medida em que seus elementos internos relacionam-se entre si formando uma totalidade coerente, capaz de construir uma experiência. As categorias de sagrado e profano, material e espiritual, eterno e temporal, o que é do céu e o que é da terra, funcionam como alicerces sobre os quais se constrói a experiência vivida. (BOURDIEU, 2002, p. 25).

A espiritualidade e religiosidade produzem pelo capital simbólico, novas realidades e perspectivas de vida. As histórias de resistência são invisibilizadas pela intolerância, sobretudo sobre as crenças de matriz africana. Demonstrando que o racismo e a intolerância caminham juntos.

a partir do momento em que o negro começa a fazer o exercício da sua religiosidade, aquilo é demonizado, e essa demonização cresce ao longo da História, simplesmente por ser uma religião preta. Simplesmente por representar a ancestralidade do povo preto". (O relato de Iyá Imim Efun Lade, mulher, negra e sacerdotisa do Candomblé.). (MOREIRA; BERNARDES, 2018, n.p.).

Segundo Chevitaress (2021), o fundamentalismo religioso cristão é um conceito formado na modernidade demandando a necessidade de prova. Nesse sentido, o fundamentalismo religioso cristão está atuando em bases acadêmicas, em bases científicas tentando responder a um rompimento crucial no ocidente.

[...] o fundamentalismo religioso cristão já é uma experiência, já é um conceito forjado na modernidade como resposta a por exemplo: a teoria do conhecimento que vai demandar a partir do século XVII a noção e a necessidade de prova. Então o fundamentalismo religioso cristão, ele está atuando já em bases racionais, em bases acadêmicas, em bases científicas. Tentando dar conta e tentando responder a um rompimento que é crucial no que nós chamamos de ocidente. Isto é, as experiências religiosas fossem elas politeístas ou monoteístas, estavam sendo forjadas num modelo ou num paradigma antropocêntrico ou geocêntrico. Lógico! Se o homem é o centro do mundo, se o homem é o centro do universo, se a terra ocupa esse papel de centralidade, todas as divindades sejam elas de âmbito politeísta sejam elas no âmbito monoteísta, todas elas precisam existir aqui. Elas não vão existir em plutão, elas não vão existir em Venus, elas não vão existir em marte. Então imaginem que em termos de experiências de dois universos físicos e metafísicos, tudo se dava aqui, mas com a quebra desse paradigma antropocêntrico e o estabelecimento de um heliocêntrico, houve essa implosão metafísica. O mundo metafísico existe? O mundo dos deuses existe? Se esse mundo existe, por favor, prove! Se céu, paraíso e inferno existem, por favor, provem! Esse é o paradigma instaurado ou trazido pelo heliocentrismo, esse é o paradigma trazido pela laicização pela ciência (⁴⁷CHEVITARESE, 2021 – transcrição de trecho- aula 2021 ANPUH-RIO).

O Fundamentalismo emerge no lugar onde as teologias estão sendo nocauteadas e, em um segundo momento, começam a produzir respostas. A academia precisa se apropriar de instrumentais metodológicos que impliquem em processos revolucionários. É necessário pensar os conceitos que estão sendo produzidos por pesquisadores contemporâneos, conceitos que tornarão palatáveis os conteúdos de formação do conhecimento.

Confirmamos, por esse histórico, a partir da ponderação do historiador quando explica que após o que se instaura a partir da modernidade, a partir do nosso tempo presente, precisa de prova. O que o fundamentalismo religioso cristão pretende fazer? No século XIX, criar uma disciplina chamada Arqueologia bíblica. Com qual finalidade? Provar que as histórias bíblicas têm fundamento, têm base científica. Portanto, elas estão ancoradas no princípio da verdade. Não da verdade revelada por Deus, mas na verdade revelada pela ciência. Isso é uma falácia! Prova-se a existência da Arca de Noé? Os fundamentalistas através da Arqueologia Bíblica provam que o Mar Vermelho se abriu e Moisés passou? Trata-se da tentativa de se inserir no jogo acadêmico que requer mencionar data e hora e local onde foi realizada a prova experimental, descrevendo o plano experimental, incluindo os tratamentos aplicados, número de repetições, listando procedimentos e métodos cronologicamente a partir de disciplinas. Entretanto, o jogo acadêmico a que se propuseram, carece de base científica. Nada passou incólume ao crivo de se provar aquilo que se fala.

Enquanto estamos dentro do jogo acadêmico, fazendo pesquisas baseadas em provas como a eficiência dos saberes tradicionais quilombolas, relacionadas à modelagem de

⁴⁷André Chevitarese é Professor Titular do Instituto de História da UFRJ. Leciona e orienta no Programa de Pós-Graduação em História Comparada do IH-UFRJ e no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do MN-UFRJ.

Políticas Públicas, as religiões do ponto de vista de provarem suas teses estão procurando modificar o jogo acadêmico. Ao buscar comprovações em bases científicas constatamos a ausência de provas. Trata-se de uma tentativa de inserir elementos sem bases científicas na elaboração do conhecimento, inserindo aspectos de dominação.

O fundamentalismo se expressa não apenas no viés religioso. Expressa uma articulação profunda consolidando a opressão patriarcal. Seus representantes defendem a submissão, criminalização e sacrifício das mulheres em nome de Deus. Objetivando o controle da força de trabalho e domínio sobre nossos corpos. Representa um projeto de morte para a vida de mulheres e meninas, crianças e das comunidades tradicionais, atuando com violência, baseado em pressupostos bíblicos universais.

o fundamentalismo representa um poder fortemente organizado, com doutrinas estratégicas, a exemplo da teologia da prosperidade, que prega um individualismo capitalista, profundamente patriarcal e racista, com a ideia de que toda a riqueza é reservada aos fiéis por Deus. Estão impregnados também nas instituições públicas, que garantem a estabilidade deste poder. Ao longo das últimas décadas de ascensão fundamentalista na região latinoamericana, vimos como o discurso de ódio e o abuso de poder político via religião se associaram a setores armados da sociedade, como as milícias e o tráfico de drogas, para atuar nas comunidades mais periféricas e nos territórios tradicionais. (SOS CORPO, 2020, n.p.).

Observamos pelo exposto que o elemento racial perpassou por todas as esferas: ciência, artes e instituições, tornando-se uma autêntica categoria de análise para se considerar relações inseridas no cotidiano brasileiro. Recepcionadas pelo processo de construção de nação, manifestam-se no permanente apagamento do negro da história brasileira.

4.6 Desafios e Perspectivas de Igualdade Racial

A intelectual Matilde Ribeiro, primeira mulher negra Ministra-chefe de Estado no Brasil, autoridade designada para comandar a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial no governo Lula (2014, p.14) reflete o processo institucional de políticas afirmativas no Brasil, contribuindo com “aproximações de análises sobre a institucionalização das políticas de igualdade racial – reconhecimento e redistribuição”

Na sequência do texto:

[...] as reflexões teóricas e políticas expressam que as demandas por políticas públicas inclusivas, do ponto de vista racial, vêm de longa data. Bastide e Fernandes (2008, p. 155), já em 1955, apontaram que: O crime de que mais amargamente se queixam os pretos é o que se poderia chamar de “pecado de omissão”, a falta de uma política governamental a favor da ascensão do homem de cor na sociedade, por auxílio econômico e medidas educativas apropriadas, quando há leis a favor dos imigrantes.

Tanto do ponto de vista dos posicionamentos das elites como do papel do Estado, não há um tratamento direto das necessidades da população negra, expressas pelo Movimento Negro e pela organização de mulheres negras. Nesse caso, a deficiência do papel do Estado foi denominada como “pecado de omissão” nos anos 1950, como forte referência dos estudos de Bastide e Fernandes.

Complementando esse raciocínio, Marcio Pochmann, em sua entrevista, alega que, “se a abolição tivesse ocorrido em 1850, teria tido um efeito econômico, social e político muito superior ao que teve”. Ainda, Hélio Santos (1996, p. 215) chama a atenção para o fato de que “se a abolição da escravidão tivesse vindo acompanhada de reforma agrária, a realidade do Brasil seria outra”. 290 | Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil (1986 a 2010).

Esses posicionamentos possibilitam verificar que, se tivesse ocorrido uma atitude a favor dos ex-escravos no pós-abolição, teriam sido antecipados processos de inclusão da população negra por meio das políticas governamentais e nos diferenciados campos da administração pública e da sociedade.

O que aqui se destaca pressupõe a necessidade de conformação de uma gestão democrática considerando os aspectos mobilizatórios do Movimento Negro e da organização de mulheres negras na sociedade brasileira. Cumpre ressaltar que esses aspectos fazem parte dos esforços no tratamento da questão racial como tema de estudo envolvendo pesquisadores, instituições vinculadas ao Movimento Negro.

4.7 A Importância do Movimento Negro para a Gestão Pública

“[...] as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam a superação desse perverso fenômeno na sociedade”.

Nilma Lino Gomes.

Na obra *o Movimento Negro Educador* (2017, p. 43) a Professora Emérita da UFMG, a intelectual negra, Dr.^a Nilma Lino Gomes, assim define o Movimento Negro e ainda assinala.

Uma coisa é certa: se não fosse à luta do Movimento Negro, nas suas mais diversas formas de expressão e de organização –com todas as tensões, os desafios e os limites –muito do que o Brasil sabe atualmente sobre a questão racial e africana, não teria acontecido. E muito do que hoje se produz sobre a temática racial e africana, em uma perspectiva crítica e emancipatória, não teria sido construído. E nem as políticas de promoção de igualdade racial teriam sido construídas e implementadas. (2017, p. 18)

Conforme exposto, o processo histórico de resistência para o acesso a direitos da população negra brasileira é evidenciado pela escritora. Nesse sentido para Gomes (2017), por

meio das instituições, a lógica colonialista é reproduzida pela organização do Estado, logo, a lógica da manutenção das desigualdades já referenciada por este estudo, tem o Estado como contribuinte na dinâmica social.

Acompanhando a autora, compreende-se, portanto, que o Movimento Negro demarca campo de atuação política distinto onde estabelece reflexões sobre a atualização da narrativa eurocêntrica e a maneira que essa narrativa se impõe em desfavor ao enfrentamento do racismo institucional. Analisa ainda, que o seguimento “constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana (...)”. (Gomes, 2017, p. 21).

Nesse sentido, Gomes destaca a importância dos movimentos sociais remodelagem da Gestão Pública no que tange a legislação e a execução de políticas públicas, contra a colonialidade do poder, a violência e o racismo como parte fundamental da estrutura colonial. Destaca, portanto, a relevância dos movimentos sociais para construção de formas de resistência ao poder constituído. De acordo com Gomes, “o movimento social, ao agir social e politicamente, reconstrói identidades, traz indagações, ressignifica e politiza conceitos sobre si mesmo e sobre a realidade social” (Gomes, 2017, p. 28).

Notabilizado como esforço na configuração de uma consciência social de interesses comuns. O ambiente de tensões que desenvolveram processos organizativos de formulação, negociação que permeiam o comportamento da sociedade brasileira, demonstra como são tratadas as influências do Combate ao Racismo na institucionalização de políticas de igualdade racial, não por acaso, protagonizada por uma mulher negra.

No arcabouço das ações oriundas do Combate ao Racismo, destacamos a configuração de Políticas de ações afirmativas como medidas de políticas de igualdade racial. Combatendo o racismo comprovadamente se promove a igualdade racial. Portanto, os desafios em evidenciar a importância da inserção dos saberes quilombolas como instrumentos metodológicos para remodelagem de políticas públicas no Brasil apontam caminhos de justiça social, e de se garantir para além da igualdade de oportunidades, a igualdade de direitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A noção de pertencimento perpassa toda a pesquisa que deu origem aos dados analisados nesta investigação, que teve como objeto central um conjunto de práticas e de saberes considerados tradicionais na comunidade quilombola aqui destacados pela relação com os cuidados à saúde das pessoas na comunidade. A análise evidencia a etnicidade como a noção que substancia a identidade negra como uma categoria política no território quilombola.

O patrimônio cultural quilombola inventariado, associado ao arcabouço da literatura gerencial brasileira de leis e documentos formais que oferecem subsídios da construção de uma sociedade mais inclusiva perpassaram pelo viés discursivo do presente trabalho de investigação.

O Brasil nasce sob o signo da violência e preconceito, aliado ao esforço de apagamento e cancelamento de histórias. É necessário identificar a origem das vozes de intolerância, discursos de ódio e de exclusividade de experiências do saber na política na igreja e na ciência. Em um país de iletrados no início do século XVIII possibilitou-se recepcionar e, sem maiores dificuldades, diluir a mensagem de dominação nesses espaços de formação do conhecimento.

Busco nesse trabalho da parte do título “saberes quilombolas e gestão pública” compreender a síntese de práticas de racialidades no contexto contemporâneo, partindo dos objetivos de construir uma análise que possibilite a elaboração de uma proposta de remodelagem da gestão pública. Considerando a importância dos saberes quilombolas, busquei evidenciar o modo de organização do quilombo e recepção dos saberes tradicionais quilombolas na Política Pública de Saúde.

O Estado Brasileiro é marcado por interrupções do projeto de construção nacional e essa marca reflete negativamente no desenvolvimento de comunidades tradicionais de quilombo. Os avanços na literatura de normalização oficial dos direitos dos Remanescentes de quilombo enfrentam a burocracia institucional que funciona como entrave para a garantia de direitos constitucionais.

A análise apresentou os avanços que a mobilização do movimento negro possibilitou para o direito desses povos. Por outro lado, apresentou as ideias de racialidades que atuam desde o Brasil Império, atualizando sistematicamente o cancelamento de histórias.

A Comunidade Quilombola Chacrinha dos Pretos acompanhou a evolução dos direitos e se organizou em torno das regras estabelecidas pelo Estado Brasileiro. Constituindo Associação de Quilombola de Moradores da Chacrinha dos Pretos buscaram sua certificação

junto a Fundação Cultural Palmares. Entretanto, a regularização fundiária, direito constitucional, recentemente foi demandada pela determinação do Ministério Público Federal -MPF sem o qual a titulação coletiva definitiva não se apresenta como possibilidade real.

Na relação dos saberes tradicionais com as políticas públicas de Saúde evidenciamos a subalternidade e a invisibilidade do saber quilombola ao saber científico. Fato que opera em desfavor da qualidade de vida dos moradores.

Na dissertação faço três recortes, primeiramente a partir da comparação gestão pública e gestão quilombola. Relacionando a conformação da Gestão Pública Brasileira e dos quilombos do Brasil no período imperial até a república na modernidade. Esta análise evidencia os entraves burocráticos estrategicamente elaborados para manutenção de um projeto de poder hegemônico. Alicerçada no escravismo que opera em desfavor da população negra quilombola.

Nesse capítulo, destaco que os conflitos de conformação de um projeto de nação intensificam a vulnerabilidade das comunidades quilombolas que não aparecem como prioridade na agenda decisória dos governos. A literatura científica de administração pública brasileira é dependente de elaborações culturais estrangeiras. Subalternizando conteúdos nacionais de formação do conhecimento. O processo gerencial ou a modernização da administração pública não reconhece como modelo a contribuição civilizatória de homens e mulheres da diáspora africana.

Ao descrever o território constatando a vulnerabilidade institucional, foi evidenciada paralelamente a capacidade organizativa interna da comunidade em relação ao modelo estabelecido pelo Estado e a curta cobertura na garantia de direitos constitucionais. Uma comunidade pequena marcada pelos vestígios da escravidão, ladeada por atividades de monocultura e do extrativismo da mineração. Os bens culturais de patrimônio material e imaterial inventariados pelos moradores tipificam que a relação distante com o Estado após as garantias de se pertencer a um povo não limita a sua capacidade de proteção dos símbolos de resistência e referência histórica.

A equivalência dos saberes precisa percorrer caminhos metodológicos de formulação do conhecimento na superação do racismo. A memória como produção deliberada, a memória histórica, ao longo do nosso século, foi sempre o instrumento de poder dos vencedores para destruir a memória dos vencidos e para impedir que uma percepção alternativa da história fosse capaz de questionar a legitimidade de sua dominação.

A memória histórica resguardou e transmitiu os símbolos, os mitos da identidade nacional controlada pelos jogos do poder, resultando na negação da cidadania. A nação

brasileira é situada em diferentes situações de perda e a identidade e a memória fundam-se em um ponto distante, no tempo e no espaço, cujos sinais visíveis são os objetos, as relíquias, monumentos, espaços construídos, fragmentos que compõem as imprecisas fronteiras do nominado patrimônio cultural brasileiro. De acordo com a ENAP (1993, p.27) “O Estado não pode ser o produtor da memória nem o definidor do que pode e deve ser preservado. O Estado deve comportar-se como serviço público”

Naquilo que concerne a oralidade, os gêneros orais, primários ou secundários, constituem a elaboração da narrativa pela relação social e é imperativo compreendê-la como parte estruturante do processo gerencial a partir das análises resultantes da realidade circunscrita nos territórios tradicionais de quilombo.

Quanto à territorialidade, o território é um patrimônio - um conjunto de bens que se recebe dos antepassados e que se transfere aos descendentes - também na dimensão do imaginário. O patrimônio como símbolo para o espólio de uma memória coletiva, de algo comum a um grupo. A noção de patrimônio como categoria sociológica abrange tanto bens físicos quanto a competência técnica ou lugar social que conquistam determinados grupos. A ocupação do território reflete e direciona as imagens culturais que a população faz de si mesma. Conhecer a exclusividade e a pertinência das ações relativas a um determinado grupo implica também localizá-lo territorialmente. A ocupação do território é ato originário na constituição de direitos. E nesta perspectiva que o presente estudo pretende colaborar no debate sobre o estabelecimento e coordenação de políticas de preservação e formas de constituição das várias memórias brasileiras.

A literatura Brasileira de administração pública necessita reconhecer os conteúdos produzidos pelos brasileiros que em sua diversidade contribuem culturalmente com a definição da identidade nacional. A exclusividade de experiências da branquitude norteia as bases científicas e acadêmicas. Negando o reconhecimento do saber de valor civilizatório da Diáspora Africana alicerçado na contribuição das mulheres negras que assumem protagonismo e se destacam como pilares da gestão espacial e administrativa quilombola. A análise contribui com a avaliação do necessário reconhecimento científico dos saberes tradicionais. As percepções demonstram que o protagonismo do conhecimento muda de titularidade em uma evidente prática de expropriação de dados e saberes.

A análise reflete ainda a atuação da engenharia de invisibilidade negra como aspecto contributivo do saber científico contemporâneo. A política pública de saúde, objeto da investigação no que tange a relação dos saberes científicos com os saberes tradicionais quilombolas, dispõe institucionalmente da Portaria 992 de 13 de maio de 2009 que institui a

Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Essa portaria tem por objetivo reduzir as iniquidades por meio de políticas públicas de inclusão social.

A Portaria trata de uma política de governo. Portanto seu alcance está diretamente ligado a vontade política do gestor do Ministério da Saúde (MS) conforme prioridades da agenda decisória da Presidência da República.

Entretanto, no ano de 2003, o Excelentíssimo senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva sanciona a lei decretada pelo Congresso Nacional a Lei 10.639/2003 no âmbito da Educação.

Posteriormente, em 10 de março de 2008, com a criação da Lei 11.645/08 inclui-se a obrigatoriedade da história indígena

Esta lei, parte estrutural do complexo arcabouço de políticas públicas de ações afirmativas, fruto da mobilização do Movimento Negro tem por objetivo o fortalecimento da identidade étnica afro-brasileira junto à população brasileira e valorização da contribuição cultural, social e econômica dos negros no processo de formação nacional.

Todavia, obedecendo ao roteiro de tentativa de apagamento de histórias da população negra como contribuição civilizatória, a lei sofreu alteração. Em atendimento a mudança na literatura da administração pública brasileira, em 23 de setembro de 2016, logo após o *Impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, o governo federal enviou ao Congresso Nacional a medida provisória 746/2016 que passa a alterar a Lei de Diretrizes e Bases na Educação, revogando a Lei 10.639/03, desobrigando sua aplicação.

As duas políticas referenciadas recebem formulações de interesse coletivo. Contribuem com a importância dos saberes tradicionais quilombolas na remodelagem de políticas públicas. O histórico referente a manutenção de garantia de direitos para população negra evidencia a maneira pela qual a institucionalidade do racismo atua como estratégia determinante de aspecto cíclico no apagamento de histórias.

Por fim, as movimentações de interesse comum de superação das desigualdades na formulação da literatura gerencial brasileira estão contribuindo com a possibilidade de inversão de prioridades. A realidade administrativa brasileira atravessa um momento de intensa fragilidade democrática, não permitindo que elaborações emancipatórias possam ser discutidas em condições de igualdade. A retomada do caminho de crescimento, fortalecimento das instituições republicanas por força do processo eleitoral que se avizinha, poderá trazer para o centro das formulações metodológicas, elementos civilizatórios com equivalência de saberes com vistas ao protagonismo cultural negro como instrumento de garantia da democracia no Brasil.

O presente trabalho visa contribuir analiticamente na formulação de metodologia dos saberes tradicionais quilombolas como instrumentos da remodelagem de políticas públicas. Trata-se de um esforço em ressignificar a visão preconceituosa e excludente de que nesses lugares não há conhecimento válido e eficiente. Refere-se à possibilidade indiciária de mudança de paradigma, através da experiência que insere esses saberes como parte constitutiva do saber científico.

Ao se constatar a reprodução de práticas de racialidades em todas as áreas de formação do conhecimento, analisamos que tais práticas atuam para o apagamento de histórias. Desse modo, cumpre empregar esforços para inserção dos saberes tradicionais quilombolas como método para remodelagem de políticas públicas a partir das elaborações do conjunto de elementos do território. Na garantia dos direitos de existir e permanecer do povo no curso da história.

O que aqui se buscou foi a validação da hipótese proposta na investigação. A gestão quilombola através de seus saberes pode contribuir com a gestão pública. Oposta a uma proposta de hierarquização de conhecimento, mas sim de equivalência e completude, a saber: integridade territorial e conservação ambiental; produção sustentável, segurança alimentar; ancestralidade, identidade, organização social e memória, são eixos do modelo da gestão quilombola.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe. O fardo dos bacharéis. São Paulo, **Revista Novos Estudos Cebrap**, n. 19, 1987. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/238932729/Alencastro-O-Fardo-Dos-Bachareis>>. Acesso em: 09 ago. 2021, às 19h35min.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras Tradicionalmente Ocupadas: Processos de Territorialização e Movimentos Sociais. **R. B. ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS**, V.6, N.1 / mai. 2004. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/102/86>>. Acesso em: 07 jan. 2021, às 01:54h.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. **A questão espacial dos remanescentes de quilombos no Brasil: Diversidade, espaço e relações étnico-raciais, O Negro na Geografia do Brasil.** SANTOS, Renato Emerson (Org.). Editora autêntica, 2007.
- ARAÚJO, Maria Lúiza Grossi. **Ciência Fenomenologia e Hermenêutica: diálogos da Geografia para os saberes emancipatórios**. Tese (doutorado) – UFMG/ Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2007, pág. 164 a 212.
- ARRUTI, José Maurício Andion. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana [online]**, 1997, vol.3, n.2, p.7-38. ISSN 1678-4944. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-93131997000200001>>. Acesso em: 15/06/2021 às 22h31min.
- BARBON Júlia; FARIA Flávia. **Branços são quase o dobro dos negros entre vacinados contra Covid no Brasil**. Artigo. Folha Uol, março 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/03/brancos-sao-quase-o-dobro-dos-negros-entre-os-vacinados-contra-covid-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 12 abr. 2021, às 01h29min.
- BARRETO, Nogueira, Sidnei. **Intolerância religiosa [livro eletrônico]**. São Paulo: Sueli Carneiro ; Pólen, 2020, 160 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)
- BRASIL: Governo do Distrito Federal – GDF: RODRIGUES, Gizella. Matéria: **Agência Brasília**, 2019. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2019/04/18/uma-cidade-sonhada-por-dois-seculos/>. Acesso em: 16 ago. 2021, às 12h18min.
- BRASIL: Caixa Econômica Federal – CEF Auxilio Emergencial O que é?. Disponível em: <<https://www.caixa.gov.br/auxilio/PAGINAS/DEFAULT2.ASPX>>. Acesso em: 14 jan. 2021, às 21h25min.
- BRASIL: **Casa da Moeda do Brasil – CMB. Histórico da CMB**. Disponível em: <<https://www.casamoeda.gov.br/portal/socioambiental/cultural/historia-da-cmb.html>>. Acesso em: 18 ago. 2021, às 15h.

BRASIL. **Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial – CNPIR**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/orgaos-colegiados/cnpir/conselho-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial-cnpir>>. Acesso em: 19 jan. 2021, às 23h30min.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado_EC%20105.pdf> . Acesso em: 18 jul. 2020, às 07h30min.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. **Decreto Lei 4887 de 20 de novembro de 2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 22 jul. 2020, às 17h30min.

BRASIL. **Decreto lei nº 47.289, de 20 de novembro de 2017**. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/sites/default/files/servicos/arquivos/2020/decreto_estadual_no_47.289.pdf> . Acesso em: 20 jul. 2020, às 08h52min.

BRASIL. **Diário Oficial do Município de Belo Horizonte, Poder Legislativo**. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1153420>>. Acesso em: 12 abr. 2021, às 23h31min.

BRASIL ESDEPI: Escola Superior da Defensoria do Piauí. **Cartilha**. Defensoria Pública do Estado do Piauí 2021 pág. 10. Disponível em: <<https://www.pi.gov.br/noticias/defensoria-publica-do-piaui-lanca-publicacao-direitos-quilombolas/>>. Acesso em: 19 jul. 2021, às 23h37min.

BRASIL ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos / Xun Wu, M. Ramesh, Michael Howlett, Scott Fritzen; traduzido por Ricardo Avelar de Souza**. – Brasília: Enap, 2014.

BRASIL ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. JUNIOR, Olavo Brasil de Lima. **A Reforma Administrativa no Brasil: Modelos, sucessos e fracassos**. – Brasília – ENAP, 1998, pág. 27. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1490>> Acesso em: 18 ago. 2021, às 15h26min.

BRASIL. **Fundação Cultural Palmares: Certificação Quilombola**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em: 21 jul. 2020, às 22h01min.

BRASIL. **Fundo/Coleção CU-BR/RJ - Conselho Ultramarino – Brasil/ Capitania do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/conselho-ultramarino>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

BRASIL. Governo Brasileiro. **O fim da Política Café com Leite e a Revolução de 1932**. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/fim-republica-cafe-com-leite-revolucao-1932>>. Acesso em: 31 out. 2021, às 23h:38min.

BRASIL. **INCRA**: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <https://sei.incra.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_i...e0de c2853de92ecb3723ebb61b98bd1f7025eecba24feff2696dd48404ecf>. Acesso em: 19 abr. 2021, às 23h33min.

BRASIL. **Lei 21.147 de 14-01-2014**. Disponível em: <<http://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-21147->>. Acesso em: 27/05/2021 às 15h45min.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da Família**: uma estratégia para reorientação do modelo assistencial. Cartilha. Brasília, 1997. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd09_16.pdf> . Acesso em: 24 jun. 2021, às 17h53min.

BRASIL. Ministério Público Federal – MPF – **Procuradoria da República em Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-vai-a-justica-para-a-regularizacao-fundiaria-do-quilombo-chacrinha-em-belo-vale-mg>>. Acesso em: 21 jun. 2021, às 21:04h.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**: Portaria 992. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0992_13_05_2009.html>. Acesso em: 24 jun. 2021, às 22h12min.

BRASIL. Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais – SES/MG. **Notícias**. Disponível em: <<http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/minas-gerais-inicia-a-vacinacao-de-idosos-com-mais-de-90-anos>>. Acesso em: 24 mar. 2021, às 22h50min.

BRASIL. Senado Federal. **Mostra virtual apresenta mulheres que lutaram pela igualdade na história do país**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/galerias/heroínas-negras-e-indígenas-do-brasil>>. Acesso em: 21 jul. 2021, às 19h13min.

BRASIL. Senado Federal. **Senadores culpam o governo pela escalada de mortes na pandemia**. Fonte: Agência Senado junho 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/05/senadores-culpam-o-governo-pela-escalada-de-mortes-na-pandemia>>. Acesso em: 16 jan.2021, às 10h58min.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da Crença**. Contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2002, p. 25

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. In Pinheiro, Wilhelm e Sachs (orgs.), **Brasil**: Um Século de Transformações. S. Paulo: Companhia das Letras, 2001: 222-259.

CARDOSO, Marcos Antônio. **Patrimônio Cultural Negro-Africano**: Desafios Contemporâneos. A força de lembrar a própria força. Patrimônio Cultural, Territórios e Identidades. In: NOGUEIRA, João Carlos; NASCIMENTO, Tânia Tomázia do (Org). Florianópolis: Editora Atilende, 2012.

CARMO, Luciana Priscila do. **Quitandas quilombolas [manuscrito]**: identidades, resistência e etnodesenvolvimento em paisagens culturais do Médio Jequitinhonha Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia,

2019, pág. 188. Disponível em: <[https://repositorio.ufmg.br › bitstream › Dissertação PDF](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/Dissertação%20PDF)>. Acesso em: 24 mar. 2021, às 23h25min.

COLAÇO, Thais Luzia. *Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

CONAQ. **Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos**. Disponível em: <<http://conaq.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 24 mar. 2021, às 20h45min.

COVID, Observatório. **Informes: Territórios, comunidades e localidades quilombolas oficialmente reconhecidas, 2020 CONAQ**. Disponível em: <<https://quilombosemcovid.org/node#sobre>>. Acesso em: 25 mar. 2021, às 11h33min.

CHEVITARESE, André. *Intolerâncias Religiosas: historiografia, resistência e racismo religioso*. Anpuh Rio, 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xcny95L-li8>>. Acesso em: 30 set. 2021, às 22h.

CRUZ, Danilo Uzêda da. **Para compreender o MROSC: o novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil e a democratização da democracia**. Salvador: Editora Z Arte, 2018.

DAGNINO, Renato.; CAVALCANTI, Paula Arcoverde.; Costa, Greiner. (org.). **Gestão Estratégica Pública**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

DEALDINA, Selma dos Santos (Org). **Mulheres Quilombolas: Territórios de existências negras femininas**. Sueli Carneiro, Editora Jandaíra, 2020.

DIAS, Roger. **Covid-19 atinge principalmente as mulheres, mas mata mais homens diz a UFMG**. *Jornal Estado de Minas*, setembro 2020. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/09/09/interna_gerais,1183974/covid-19-atinge-principalmente-mulheres-mas-mata-mais-homens-ufmg.shtml>. Acesso em: 12 abr. 2021, às 00h19min.

DIREITOS, Terra de. **Na defesa dos direitos, econômicos, sociais, culturais e ambientais: a atuação da terra de direitos na COVID-19**. Abril, 2020. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/na-defesa-dos-direitos-economicos-sociais-culturais-e-ambientais-a-atuacao-da-terra-de-direitos-na-covid19/23283>>. Acesso em: 14 abr. 2021, às 16h24min.

DIREITOS, Terra de. Disponível em: <[https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/09-12_Racismo-e-Violencia-Quilombola_CONAQ_Terra-de-Direitos_FN_REVISAO_Digital-\(1\).pdf](https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/09-12_Racismo-e-Violencia-Quilombola_CONAQ_Terra-de-Direitos_FN_REVISAO_Digital-(1).pdf)>. Acesso em: 19 abr. 2021, às 23h52min.

FARIA, Flávia. **Veja como funciona o mais médicos e o que foi feito para repor as vagas dos cubanos**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/11/veja-como-funciona-o-mais-medicos-e-o-que-foi-feito-para-repor-as-vagas-dos-cubanos.shtml>>. Acesso em: 15 mar. 2021, às 15h17min.

FILHO, Clóvis. **Coronavírus, SARS-CoV-2, COVID-19**: saiba o que é cada termo. Disponível em: <<https://www.minhavidade.com.br/saude/materias/36108-coronavirus-sars-cov-2-covid-19-saiba-o-que-e-cada-termo>>. Acesso em: 15 jan. 2021, às 08h45min.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 25ª edição, Editora JO, Rio de Janeiro, 1987.

GOMES, Ângela Maria Silva da. **Terreiros quilombos e quintais da grande BH, Rota e diálogos de saberes etnobotânica da transatlântica negro-africana**. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Departamento de Geografia, 2009.

GOMES, Laurentino. **Escravidão, volume II ed.** Rio de Janeiro: Globo Livros, 2021.

GOMES, Laurentino. **Escravidão, volume I ed.** Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador; Saberes construídos nas lutas por emancipação**. Editora vozes: Petrópolis-RJ, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **A Mulher Negra que vi de perto**. Editora Mazza: Belo Horizonte, 1995.

GONÇAVES, Carlos Walter Porto. **A Geografia dos sistema mundo moderno-colonial numa perspectiva subalterna**. Diversidade, espaço e relações étnico-raciais. O Negro na Geografia do Brasil. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007.

GONÇALVES, Maria Clareth. **Reflexões sobre a construção da identidade negra num Quilombo pelo viés da história oral**. Artigo: março, 2001. IN: PINHEIRO, Wilhelm e Sachs (Org. Brasil: Um Século de Transformações. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001. Disponível em: <<https://www.anped.org.br/sites/default/files/t216.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2021, às 20:38h.

HEADLEY, Samara, Silva. **Administração Pública**. Pearson Educacion do Brasil. São Paulo, 2013, 158 p.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios do Racismo Cotidiano**. 1 Ed. Tradução Jess Oliveira – CIP-BRASIL Catalogação na Publicação sindicato Nacional dos Editores de Livros, Editora Cobogó, 2019, Rio de Janeiro.

LEÃO, Livia; NICOMEDES, Sãozinha. **Sabores do Quilombo: Quitanda de Minas Gerais**. Cartilha. Editora Agel, 2019.

In: CARDOSO, Marcos Antônio. **Patrimônio Cultural Negro-Africano: Desafios Contemporâneos**. A força de lembrar a própria força. Patrimônio Cultural, Territórios e Identidades. NOGUEIRA, João Carlos; NASCIMENTO, Tânia Tomázia do (Org). Florianópolis: Editora Atilende, 2012.

In: COLLINS, Patrícia Hills. Epistemologia feminina negra: **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. COSTA, Joaze Bernardino; TORRES, Nelson Madonado e GROSFUGUEL, Ramón (Orgs.) Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

LEMOS, Caroline Murta. **Se me der licença, eu entro; se não der, eu vou embora [manuscrito]**: patrimônio e identidade na comunidade quilombola Chacrinha dos Pretos (Belo Vale/MG) Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas / Caroline Murta Lemos. - Belo Horizonte, 2014. p. 53 a 121.

LETRAS, Academia Brasileira de. Artigo Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/necropolitica>> ABL. 2021. Acesso em: 16 jan. 2021, às 09h07min.

LP Coisa De Acender / Título da música: **Linha do Equador** / Caetano Veloso (Compositor) / Djavan (Compositor) / Djavan (Intérprete) / Gravadora: Sony Music / Ano: 1992 / Nº Álbum: 188.243/1-464248 / Lado A / **Faixa 4** / Gênero musical: MPB

LUCAS, Kleber. **O Canto Forasteiro: O Hinário Batista Cantor Cristão e Questões de Racialidades no Brasil do Século XIX e XX**. Editora Recriar, 2021.

M. V. Chiliatto Leite (Org.). **Alternativas para o desenvolvimento brasileiro: novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade (LC/TS.2019/27)**, Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2019.

MARTINS, Tarcísio José. **Quilombo de Campo Grande: história de Minas que se devolve ao povo**. Quilombo Editora, 2018, p. 10 a 15.

MONTEIRO, Gabriel. R. F. Freitas de; ALMEIDA, Adriani. L. Theophilo de. **Abordagem Territorial e Questão Quilombola na Virada Territorial em Geografia**. Artigo. XVI SIMPURB. Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Espírito Santo, 2019 pág. 1615. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br>>. Acesso em: 20 jul. 2021, às 00h04min.

MOREIRA, Jéssica; BERNARDES, José Eduardo. **Terreiros: entre a intolerância religiosa e a resistência diária**. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/11/14/terreiros-entre-a-intolerancia-religiosa-e-a-resistencia-diaria>>. Acesso em: 16 out. 2021, às 21h28min.

MOURA, Clovis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. Editora Ática, São Paulo, 1988, pág. 21 a 31.

MOURA, Clovis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. Editora Ática, São Paulo, 1993, pág.39.

MULHERES Quilombolas In: territórios de existências negras femininas. (org. Selma dos Santos Dealdina). MENDES. M. A; SANTOS. Valéria.P. dos. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020, 168 p.

MUNANGA, Kabenguele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP Povo Negro**, São Paulo, dez./fev. 1995/1996.

MBEMBE, Achilles. **Necropolítica, Biopoder soberania, estado de exceção, política de morte**. UFRJ, 2018.

NABARRO, Wagner.Wendt. **Mercado de capitais no Território Brasileiro**. Dissertação. USP 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-28112016-111632/publico/2016_WagnerWendtNabarro_VCorr.pdf>. Acesso em: 30 out. 2021, às 23h50min.

NASCIMENTO, Abdias do. O Quilombismo: Editora Vozes. Petrópolis – RJ. 1980 p. 253.
NEVES, Delma Pessanha (org). Desenvolvimento social e mediadores políticos. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

NOGUEIRA, João Carlos, NASCIMENTO, Tânia Tomázia do (Org.). **Patrimônio, cultural, territórios e identidades**. Florianópolis: Atilênde, 2012. 200 p.

NUNES, Juliana Cézar. Comunicação Quilombola: cenários de mobilização, visibilidade e empoderamento.. Dissertação UNB Brasília 2013, p. 138. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14392/1/2013_JulianaCezarNunes.pdf acesso em: 31/10/2021 às 01h32min.

O fim da Política Café com Leite e a Revolução de 1932. Disponível em <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/fim-republica-cafe-com-leite-revolucao-1932> acesso às 23h:38min.

O MEMORIAL. **Um Museu Virtual/Linha do Tempo. A Construção de Brasília. Os candangos**. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/construcao-de-brasil/5>> Acesso em: 22 ago. 2021, às 13h36min.

PIRANI, Denise; VERSANI, Eduardo Amorim. **Estudos sobre a realidade de uma comunidade remanescente de Quilombo Chacrinha dos Pretos-MG**: Artigo. 32º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Grupo de trabalho 33: Relações raciais e ações Afirmativas, 2016. pág. 01 a 29. Disponível em <https://docplayer.com.br/19947090-Estudos-sobre-a-realidade-de-uma-comunidade-remanescente-de-quilombo-chacrinha-dos-pretos-mg.html#show_full_text>. Acesso em: 21 jul. 2021, às 21h05min.

PIVARO, Fasolo Gabriela; JUNIOR, GidottoGildo. **O ataque organizado à ciência como forma de manipulação do aquecimento global ao coronavírus**. UNICAMP, Caderno brasileiro de ensino de física setembro 2020 pág. 1076. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/74968/45149>. Acesso em: 16 jan. 2021, às 11h10min.

QUILOMBOS. In: Raça, perspectivas antropológicas (org. Osmundo Pinho) ARRUTI. J. M. 2008, ABA/Ed UNICAMP/EDUFBA.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica - sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. Imprensa Oficial do Estado Oficial. São Paulo, 2001, 138 pág. Disponível em: <<https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2021, às 21h30min.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro**. São Paulo: Schwarz, 2018.

RIBEIRO, Matilde. **Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil (1986 -2010)**. Rio de Janeiro : Garamond, 2014.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos Org: *Liberdade por um fio: história dos quilombos na África*. Companhia das Letras, São Paulo 1996.

RIO DE JANEIRO: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Brasília. SILVA, Suely Braga de. **O governo de Juscelino Kubitschek: O Brasil de JK – 50 anos em 5: O Plano de Metas**. CPDOC Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>>. Acesso em: 16 ago. 2021, às 12h40min.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os Africanos no Brasil**. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro, 2010.

RONIK, Raquel. **Territórios negros nas cidades brasileiras**. Diversidade, espaço e relações étnico-raciais. O Negro na Geografia do Brasil. Editora Autêntica, 2007, Belo Horizonte, pág. 75 a 78.

SANTANA, Carlos Eduardo Carvalho de. *Pelejando e arruando*. **Processos educativos na afirmação de uma identidade negra em território quilombola**: Baixa da Linha, Cruz das Almas-Ba. 2015. 265 f. Tese (Doutorado Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Fórum Social Mundial: Manual de Uso**. Madison, Dez 2004. Disponível em:<<http://www.boaventuradesousasantos.pt/documentos/fsm.pdf>>. Acesso em: 28 mar.2021, às 19h50min.

SANTOS, Luciana Marinho: *Ecologia de saberes: a experiência do diálogo entre conhecimento científico e conhecimento tradicional na comunidade quilombola da Rocinha*. **Artigo Tempus**, actas de saúde colet, Brasília, 8(2), 243-256, jun, 2014// Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/305015974_Ecologia_de_saberes_a_experiencia_d_o_dialogo_entre_conhecimento_cientifico_e_conhecimento_tradicional_na_comunidade_quilombola_da_rocinha>. Acesso em: 28 mar.2021, às 16h53min.

SAKAMOTO, Leonardo. **Colapso em Manaus não é acidente, mas fruto do projeto bolsonarista**. Notícias Uol, janeiro 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2021/01/14/colapso-em-manaus-nao-e-acidente-mas-consequencia-do-projeto-bolsonarista.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2021, às 11h19min.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVERO, Valdete Souto. **O Corpo como Território**: O que os povos originários e as comunidades tradicionais podem ensinar para as lutas coletivas. Artigo. Democracia e direitos fundamentais. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <<https://direitosfundamentais.org.br/o-corpo-como-territorio-o-que-os-povos-originarios-e-as-comunidades-tradicionais-podem-ensinar-para-as-lutas-coletivas>>. Acesso em: 17 mai. 2021, às 19h52min.

SILVA, Olintho Pereira da. **Mineração em Minas Gerais: passado, presente e futuro.** Artigo, Geonomos, v.3 n.1 1995 pág. 78. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistageonomos/article/view/11523>> Acesso em: 14 jan. 2021, às 23h24min.

SOS CORPO. **Fundamentalismo: projeto contra a vida das mulheres.** 2020. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2020/08/24/fundamentalismos-projeto-contr-a-vida-das-mulheres/>>. Acesso em: 16 out. 2021, às 21h31min.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Editora Graal, Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: <<https://www.abpn.org.br/biblioteca-virtual>> Acesso em: 24 mai. 2021, às 17h50min.

STRINGUETO, Kátia; BIS, Keila. **Adobe, matéria-prima tão antiga, pode ser alternativa para o futuro.** 2013. Disponível em: <<https://casa.abril.com.br/casas-apartamentos/adobe-materia-prima-tao-antiga-pode-ser-alternativa-para-o-futuro/>>. Acesso em: 25 set. 2021, às 12h41min.

VAZ, Beatriz Accioly. **Quilombos e Patrimônio Cultural.** Dissertação, IPHAN – Rio de Janeiro, 2014, pág. 40 a 53. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/471>>. Acesso em: 21 jul. 2021, às 23:17h.

ANEXOS

ANEXO A – Certificação Quilombola Chacrinha dos Pretos Belo Vale/MG

ENVIADO POR: INCRRA-PI3 HD. TEL: 3132621897 06 MAR. 2008 16:12 P3




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

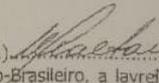
Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n. 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n. 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Chacrinha**, localizada no município de Belo Vale, Estado de Minas Gerais, registrada no Livro de Cadastro Geral n. 09, Registro n. 903, fl. 17, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n. 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n. 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s):

Processo nº 01420.000089/2007-19

Eu, Miriam Caetana de Souza Ferreira (Ass. ), Diretora-Substituta da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

O referido é verdade e dou fé


Maria Bernadete Lopes da Silva
Presidente-Substituta

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF – Brasil
 Fone: (0 XX 61) 3424-0106(0 XX 61) 3424-0137 – Fax: (0 XX 61) 3326-0242
 E-mail: chefiadegabinete@palmares.gov.br <http://www.palmares.gov.br>

"A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira" (Wally Salomão)

ANEXO B – Frente/Verso Título Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango



**Título de Legitimação
Fundiária**
(Nos termos da Lei Federal 13.465 de 11 de julho de 2017)
Imóvel Público

Emitente

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.715.383/0001-40 com endereço na Av. Afonso Pena, 1212, 2º andar, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Alexandre Kall, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 298.531.096-20, portador da CI nº MG-1.268.078 - PGMQ, presente também o Diretor Presidente da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte - URBEI, Cláudio Vinícius Leite Pereira, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 477.334.976-94, portador da CI nº M-2.248.368, todos residentes e domiciliados nesta Capital, tendo em vista o procedimento de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S) realizado pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (UrbeH), com anuência da SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (Destinação SEF-SGD/DCI nº 3902582/2018) - CONCEDE e presente TÍTULO DE LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA.

Adquirente

ASSOCIAÇÃO DE RESISTÊNCIA CULTURAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA MANZO NGUNZO KAIANGO, CNPJ 07.991.042/0001-08, com sede na Rua São Tiago, nº216, Bairro Paraíso, nesta Capital, CEP 30.260-500

Objeto

LOTE 08, do QUARTERÃO 81, do BAIRRO PARAÍSO, com área total de 527,13 m², aprovado pela planta CP 321.128-F, localizado na Rua São Tiago, nº216, Bairro Paraíso, nesta Capital.

Origem / Procedência

Legitimação Fundiária de parte do Lote Colonial 33 do Núcleo Colonial Biaz Fortes, matrícula nº 78.683, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Capital.

Cláusulas e Condições

Cláusula Primeira

A presente legitimação fundiária é realizada nos termos da Lei Federal 13.465 de 11 de julho de 2017, regulamentada pelo Decreto Federal 5.310 de 15 de março de 2018, assim como nos termos do Decreto Federal 4.887 de 20 de novembro de 2003, do Decreto Estadual 47.289 de 20 de novembro de 2017, e demais textos legais pertinentes à espécie.

Cláusula Segunda

O presente título constitui FORMA ORIGINÁRIA DE ADQUIÇÃO DO DIREITO REAL DE PROPRIEDADE conferido por ato do poder público em favor daquele que detiver em área pública ou possuir em área privada, como sua, unidade imobiliária com destinação urbana, integrante de núcleo urbano informal consolidado existente em 22 de dezembro de 2016. A unidade imobiliária ficará livre e desembaraçada de quaisquer ônus, direitos reais, gravames ou ônus, eventualmente existentes em sua matrícula de origem, exceto quando disserem respeito ao próprio legitimado.

Cláusula Terceira

O beneficiário atende às condições previstas no §1º do artigo 23 da Lei 13.465 de 11 de julho de 2017, ou seja, não é concessionário, foreiro ou proprietário de imóvel urbano ou rural, não foi contemplado com legitimação de posse ou fundiária de imóvel urbano com a mesma finalidade, ainda que situado em núcleo urbano distinto, e é reconhecido pelo poder público o interesse público de sua ocupação. A Associação de Resistência Cultural da Comunidade Quilombola Manzo Ngunzo Kaiango foi declarada de utilidade pública, pela Lei Municipal 10.112 de 24 de fevereiro de 2011.

Cláusula Quarta

Este terreno do Conselho Fideiútm 4.887 de 26 de novembro de 2000 e Decreto Estadual 47.090 de 09 de novembro de 2017, o presente título é COLETIVO, IRALIENÁVEL, IMPENHORÁVEL, INDIVISÍVEL e A PRAZO INDETERMINADO.

Cláusula Quinta - Dos Impostos, Taxas e Emolumentos

Sendo o presente ato Legitimação Fundiária vinculada à Regularização Fundiária de Interesse Social, o beneficiário faz jus a isenção de custos e emolumentos, em vista do disposto no artigo 13 da Lei 13.465 de 11 de julho de 2017.

Cláusula Sexta

Pelo presente instrumento o Município obriga-se, em qualquer tempo, a fazer a presente legitimação firme, boa e valiosa, para todos os fins e efeitos do direito. Assim, assinam o presente título em duas vias, de um só teor e forma.

Município de Belo Horizonte**Data**

Belo Horizonte, 27 de setembro de 2019


Alexandre Kall
Prefeito Municipal de Belo Horizonte


Cláudia Vinícius Leite Pereira
Direta Presidente do Urbel

Adquirente


Eugênia Maria da Conceição
Presidente da Associação de Residência Cultural da Comunidade Quilombola Marro Nguzo Kalingo

**Espaço Reservado
ao Município de Belo Horizonte****Espaço Reservado
ao Cartório de Registro**

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO QUILOMBOLA

1. HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO – NOME DO TERRITÓRIO – MUNICÍPIO

2. Nome:

3. Estado Civil:

4. Data Nascimento:

5. Escolaridade: Curso/Área

6. Raça/Cor:

6.1 Quais foram os primeiros moradores dessa área?

6.2 Quando eles chegaram aqui?

6.3 Por qual motivo elas vieram para cá?

6.4 Qual o tamanho da terra?

6.5 Ela foi: comprada, recebida, como herança ou ocupada?

6.6 Vocês possuem documento de posse da terra?

6.7 De que tipo?

6.8 Está certificada? Titulada? Em qual Cartório? Qual Ano?

6.9 Qual é a atividade de subsistência da comunidade?

6.10 Quantas famílias moram na comunidade?

2. Religião, locais sagrados, rituais, costumes.

2.1. Vocês praticam algum tipo de religião?

2.2. Como a praticam? Vão à missa, fazem congado, folia de reis etc...

2.3. Possuem algum lugar que consideram sagrado?

2.4 Preservam quais tipos de tradições? Ex: indumentária, alimentação, manejo de produção da terra, artesanato etc...

3. Língua

3.1 Falam alguma outra língua além do português?

4. Relações diaspóricas

4.1. Histórico das relações na escravidão

4.1.1 como era a vida do negro na escravidão? E a do Branco? Com quem as pessoas se relacionavam e como?

4.2. Relações de hoje

4.2.1. Como vocês se relacionam com seus iguais e as pessoas da cidade?

4.3. Na sua opinião existe discriminação racial no atendimento público? Explique

4.3.1. Você acha que as pessoas negras são tratadas diferentes aqui e na cidade?

4.3.2. E as crianças na escola?

4.3.3. E os jovens?

4.4. Diferença entre as pessoas da comunidade e as pessoas da cidade

4.4.1. Vocês acham que são diferentes das pessoas da cidade?

4.4.2. Se sim, como?

5. Existem conflitos entre a comunidade e a cidade, a comunidade e os outros grupos?

5.1. Como é o relacionamento entre as pessoas dentro da comunidade (trocam entre si, ajudam-se, etc.).

5.2. As pessoas que vivem aqui nessa comunidade são felizes?

APÊNDICE B – ACESSO AO TRABALHO E ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

COMUNIDADE QUILOMBOLA

1. Existem pessoas que moram na sua casa e estão fora por algum tempo?
2. Alguém da sua família participa de algum programa do governo?
3. Você sabe dizer de quais programas participam?
4. De onde vem a água utilizada na sua casa?
5. Essa comunidade é próxima a um rio? Qual?
6. A Água que sua família utiliza recebe algum tratamento?
7. Existe coleta de lixo publica que atende a casa em que sua família mora?
8. Sua família recebe visitas regulares do agente de saúde?
9. Você utiliza algum método tradicional para curar enfermidades?
10. O conhecimento existente no quilombo é valorizado e utilizado em alguma política pública? Explique
11. Há crianças sem estudar em sua família?
12. Há jovens (até 18 anos) em sua casa que não estão estudando?
13. Há algum adulto em sua família que está estudando?
14. Existe associação de moradores?
15. Quantos aparelhos públicos existem na comunidade?
16. Como é o acesso (via) para a comunidade?
17. Qual é a distancia da comunidade para a sede do município?
18. Como são acolhidas as ideias, criticas e reivindicações da comunidade?

APÊNDICE C - POLÍTICAS PÚBLICAS – ATOR QUE DECLARA: AGENTE PÚBLICO

Nome:

Estado Civil:

Data Nascimento:

Escolaridade: Curso/Área

Raça/Cor:

Identificação Profissional Data de admissão na prefeitura ou Estado?

Quanto tempo tem de trabalho?

Cargo: Função ocupada: Data início na Função:

QUESTIONÁRIO

- 1- Quanto tempo você trabalha na comunidade?
- 2- Relate as características dessa comunidade.
- 3- Como você qualifica o perfil dos moradores dessa comunidade?
- 4- Como é o acesso da comunidade a esse serviço?
- 5- Existem alguma interação entre o serviço ofertado e o conhecimento dessa comunidade?
Explique
- 6- É considerado relevante para eficiência da política pública o conhecimento dos moradores da comunidade ou atrapalha?
- 7- Você pertence a comunidade?
- 8- Os moradores preservam o patrimônio ou ignoram?
- 9- Você pode relatar algum conflito entre o modelo estabelecido de política pública e a compreensão dos membros da comunidade?
- 10- Você identifica algum aspecto relevante de contribuição quilombola para manutenção da política pública? Qual?

APÊNDICE D – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM MÉDICO(A)

TÍTULO DA PESQUISA: A Importância da Inserção dos Saberes Tradicionais Quilombolas como Instrumentos Metodológicos para Remodelagem das Políticas Públicas

<p>Nome:</p> <p>Estado Civil:</p> <p>Data Nascimento:</p> <p>Escolaridade:</p> <p>Como se identifica dentro das categorias do IBGE? PRETO () PARDO () BRANCO () AMARELO () Indígena ()</p> <p>Identificação Profissional Cargo:</p> <p>Função ocupada:</p> <p>Data início na Função:</p> <p>Quando veio para o Brasil:</p> <p>Anotar essas respostas por escrito</p>

- Como foi a sua chegada ao Brasil e o processo para iniciar o trabalho como médica aqui?
1. A senhora atende a quantas Comunidades quilombolas?
 2. Como a senhora descreveria a comunidade de Chacrinha?
 3. Com qual frequência é feito o atendimento?
 4. A senhora acha que o centro de saúde tem boas condições para um atendimento de qualidade a população? O que falta?
 5. Como é feito o atendimento da comunidade no centro de saúde?
 6. Poderia descrever as doenças/problemas de saúde mais recorrentes?
 7. A senhora considera que as orientações passadas aos pacientes são seguidas por eles?
 8. Conhece as práticas medicinais tradicionais da comunidade? Poderia citar as que conhece?
 9. A senhora consegue estabelecer alguma conexão entre essas práticas da comunidade e o atendimento que realiza no centro de saúde?
 10. Em sua opinião, qual valor tem as práticas e saberes existentes no modo de vida dessa Comunidade para a medicina e para as questões de saúde em geral?
 11. Existe algum conflito entre o que é oferecido pelo centro de saúde e as demandas da comunidade? Quais seriam?
 12. Considera importante incorporar alguns saberes da comunidade as práticas médicas realizadas?
 13. Conhece e aplica a Portaria 992 de Política Nacional de Saúde Integral da População Negra?

APÊNDICE E - ROTEIRO SUGERIDO PARA ENTREVISTAS COM MEMBROS DA COMUNIDADE

TITULO DA PESQUISA: A Importância da Inserção dos Saberes Tradicionais Quilombolas como Instrumentos Metodológicos para Remodelagem das Políticas Públicas

Nome da pesquisadora: Ana Lúcia da Silva

Identificação do entrevistado (a)

Estado Civil:

Data Nascimento:

Escolaridade:

Raça/Cor:

Identificação Profissional Cargo:

Função ocupada:

Data início na Função:

Questões norteadoras (sugestões)

1º. Bloco – Origem - Quais foram os primeiros moradores dessa área? Quando eles chegaram aqui? Por qual motivo elas vieram para cá?

2º. Bloco – Tradições - Vocês praticam algum tipo de religião? Como a praticam? Vão à missa, fazem congado, folia de reis etc... Possuem algum lugar que consideram sagrado? Preservam quais tipos de tradições? Ex: indumentária, alimentação, manejo de produção da terra, artesanato etc...

3º. Bloco – Relações diaspóricas - Fala-se alguma outra língua além do português? Histórico das relações na escravidão. Como era a vida do negro na escravidão? E a do Branco? Com quem as pessoas se relacionavam e como?

4º. Bloco – Relações de hoje - Como vocês se relacionam com seus iguais e as pessoas da cidade? Na sua opinião existe discriminação racial no atendimento público? Explique. Você acha que as pessoas negras são tratadas diferentes aqui e na cidade? E as crianças na escola? E os jovens? Diferença entre as pessoas da comunidade e as pessoas da cidade. Vocês acham que são diferentes das pessoas da cidade? Se sim, como. Existem conflitos entre a comunidade e a cidade, a comunidade e os outros grupos? Como é o relacionamento entre as pessoas dentro da

comunidade (trocam entre si, ajudam-se, etc.). As pessoas que vivem aqui nessa comunidade são felizes?

Bloco 5: Saberes - Você utiliza algum método tradicional para curar enfermidades? O conhecimento existente no quilombo é valorizado e utilizado em alguma política pública? Explique Como são acolhidas as ideias, críticas e reivindicações da comunidade?

APÊNDICE F - ROTEIRO SUGERIDO PARA ENTREVISTAS COM SERVIDORES PÚBLICOS LOTADOS NA COMUNIDADE

TITULO DA PESQUISA: A Importância da Inserção dos Saberes Tradicionais Quilombolas como Instrumentos Metodológicos para Remodelagem das Políticas Públicas

Nome da pesquisadora: Ana Lúcia da Silva Identificação do entrevistado (a)

Estado Civil:

Data Nascimento:

Escolaridade:

Raça/Cor:

Identificação Profissional Cargo:

Função ocupada:

Data início na Função:

Questões norteadoras (sugestões)

Bloco 1 -Relate as características dessa comunidade. Como você qualifica o perfil dos moradores dessa comunidade? Como é o acesso da comunidade a esse serviço? Existem alguma inteiração entre o serviço ofertado e o conhecimento dessa comunidade? Explique

Bloco 2 - É considerado relevante para eficiência da política publica o conhecimento dos moradores da comunidade? Os moradores preservam público o patrimônio ou ignoram? Você pode relatar algum conflito entre o modelo estabelecido de política pública e a compreensão dos membros da comunidade? Você identifica algum aspecto relevante de contribuição quilombola para manutenção da política pública? Qual?